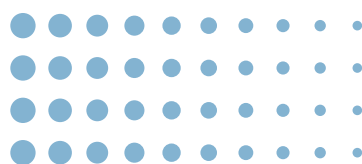
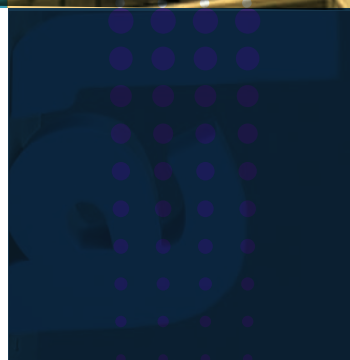
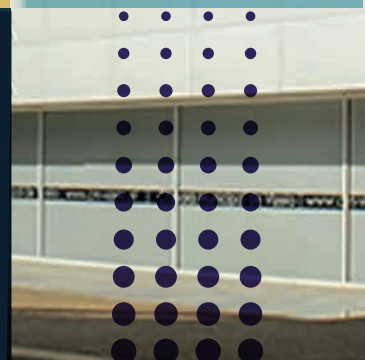


PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022 CONSOLIDADA



ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Demonstrações consolidadas	
2.1 Balanço consolidado	3
2.2 Demonstração de Resultados por natureza consolidado	4
2.3 Demonstração das alterações no património líquido consolidado	5
2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidado	6
2.5 Demonstração consolidada de desempenho orçamental	7
2.6 Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza	11
3. Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas	12
4. Relatório de Gestão das Contas Consolidadas	49
5. Relação Nominal dos Responsáveis	51
6. Certificação Legal de Contas e Relatório e parecer do órgão de fiscalização	52
7. Relatório e Contas da Vimágua, EIM, SA	

1. INTRODUÇÃO

Na sequência da publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, doravante designado por RFALEI, o Município de Vizela apresenta as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2022, reportadas a 31 de dezembro.

Os documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2022, elaborados e aprovados pelos órgãos executivos, são acompanhados pela Certificação Legal de Contas, de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos, conforme disposto no artigo 76.º do RFALEI.

A crescente utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza, nomeadamente empresarial, que detêm ou controlam, para a prossecução das suas atribuições e competências, numa lógica de grupo municipal, torna insuficiente a simples prestação de contas individualizada, pois esta não permite obter uma visão global da situação financeira do *grupo municipal*, dificultando por um lado a tomada de decisão dos gestores municipais e por outro, não permite uma avaliação integrada do conjunto de atividades desenvolvidas por aquelas entidades.

Assim, o objetivo da consolidação de contas é de elaborar demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si, como se de uma entidade única se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do *grupo municipal*.

No trabalho que se apresenta é realizado o perímetro de consolidação e um enquadramento das entidades que ficam excluídas desse perímetro elencando os motivos de tal exclusão.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

As demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas foram preparadas tendo por base as demonstrações financeiras e orçamentais individuais da entidade consolidante que já se apresentaram pelo MEP – método de equivalência patrimonial, pelo que, o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração das alterações do património líquido e o mapa de fluxos de caixa consolidados, são iguais aos individuais do município.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1 BALANÇO CONSOLIDADO

BLC - BALANÇO CONSOLIDADO			
Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente		67 693 037,75 €	63 655 921,97 €
Ativos fixos tangíveis	5	62 678 095,41 €	58 777 283,52 €
Ativos intangíveis	3	1 031 722,97 €	1 039 615,37 €
Participações financeiras	18 e 23	3 974 271,10 €	3 830 074,81 €
Devedores empréstimos bonificados e subs reembolsáveis		8 948,27 €	8 948,27 €
Ativo corrente		8 975 874,81 €	9 714 037,20 €
Inventários	10	64 834,54 €	59 443,79 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		648 474,31 €	792 830,90 €
Clientes, contribuintes e utentes	9	2 360 698,35 €	2 527 094,18 €
Estado e outros entes públicos		8 060,94 €	0,00 €
Outras contas a receber		3 145 703,73 €	3 243 751,59 €
Diferimentos		70 466,08 €	72 314,51 €
Caixa e depósitos	1	2 677 636,86 €	3 018 602,23 €
Total Ativo		76 668 912,56 €	73 369 959,17 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		63 718 619,95 €	59 627 470,56 €
Património/Capital		25 283 070,24 €	24 828 690,24 €
Reservas		12 151 306,26 €	12 151 306,26 €
Resultados transitados		-240 584,25 €	-202 810,72 €
Ajustamentos em ativos financeiros		1 029 394,40 €	1 029 394,40 €
Outras variações no património líquido		26 001 457,43 €	21 871 848,42 €
Resultado líquido do período		-506 024,13 €	-50 958,04 €
Total Património Líquido		63 718 619,95 €	59 627 470,56 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		10 126 256,18 €	10 678 824,04 €
Provisões	15	1 262 032,86 €	1 026 197,66 €
Financiamentos obtidos	7 e 18	8 385 873,27 €	9 225 333,27 €
Outras contas a pagar		478 350,05 €	427 293,11 €
Passivo corrente		2 824 036,43 €	3 063 664,57 €
Credores por transf. e subs não reembolsáv		32 265,12 €	1 600,00 €
Fornecedores		445 048,32 €	508 216,66 €
Estado e outros entes públicos		60 284,53 €	137 693,61 €
Financiamentos obtidos	7 e 18	926 397,91 €	917 835,48 €
Fornecedores de investimentos		187 055,52 €	415 747,30 €
Outras contas a pagar		1 172 985,03 €	1 082 571,52 €
Diferimentos			
Total Passivo		12 950 292,61 €	13 742 488,61 €
Total Património Líquido e Passivo		76 668 912,56 €	73 369 959,17 €

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO			
PERÍODO		ANO	
2022/01/01 - 2022/12/31		2022	
Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas		5 624 575,38 €	5 124 269,24 €
Vendas		1 770,88 €	0,00€
Prestações de serviços e concessões		1 528 724,44 €	1 363 074,33 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		8 906 405,51 €	8 713 727,77 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	23	144 196,29 €	89 960,21 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-258 290,54 €	-508 927,58 €
Fornecimentos e serviços externos		-5 310 157,99 €	-3 774 753,80 €
Gastos com pessoal		-5 509 776,96 €	-5 101 440,86 €
Transferências e subsídios concedidos		-2 742 953,68 €	-3 134 314,03 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-320 328,39 €	-20 984,92 €
Provisões (aumentos/reduções)		-235 835,20 €	-176 649,27 €
Outros rendimentos		1 461 566,52 €	1 001 521,30 €
Outros gastos		-257 924,70 €	-649 016,41 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		3 031 971,56 €	2 926 465,98 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-3 413 149,49 €	-2 847 999,66 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-381 177,93 €	78 466,32 €
Juros e rendimentos similares obtidos		8 798,08 €	7 864,58 €
Juros e gastos similares suportados		-133 644,28 €	-137 288,94 €
Resultado antes de impostos		-506 024,13 €	-50 958,04 €
Resultado líquido do período		-506 024,13 €	-50 958,04 €

2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO														
(MUNICÍPIO DE VIZELA)														
Período														Ano
01/01/2022														2022
Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		24 828 690,24 €				12 151 306,26 €	- 202 810,72 €	1 029 394,40 €		21 871 848,42 €	- 50 958,04 €	59 627 470,56 €		59 627 470,56 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										2 559 694,62 €		2 559 694,62 €		2 559 694,62 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital										2 559 694,62 €		2 559 694,62 €		2 559 694,62 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido														
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											- 506 024,13 €	- 506 024,13 €		- 506 024,13 €
RESULTADO INTEGRAL											- 506 024,13 €	2 053 670,49 €		2 053 670,49 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		454 380,00 €					- 37 773,53 €			1 569 914,39 €	50 958,04 €	2 037 478,90 €		2 037 478,90 €
Subscrições de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações		454 380,00 €					- 37 773,53 €			1 569 914,39 €	50 958,04 €	2 037 478,90 €		2 037 478,90 €
Subscrições de prémios de emissão														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		25 283 070,24 €				12 151 306,26 €	- 240 584,25 €	1 029 394,40 €		26 001 457,43 €	- 506 024,13 €	63 718 619,95 €		63 718 619,95 €

2.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
PERÍODO		ANO	
2022/01/01 - 2022/12/31		2022	
Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 686 029,72 €	1 379 337,37 €
Recebimentos de contribuintes		4 865 400,14 €	4 549 902,47 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		9 178 372,20 €	8 456 545,83 €
Recebimentos de utentes		726 661,04 €	514 550,45 €
Pagamentos a fornecedores		-5 652 043,45 €	-4 008 404,36 €
Pagamentos ao pessoal		-5 361 722,04 €	-4 996 544,10 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 717 168,37 €	-3 198 719,76 €
Caixa gerada pelas operações		2 725 529,24 €	2 696 667,90 €
Outros recebimentos/pagamentos		-279 229,09 €	-236 844,11 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 446 300,15 €	2 459 823,79 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-4 471 900,02 €	-4 596 290,59 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		0,00 €	-2 451,88 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		0,00 €	-19 505,50 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		800,00 €	
Recebimentos - Propriedades de Investimento		21 526,32 €	24 786,28 €
Recebimentos - Transferências de capital		2 630 918,95 €	1 365 987,92 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1 818 654,75 €	-3 227 473,77 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		86 938,00 €	1 709 579,76 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-917 835,57 €	-871 071,20 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-137 713,20 €	-180 883,03 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-968 610,77 €	657 625,53 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-340 965,37 €	-110 024,45 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		3 018 602,23 €	3 128 626,68 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		2 677 636,86 €	3 018 602,23 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		3 018 602,23 €	3 128 626,68 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		3 018 602,23 €	3 128 626,68 €
SGA De execução orçamental		2 424 296,77 €	2 361 021,73 €
SGA De operações de tesouraria		594 305,46 €	767 604,95 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		2 677 636,86 €	3 018 602,23 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		2 677 636,86 €	3 018 602,23 €
SGS De execução orçamental		2 047 050,51 €	2 424 296,77 €
SGS De operações de tesouraria		630 586,35 €	594 305,46 €

2.5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL								
Período	Periodicidade	Mensal					Ano	
01/01/2022	Período	Mensal Após Apuramento dos Resultados					2022	
31/12/2022	Acumulados	Sim						
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2021
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
RA01	Saldo de gerência anterior	729 685,13 €		1 694 611,64 €		594 305,46 €	3 018 602,23 €	3 128 626,68 €
RI03	Operações de tesouraria [A]					594 305,46 €	594 305,46 €	767 604,95 €
RI01	Operações orçamentais [1]	729 685,13 €		1 694 611,64 €			2 424 296,77 €	2 361 021,73 €
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais							
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
RA02	Receita corrente	16 352 169,70 €		133 409,47 €			16 485 579,17 €	15 047 441,91 €
R1	Receita fiscal	4 682 585,17 €					4 682 585,17 €	4 356 055,88 €
R1.1	Impostos diretos	4 682 585,17 €					4 682 585,17 €	4 356 055,88 €
R1.2	Impostos indiretos							
R2	Contrib. para sist. de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	909 476,01 €					909 476,01 €	708 397,04 €
R4	Rendimentos de propriedade	21 526,32 €					21 526,32 €	24 786,28 €
R5	Transferências e subsídios correntes	9 044 962,73 €		133 409,47 €			9 178 372,20 €	8 456 545,83 €
R5.1	Transferências correntes	9 044 962,73 €		133 409,47 €			9 178 372,20 €	8 456 545,83 €
R5.1.1	Administrações Públicas	9 044 962,73 €		133 409,47 €			9 178 372,20 €	8 456 545,83 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	8 972 263,63 €		133 409,47 €			9 105 673,10 €	8 325 512,66 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	72 699,10 €					72 699,10 €	127 855,03 €
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local							3 178,14 €
R5.1.2	Exterior - U E							

R5.1.3	Outras						
R5.2	Subsídios correntes						
R6	Venda de bens e serviços	1 686 029,72 €				1 686 029,72 €	1 379 337,37 €
R7	Outras receitas correntes	7 589,75 €				7 589,75 €	122 319,51 €
RA03	Receita de capital	2 395 757,79 €		235 961,16 €		2 631 718,95 €	1 365 987,92 €
R8	Venda de bens de investimento	800,00 €				800,00 €	0,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	2 394 957,79 €		235 961,16 €		2 630 918,95 €	1 365 987,92 €
R9.1	Transferências de capital	2 394 957,79 €		235 961,16 €		2 630 918,95 €	1 365 987,92 €
R9.1.1	Administrações Públicas	2 394 957,79 €		235 961,16 €		2 630 918,95 €	1 365 987,92 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	826 765,96 €		235 961,16 €		1 062 727,12 €	1 320 987,92 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	1 568 191,83 €				1 568 191,83 €	45 000,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social						
R9.1.1.4	Administração Regional						
R9.1.1.5	Administração Local						
R9.1.2	Exterior - U E						
R9.1.3	Outras						
R9.2	Subsídios de capital						
R10	Outras receitas de capital						
RA04	Receita efetiva [2]	18 757 280,48 €		369 370,63 €		19 126 651,11 €	16 424 715,25 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	9 352,99 €				9 352,99 €	11 285,42 €
RA05	Receita não efetiva [3]	86 938,00 €				86 938,00 €	1 709 579,76 €
R12	Receita com ativos financeiros						
R13	Receita com passivos financeiros	86 938,00 €				86 938,00 €	1 709 579,76 €
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	19 573 903,61 €		2 063 982,27 €		21 637 885,88 €	20 495 316,74 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]				345 618,69 €	345 618,69 €	297 803,36 €
DA01	Despesa corrente	13 266 227,80 €				13 266 227,80 €	11 471 178,55 €
D1	Despesas com o pessoal	5 967 632,19 €				5 967 632,19 €	5 622 507,55 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	4 398 509,06 €				4 398 509,06 €	4 398 509,06 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	87 695,30 €				87 695,30 €	76 873,20 €

D1.3	Segurança social	1 224 893,78 €					1 224 893,78 €	1 147 125,29 €
D2	Aquisição de bens e serviços	5 046 133,30 €					5 046 133,30 €	3 382 440,91 €
D3	Juros e outros encargos	130 207,74 €					130 207,74 €	176 856,11 €
D4	Transferências e subsídios correntes	1 782 296,39 €					1 782 296,39 €	2 088 197,51 €
D4.1	Transferências correntes	1 745 850,04 €					1 745 850,04 €	2 069 185,05 €
D4.1.1	Administrações Públicas	464 837,69 €					464 837,69 €	566 876,62 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.1.3	Segurança Social							
D4.1.1.4	Administração Regional							
D4.1.1.5	Administração Local	464 837,69 €					464 837,69 €	566 876,62 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	933 534,16 €					933 534,16 €	993 763,31 €
D4.1.3	Famílias	347 478,19 €					347 478,19 €	508 545,12 €
D4.1.4	Outras							
D4.2	Subsídios Correntes	36 446,35 €					36 446,35 €	19 012,46 €
D5	Outras despesas correntes	339 958,18 €					339 958,18 €	201 176,47 €
DA02	Despesa de capital	4 890 145,01 €		516 626,99 €			5 406 772,00 €	5 709 264,72 €
D6	Aquisição de bens de capital	3 955 273,03 €		516 626,99 €			4 471 900,02 €	4 598 742,47 €
D7	Transferências e subsídios de capital	934 871,98 €					934 871,98 €	1 110 522,25 €
D7.1	Transferências de capital	934 871,98 €					934 871,98 €	1 110 522,25 €
D7.1.1	Administrações Públicas	343 410,22 €					343 410,22 €	257 380,79 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D7.1.1.3	Segurança Social							
D7.1.1.4	Administração Regional							
D7.1.1.5	Administração Local	343 410,22 €					343 410,22 €	257 380,79 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	591 461,76 €					591 461,76 €	853 141,46 €
D7.1.3	Famílias							
D7.1.4	Outras							
D7.2	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							

DA03	Despesa efetiva [5]	18 156 372,81 €		516 626,99 €			18 672 999,80 €	17 180 443,27 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	917 835,57 €					917 835,57 €	890 576,70 €
D9	Despesa com ativos financeiros							19 505,50 €
D10	Despesa com passivos financeiros	917 835,57 €					917 835,57 €	871 071,20 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	19 074 208,38 €		516 626,99 €			15 590 835,37 €	18 071 019,97 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]					309 337,80 €	309 337,80 €	471 102,85 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	499 695,23 €		1 547 355,28 €		630 586,35 €	2 677 636,86 €	3 018 602,23 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	499 695,23 €		1 547 355,28 €			2 047 050,51 €	2 424 296,77 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					630 586,35 €	630 586,35 €	594 305,46 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	600 907,67 €		- 147 256,36 €			453 651,31 €	-755 728,02 €
DA10	Despesa primária	18 026 165,07 €		516 626,99 €			18 542 792,06 €	17 003 587,16 €
DA11	Saldo corrente	3 085 941,90 €		133 409,47 €			3 219 351,37 €	3 576 263,36 €
DA12	Saldo de capital	-2 494 387,22 €		- 280 665,83 €			-2 775 053,05 €	-4 343 276,80 €
DA13	Saldo primário	731 115,41 €		- 147 256,36 €			583 859,05 €	-578 871,91 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	19 573 903,61 €		2 063 982,27 €			21 637 885,88 €	20 495 316,74 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	19 074 208,38 €		516 626,99 €			19 590 835,37 €	18 071 019,97 €

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

2.6. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA							
RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	31/12/2022	31/12/2021	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	31/12/2022	31/12/2021
	Receita corrente	1 525 437,56 €	1 588 536,55 €		Despesa corrente	298 016,80 €	473 009,66 €
R1	Receita fiscal	0,00 €	0,00 €	D1	Despesas com o pessoal	64 537,26 €	111 981,11 €
R1.1	Impostos diretos	0,00 €	0,00 €	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	58 618,07 €	66 475,80 €
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	532,69 €	1 091,86 €
R2	Contrib. para sist. de proteção social e subsist de saúde	0,00 €	0,00 €	D1.3	Segurança social	5 386,50 €	44 413,45 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	171 317,69 €	163 760,99 €	D2	Aquisição de bens e serviços	127 570,99 €	225 887,84 €
R4	Rendimentos de propriedade	938 318,53 €	821 783,40 €	D3	Juros e outros encargos	71 514,16 €	91 520,78 €
R5	Transferências e subsídios correntes	87,75 €	87,75 €	D4	Transferências e subsídios correntes	34 037,81 €	9 248,42 €
R5.1	Transferências correntes	87,75 €	87,75 €	D4.1	Transferências correntes	32 265,12 €	9 248,42 €
R5.1.1	Administrações Públicas			D4.1.1	Administrações Públicas	26 080,98 €	7 648,42 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.5	Administração Local	26 080,98 €	7 648,42 €
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	6 184,14 €	1 600,00 €
R5.1.3	Outras	87,75 €	87,75 €	D4.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	D4.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	413 913,59 €	601 104,41 €	D4.2	Subsídios Correntes	1 772,69 €	0,00 €
R7	Outras receitas correntes	1 800,00 €	1 800,00 €	D5	Outras despesas correntes	356,58 €	34 371,51 €
	Receita de capital	0,00 €	0,00 €		Despesa de capital	96 989,22 €	177 368,41 €
R8	Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00 €	D6	Aquisição de bens de capital	96 989,22 €	177 368,41 €
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
R9.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	D7.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	0,00 €	0,00 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €
R9.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	D7.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
	Receita efetiva [1]	1 525 437,56 €	1 588 536,55 €	D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00 €	0,00 €				
					Despesa efetiva [4]	395 006,02 €	650 378,07 €
	Receita não efetiva [2]	0,00 €	0,00 €		Despesa não efetiva [5]	0,00 €	0,00 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €
	Receita Total [3]=[1]+[2]	1 525 437,56 €	1 588 536,55 €		Despesa Total [6]=[4]+[5]	395 006,02 €	650 378,07 €

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico e informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1. Caracterização da entidade consolidante

Nome: Município de Vizela

Morada: Praça do Município, n.º 522 4815-013 Vizela

NIF: 505 985 217

Composição do Órgão Executivo a 31/12/2022:

Presidente: Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu

Vereadores: Maria Agostinha Ribeiro de Freitas

Arnaldo José Abreu Guimarães de Sousa

António Nuno da Cunha Faria

Anabela Ribeiro dos Santos Oliveira

Rui Manuel Azevedo Ferreira

Jorge Alexandre Mendes Pedrosa

Composição do Órgão Deliberativo a 31/12/2022:

Presidente: António Fernando Pereira Carvalho

Secretários: Primeiro Secretário: André Filipe Oliveira de Castro

Segundo Secretário: Márcia Patrícia Carneiro Costa

Órgão de Fiscalização: Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda.

Sistema aplicável de contabilidade: SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2022

Estado das contas do Exercício 2022: Apreciadas em Assembleia Municipal

Tipo de Entidade: Município

N.º médio de trabalhadores: 314

1.2. Definição do perímetro de consolidação financeira

O perímetro de consolidação financeira, de acordo com a NCP 23, inclui apenas uma entidade:

Denominação	Contribuinte	Sede Social	% capital detido	Valor da participação	Motivos da inclusão	Método de consolidação
Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	505 993 082	Rua Rei do Pegu n.º 172, União de Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião 4810-025 Guimarães	10%	50 000,00 €	Trata-se de uma entidade enquadrada no n.º 6 do art.º 75º do RFALEI	Equivalência Patrimonial

Considerando que a única entidade passível de consolidação não aplica o SNC-AP e, por conseguinte, não aplica a NCP 26, nos mapas relativos à consolidação orçamental consideram apenas os dados relativos ao Município de Vizela.

1.2.1.Caracterização das entidades participadas incluídas no perímetro de consolidação

Composição dos órgãos sociais:

- Assembleia Geral:

Presidente: Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães

Vogal: Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu, Presidente da Câmara Municipal de Vizela

- Conselho de Administração:

Presidente: Armindo José Ferreira da Costa e Silva, designado sob proposta do Município de Guimarães

1.º Vogal: Maria Agostinha Ribeiro de Freitas, designada sob proposta do Município de Vizela

2.º Vogal: Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral, designado sob proposta do Município de Guimarães

- Fiscal Único: Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda, representada por António de Jesus Pereira

Sistema aplicável de contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística - SNC

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2022

Estado das contas do Exercício 2022: Aprovadas

Tipo de Entidade: Empresa do Setor Empresarial Local

N.º médio de trabalhadores: 209

1.3 Caracterização das Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Denominação	Contribuinte	Sede Social	% capital detido	Valor da participação	Tipo de entidade	Estado das contas do Exercício	Motivos da exclusão
Águas do Norte, S.A.	513 606 084	Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A 5000-669 Vila Real	1,053%	1 169 655,00 €	Empresa do Setor Empresarial do Estado	Aprovadas	A Águas do Norte é, nos termos do seu diploma instituidor (Decreto-Lei n.º 93/2015 de 29 de maio), uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos na qual o Município de Vizela detém uma participação minoritária e um consequente número reduzido de ações. Não exerce por si só sobre ela, qualquer domínio de poder ou de resultado, não estando assim abrangida pelo seu perímetro de consolidação.
TCR – Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, CRL	506 592 545	Av. General Norton de Matos, 50, 1.º Vicente 4700-387 Braga	2,00%	5 000,00 €	Cooperativa de Responsabilidade Limitada	Sem Informação - As contas não foram remetidas ao Município de Vizela	A TCR, enquanto cooperativa do sector cultural, aplicam-se as disposições previstas no Código Cooperativo, aprovado pela Lei n.º 51/96, de 7 de setembro, e subsidiariamente a legislação comercial. Dado o montante reduzido da participação do Município de Vizela e a inexistência de qualquer domínio de poder ou de resultado por parte deste sobre a TCR (ainda que nos termos do n.º 1 do artigo 48.º do Código Cooperativo cada cooperador disponha de um voto qualquer que seja a sua parte no capital da cooperativa), esta não integra o seu perímetro de consolidação. Atualmente a entidade encontra-se em liquidação.
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	Praça do Comércio, Ala Oriental 1149 – 015 Lisboa	0,08%	351 099,00 €	Pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira		O FAM é regulado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 13 de julho. O Município de Vizela detém uma participação minoritária e um consequente número reduzido de ações. Não exerce por si só sobre ela, qualquer domínio de poder ou de resultado, não estando assim abrangida pelo seu perímetro de consolidação.

1.4 Informações relativas aos procedimentos de consolidação

1.4.1 Métodos de consolidação utilizados pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação relativamente à contabilização das participações.

O Município de Vizela utiliza o método de equivalência patrimonial, tal como definido na NCP 23 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.

Método de equivalência patrimonial - aplica-se quando uma entidade exerce controlo conjunto ou influência significativa sobre uma participada. Este método consiste no reconhecimento pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora.

A aplicação do método de equivalência patrimonial já se encontra refletido nas demonstrações financeiras individuais, pelo que não existe qualquer alteração aos mapas já apresentados nos Documentos de Prestação de Contas Individuais de 2022.

Existem três participações **excluídas** do perímetro de consolidação, nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI, são:

- Participação nas Águas do Norte SA, na qual o Município detém 1,053%, ou seja 1.169.655,00 € do capital. Está registada pelo método do custo histórico;
- Participação na TCR – Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, CRL, na qual o Município detém 2%, ou seja 5.000,00 € do capital. Está registada pelo método do custo histórico.
- Participação no FAM – Fundo de Apoio Municipal no qual o Município detém 0,08% do capital, ou seja 351.099,00 €. Está registada pelo método do custo histórico.

1.5 Desagregação de caixa e depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos do Município apresentava a seguinte distribuição:

Conta	31-12-2022	
Caixa		2.218,78
Depósitos à ordem		2.061.941,42
Depósitos bancários à ordem	2.061.941,42	
Outros depósitos		613.476,66
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	613.476,66	
TOTAL		2.677.636,86

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras do Município de Vizela foram preparadas em conformidade com o estabelecido nas Normas de Contabilidade Pública e as mesmas apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

2.1. Bases de mensuração

Ativos fixos tangíveis

Estão mensurados pelo seu custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Quando se tratem de ativos obtidos através de uma transação sem contraprestação são registados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT) ou quando não seja possível, pelo valor de avaliação por entidade certificada para o mesmo, no caso dos imóveis, ou pelo custo do bem ou valor de mercado no caso dos outros bens.

Os custos de aquisição incluem o custo da compra, quaisquer custos necessários para colocar o ativo na sua localização, em condições necessárias para ser utilizado e quando aplicável, a estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos. No entanto, ainda não foi feita a estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos.

Ativos intangíveis

Estão mensurados pelo seu custo, deduzido de qualquer amortização acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Quando se tratem de ativos obtidos através de uma transação sem contraprestação são mensurados ao justo valor.

Propriedades de investimento

O Município não possuía em 2022 quaisquer bens considerados como propriedades de investimento.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

As participações em associadas em que o município exerce influência significativa, estão mensuradas por recurso ao método da equivalência patrimonial, de acordo com a NCP 23.

Depreciações e amortizações

São calculadas segundo o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerada a vida útil de referência que consta no classificador complementar. Acresce referir que a depreciação/amortização inicia no momento em que o bem fica disponível para uso.

Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos contabilisticamente no momento em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Caixa e depósitos bancários

São expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente. No caso de ser aplicável, as disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço ao câmbio em vigor na data a que ele se reporta.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e/ou bens destinados a venda.

Fornecedores, fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando o Município se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Provisões

São constituídas provisões para fazer face a obrigações presentes resultantes de acontecimentos já ocorridos, sendo provável um ex fluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a autarquia.

Rendimentos

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços e, à data do Balanço, são reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

O rendimento de impostos e taxas municipais é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na subrubrica de Remunerações a Liquidar.

Subsídios e transferências correntes

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebidos e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica Outras variações no património líquido, são transferidos numa base sistemática para resultados, à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

2.2. Outras políticas contabilísticas consideradas relevantes

Não foram aplicadas outras políticas contabilísticas na análise das demonstrações financeiras, apenas as exigidas pela aplicação das normas do SNC-AP.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

Os julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Município são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa que, tendo em conta o histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros, se acredita serem razoáveis.

Neste sentido, os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos períodos seguintes são:

- Perdas por imparidade – a determinação de uma eventual perda por imparidade, pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Município;
- Provisões – o Município analisa eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para pagamentos das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos;

- Impostos a receber – a estimativa de impostos a receber em exercícios futuros, reconhecidos como rendimentos no exercício corrente, foi efetuada com base na informação disponibilizada pela Autoridade Tributária através do Portal das Finanças em relação ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Derrama.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras do Município de Vizela foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos do Município de Vizela são considerados na preparação das demonstrações financeiras e no caso de ser materialmente relevantes serão divulgadas no presente anexo.

2.5. Aplicação inicial de uma NCP

Não aplicável.

2.6. Principais fontes de incertezas das estimativas

Não aplicável.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não aplicável.

Quadro 2 – Reexpressão retrospectiva

Não aplicável.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Não aplicável.

Nota 3 - Ativos intangíveis

O método de amortização utilizado nos ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerada a vida útil de referência que consta no classificador complementar.

O detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis é a seguinte:

AI - QUANTIA ESCRITURADA											
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	Ativos Intangíveis	1 039 615,37 €	5 535,00 €					-13 427,40 €			1 031 722,97 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento	3 701,99 €						-3 701,99 €			
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	11 720,91 €	5 535,00 €					-6 125,41 €			11 130,50 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual	1 024 192,47 €						-3 600,00 €			1 020 592,47 €
AI6	Outros										
AI7	Ativos intangíveis em curso										
TOTAL		1 039 615,37 €	5 535,00 €					-13 427,40 €			1 031 722,97 €

AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES											
Rubrica	Designação	Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis		5 535,00 €								5 535,00 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
AI2	Goodwill										
AI3	Projetos de desenvolvimento										
AI4	Programas de computador e sistemas de informação		5 535,00 €								5 535,00 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual										
AI6	Outros										
AI7	Ativos intangíveis em curso										
TOTAL			5 535,00 €								5 535,00 €

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Os contratos de concessão que o Município de Vizela tinha a 31 de dezembro de 2022, enquanto concedente, encontram-se elencados no quadro seguinte:

4. Acordos de concessão de serviços: concedente

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia S.A.	Distribuição eletricidade em baixa tensão	20 Anos	Renda trimestral a pagar ao município	-	-	-
Serviço público de colocação e exploração de publicidade e sinalética comercial em espaços de domínio público	Alargâmbito - Publicidade Exterior, Unipessoal, Lda.	Serviço público de colocação e exploração de publicidade e sinalética comercial em espaços de domínio público	10 Anos	138.875,00 € (a pagar ao município)	-	-	-
Construção e exploração de bar de praia fluvial	Turvizela-Empreendimentos Turísticos, Lda	Terreno	25 anos	Construção e exploração de "Bar de Praia Fluvial"	-	-	-

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens considerados ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo custo deduzidos dos gastos de depreciação e das perdas por imparidade existentes.

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis encontra-se no seguinte quadro:

AFT - QUANTIA ESCRITURADA										
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	22 401 711,19 €	4 212 095,63 €	-2 801 557,71 €				-1 503 621,32 €		-137 475,24 €	22 171 152,55 €
Terrenos e recursos naturais	2 957 891,52 €	74 096,13 €								3 031 987,65 €
Edifícios e outras construções	5 058 749,34 €	101 157,93 €					-227 256,23 €			4 932 651,04 €

Infraestruturas	12 422 534,88 €	2 720 325,25 €					-1 276 365,09 €			13 866 495,04 €
Património histórico, artístico e cultural		88 743,20 €								88 743,20 €
Outros										
Bens de domínio público em curso	1 962 535,45 €	1 227 773,12 €	-2 801 557,71 €						-137 475,24 €	251 275,62 €
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	36 375 572,33 €	12 697 427,87 €	-6 666 533,83 €				-1 896 100,77 €		-3 422,74 €	40 506 942,86 €
Terrenos e recursos naturais	6 329 897,69 €	579 970,00 €								6 909 867,69 €
Edifícios e outras construções	20 847 576,89 €	10 745 524,65 €					-1 329 114,74 €			30 263 986,80 €

Equipamento básico	1 314 437,92 €	48 539,32 €					-238 578,02 €		- 880,32 €	1 123 518,90 €
Equipamento de transporte	562 044,19 €	133 987,20 €					-108 736,36 €		-1 810,64 €	585 484,39 €
Equipamento administrativo	172 200,06 €	55 221,56 €					-54 450,52 €			172 971,10 €
Equipamentos biológicos										
Outros	553 547,74 €	350 078,67 €					-165 221,13 €		- 731,78 €	737 673,50 €
Ativos fixos tangíveis em curso	6 595 867,84 €	784 106,47 €	-6 666 533,83 €							713 440,48 €
TOTAL	58 777 283,52 €	16 909 523,50 €	-9 468 091,54 €				-3 399 722,09 €		-140 897,98 €	62 678 095,41 €

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES											
Ativos Fixos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		1 390 209,47 €		2 811 097,71 €						10 788,45 €	4 212 095,63 €
Terrenos e recursos naturais		62 557,37 €								11 538,76 €	74 096,13 €
Edifícios e outras construções		56 966,77 €		44 191,16 €							101 157,93 €
Infraestruturas		42 912,21 €		2 678 163,35 €						- 750,31 €	2 720 325,25 €
Património histórico, artístico e cultural				88 743,20 €							88 743,20 €
Outros											
Bens de domínio público em curso		1 227 773,12 €									1 227 773,12 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		3 457 059,67 €		9 185 623,83 €		7 315,00 €				47 429,37 €	12 697 427,87 €
Terrenos e recursos naturais		466 375,00 €								113 595,00 €	579 970,00 €
Edifícios e outras construções		1 637 590,82 €		9 173 523,83 €						-65 590,00 €	10 745 524,65 €
Equipamento básico		41 224,32 €				7 315,00 €					48 539,32 €
Equipamento de transporte		121 887,20 €		12 100,00 €							133 987,20 €
Equipamento administrativo		55 221,56 €									55 221,56 €
Equipamentos biológicos											
Outros		350 654,30 €								- 575,63 €	350 078,67 €
Ativos fixos tangíveis em curso		784 106,47 €									784 106,47 €
TOTAL		4 847 269,14 €		11 996 721,54 €		7 315,00 €				58 217,82 €	16 909 523,50 €

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS DIMINUIÇÕES						
Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					-137 475,24 €	-137 475,24 €
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso					-137 475,24 €	-137 475,24 €
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis	- 1 810,64 €				- 1 612,10 €	- 3 422,74 €
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico					- 880,32 €	- 880,32 €
Equipamento de transporte	- 1 810,64 €					- 1 810,64 €
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros					- 731,78 €	- 731,78 €
Ativos fixos tangíveis em curso						
TOTAL	- 1 810,64 €				- 139 087,34 €	- 140 897,98 €

Nota 6 – Locações

O Município de Vizela tem apenas um contrato de locação operacional, cujos dados estão discriminados no quadro seguinte:

BENS LOCADOS (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado						
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Parcómetros	91 596,72 €	10 177,48 €	0,00 €	91 596,72 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €	
									0,00 €	
									0,00 €	
									0,00 €	
									0,00 €	
Total	91 596,72 €	10 177,48 €	0,00 €	91 596,72 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos como os juros e/ou outros gastos incorridos com a obtenção de empréstimos, são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nas situações em que são diretamente imputáveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para uso seja substancial.

Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos – Empréstimos bancários

No quadro seguinte apresentamos o detalhe dos empréstimos obtidos pela Câmara Municipal de Vizela:

(Un:Euro)

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamento de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	24/02/2003	23/01/2003	20 Anos	4 12 099,00	401041,00	1,350%	0,740%	366 877,90	51830,95	418 708,85	22 764,21	55,38	22 819,59	-	34 163,10	11398,89
Banco Comercial Português, S.A.	18/08/2003	15/09/2003	20 Anos	445 506,00	445 506,00	3,000%	1,337%	389 242,68	121115,70	510 358,38	28 061,48	246,24	28 307,72	-	56 263,32	28 201,84
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	14/07/2004	25/08/2004	20 Anos	486 928,00	486 928,00	2,633%	0,414%	405 773,35	108 333,83	514 107,18	27 051,55	-	27 051,55	-	81 154,65	54 103,10
Banco Santander Totta, S.A.	16/05/2005	04/08/2005	20 Anos	532 240,00	532 240,00	2,344%	0,637%	413 964,32	96 262,16	510 226,48	29 568,88	-	29 568,88	-	118 275,68	88 706,80
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	21/10/2005	06/12/2005	20 Anos	266 776,00	266 776,00	2,437%	1,752%	207 492,44	43 380,88	250 873,32	14 820,89	-	14 820,89	-	59 283,56	44 462,67
Novo Banco, S.A.	12/07/2006	07/09/2006	20 Anos	673 511,00	623 761,00	3,592%	1,453%	450 494,05	87 727,78	538 221,83	34 653,39	150,13	34 803,52	-	173 266,95	138 613,56
Banco Comercial Português, S.A.	06/11/2006	18/01/2007	20 Anos	223 110,00	198 110,00	3,973%	0,247%	137 576,50	24 944,91	162 521,41	11006,12	49,81	11055,93	-	60 533,50	49 527,38
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	06/07/2007	02/08/2007	15 Anos	319 500,00	319 500,00	4,336%	0,000%	294 923,07	37 151,93	332 075,00	24 576,93	-	24 576,93	-	24 576,93	-
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	30/05/2008	24/07/2008	20 Anos	2 445 000,00	1530 091,60	5,235%	2,437%	977 558,52	164 723,78	1 142 282,30	85 005,08	328,97	85 334,05	-	552 533,08	467 528,00
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	25/07/2017	30/11/2017	16 Anos	4 610 950,85	4 610 950,85	1,700%	4,021%	1152 737,69	283 306,11	1436 043,80	288 184,43	58 360,95	346 545,38	-	3 458 213,16	3 170 028,73
Banco BPI, S.A.	22/08/2017	30/11/2017	16 Anos	4 889 049,15	4 889 049,15	1,600%	3,597%	1222 262,19	277 046,12	1499 308,31	305 565,58	58 234,01	363 799,59	-	3 666 786,96	3 361221,38
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	27/08/2019	11/10/2019	15 Anos	42 962,26	34 152,06	0,000%	0,743%	-	-	-	1313,54	-	-	-	34 152,06	32 838,52
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	15/11/2019	14/05/2020	15 Anos	192 831,69	192 831,69	0,134%	2,598%	-	43,07	43,07	7 416,60	-	7 416,60	-	192 831,69	185 415,09
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	02/03/2020	22/04/2020	15 Anos	98 878,54	32 959,51	0,085%	2,274%	-	14,01	14,01	1267,67	-	1267,67	-	32 959,51	31691,84
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	15/06/2020	26/10/2020	15 Anos	51447,90	34 298,60	0,000%	2,598%	-	-	-	-	22,81	22,81	-	34 298,60	34 298,60
Agência p/ o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	26/10/2020	28/01/2021	15 Anos	260 814,00	260 814,00	0,000%	2,274%	-	-	-	-	-	-	-	173 876,00	260 814,00
Banco BPI, S.A.	06/11/2020	24/02/2021	20 Anos	1390 000,00	1390 000,00	0,940%	1,848%	-	1144,41	1144,41	36 579,22	12 747,98	49 327,20	-	1390 000,00	1353 420,78
Banco BPI, S.A.	11/07/2022	27/09/2022	20 Anos	1800 000,00	-	2,593%	2,593%	-	-	-	-	-	-	-	-----	-

Nota 8 – Propriedades de investimento

O Município não possuía em 2022 quaisquer bens considerados como propriedades de investimento.

Nota 9 – Imparidade de ativos

O Município de Vizela tem registada a seguinte imparidade no ano 2022:

- Clientes, contribuintes e utentes pelo valor de 650.653,74 € que os serviços do Município apuraram constituir risco de incobrabilidade.

Quadro 9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
					Justo valor	Valor de uso
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de Caixa	3 011 352,09 €	650 653,74 €	2 360 698,35 €		
T OTAL		3 011 352,09 €	650 653,74 €	2 360 698,35 €		

Nota 10 - Inventários

O custo de cada bem é apurado através da média ponderada do seu custo de aquisição e do custo dos itens semelhantes adquiridos durante o ano. Nos quadros seguintes, apresentamos a informação detalhada dos valores da conta de inventário e os movimentos do período.

Quadro 10.1 – Inventários

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4) = (2) - (3)
Mercadorias	2 358,45 €	0,00 €	2 358,45 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	62 476,09 €	0,00 €	62 476,09 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
T OTAL	64 834,54 €	0,00 €	64 834,54 €

Quadro 10.2 - Inventários: movimentos do período

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos movimentos do período:

Rubrica (1)	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (2) + (3) - (4) + (5) - (6) + (7) - (8) + (9)
Mercadorias	2 358,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 358,45 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	57 085,34 €	263 681,29 €	258 290,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	62 476,09 €
Total	59 443,79 €	263 681,29 €	258 290,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	64 834,54 €

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

O rendimento originado de uma transação com contraprestação é reconhecido no momento em que for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. Para além deste fator, o rendimento apenas será reconhecido quando for possível mensurá-lo com fiabilidade.

No quadro infra apresentamos o detalhe destes rendimentos.

Quadro 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, têm a seguinte composição:

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Prestação de serviços	1 528 724,44 €
Venda de bens	1 770,88 €
Juros	-
Royalties	-
Dividendos ou distribuições similares	-
Outros	35 923,09 €
Total	1 566 418,41 €

Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas independentemente de qualquer contraprestação por parte do Estado. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	3 394 304,40 €				
Impostos indiretos	1 307 326,62 €				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	823 243,14 €		162 583,04 €	162 511,37 €	
Multas e outras penalidades	99 701,22 €		1 177,95 €	9 206,32 €	
Transferências sem condição	8 906 405,51 €	1 552 883,41 €	87,75 €	87,75 €	
Transferências com condição					
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações		7 315,00 €			
Outros	1 578 637,80 €	2 569 410,60 €			
TOTAL	16 109 618,69 €	4 129 609,01 €	163 848,74 €	171 405,44 €	

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Para fazer face a obrigações resultantes de acontecimentos ocorridos no período, são constituídas provisões.

As provisões constituídas correspondem fundamentalmente a processos judiciais e são apuradas com base nos relatórios dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e atendendo à sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para a Câmara Municipal.

No quadro seguinte apresentação a listagem de provisões existentes:

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final 11=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	1 026 197,66 €	235 835,20 €			235 835,20 €					1 262 032,86 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	1 026 197,66 €	235 835,20 €			235 835,20 €					1 262 032,86 €

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Quadro 18.1 - Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação										
Participações financeiras – justo valor										
Outros ativos financeiros										
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras – custo	2 304 320,81 €				144 196,29 €					2 448 517,10 €
41.1. - Investimentos em entidades controladas	2 304 320,81 €				144 196,29 €					2 448 517,10 €
Vimágua - Empresa de água e saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	2 304 320,81 €				144 196,29 €					2 448 517,10 €
Outros ativos financeiros	0,00 €									0,00 €
TOTAL	2 304 320,81 €				144 196,29 €					2 448 517,10 €

Quadro 18.2 - Passivos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada fina
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								
Passivos financeiros detidos para negociação								
Outros passivos financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Outros ativos financeiros	10 143 168,75 €			86 938,00 €	917 835,57 €			9 312 271,18 €
25.1.1.2 - Empréstimos bancários de m/l p não excecionados	9 640 887,79 €				885 073,55 €			8 755 814,24 €
25.1.1.2. - Empréstimos bancários de m/l excecionados	34 163,10 €				22 764,21 €			11 398,89 €
20.4.2.2.2.9.2 - Empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis a m/lp de serviços e fundos autónomos excecionados	468 117,86 €			86 938,00 €	9 997,81 €			545 058,05 €
TOTAL	10 143 168,75 €	0,00 €	0,00 €	86 938,00 €	917 835,57 €	0,00 €	0,00 €	9 312 271,18 €

Quadro 18.4 - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital

Rubricas	Fração do capital detido à data de relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Participações de capital – ao custo											
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,8%	351 099,00 €									351 099,00 €
Águas do Norte, SA	1,06%	1 169 655,00 €									1 169 655,00 €
TCR - Turismo Cultural e Religioso, CRL	2,00%	5 000,00 €									5 000,00 €
Participações de capital – justo valor											
...											
TOTAL		1 525 754,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 525 754,00 €

Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros infra apresentamos a listagem das entidades controladas pela Câmara Municipal de Vizela assim como as transações existentes entre as partes relacionadas:

Quadro 20.1 - Listagem de entidades controladas

O Município em 31 de dezembro de 2022, tinha controlo sobre a seguinte entidade:

Designação	Sede	% Controlo		Controlo final (*)
		Direto	Indireto	
Vimágua - Empresa de água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	Rua do Rei Pegú, nºo 172 4810-025 Guimarães	10%		10%

Nota: A existência de influência significativa por parte do Município, deve-se à representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada.

Quadro 20.2 - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada (1)	Natureza do relacionamento (2)	Transação (3)			Saldo no fim do período (4)	Termos e condições (5)
		Tipo	Quantia	% no total transações		
Vimágua - Empresa de água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA	Entidade Controlada	Fornecimentos e serviços externos	259 647,73 €	58,02%	3 160,79 €	
		Subsídios à exploração	38 219,04 €	8,54%	1 772,69 €	
AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	Associada	Comparticipação nos custos de funcionamento	35 508,90 €	7,93%	-	
CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave	Associada	Comparticipação nos custos de funcionamento	107 650,76 €	24,05%		
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associada	Quota Anual + Inscrição em congresso	5 003,06 €	1,12%	-	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Associada	Quota Anual	1 500,00 €	0,34%	-	
Totais			447 529,49 €	100%	4 933,48 €	

No que respeita às transações com a Vimágua, não foram efetuados quaisquer ajustamentos de consolidação, considerando que é utilizado o método da equivalência patrimonial para atualização do valor da participação financeira.

Nota 23 – Outras informações relevantes para compreensão da posição financeira e do desempenho financeiro

O método de consolidação utilizado foi o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Este método consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

As demonstrações financeiras individuais do Município já refletem a participação no capital social da Vimágua, não sendo por isso efetuados movimentos extra-contabilísticos.

Assim, já se encontram refletidos os movimentos abaixo na Prestação de Contas individual já apresentada.

(Un.: euro)

Lançamento n.º	Descrição	Conta a débito	Valor a débito	Conta a crédito	Valor a crédito
1	Ajustamento do valor do MEP em relação à participação do Município na Vimágua	41.1.1.1.3- Investimentos em entidades controladas - empresas locais	144 196,29	78.5.1 - Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos - aplicação do MEP	144 196,29

	Vimágua	CMV 10%	Total 2022	MEP 2021	MEP 2022
			(a)	(b)	(a)-(b)
Capital	500 000,00 €	50 000,00 €			
Reservas legais	147 701,50 €	14 770,16 €			
Resultados Transitados	3 726 370,25 €	372 637,02 €			
Outras Variações de Capitais Próprios	6 089 206,27 €	608 920,63 €	1 174 517,10 €	1 030 320,81 €	144 196,29 €
Resultados Líquido	1 781 892,96 €	178 189,30 €			
Total Capital Próprio	24 485 170,98 €	2 448 517,10 €			

Considerando que o MEP já se encontra refletido nas contas individuais do município, as contas consolidadas correspondem às contas individuais.

Pela aplicação do método de consolidação de equivalência patrimonial não se contabiliza o endividamento consolidado de médio e longo prazo, informa-se, contudo, que a VIMÁGUA possui:

- **Endividamento líquido** a 31/12/2022, calculado nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro no valor de 14.135.734,94 €.

- **Empréstimos de longo prazo** (capital em dívida) no valor de 8.338.306,16€.

A VIMÁGUA, informa que: “ *cumprir as regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico da atividade empresarial local, aprovado pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, sendo o Resultado Líquido do exercício de 2022, cujas contas foram aprovadas em Assembleia-Geral a 15 de março de 2023, positivo, cumprindo-se desta forma o disposto no n.º 1 do artigo 40.º da Lei 50/2012.*”

Assim sendo, as responsabilidades financeiras da VIMÁGUA não relevam para o cálculo da dívida total do Município, prevista no artigo 52.º do RFALEI.

No quadro seguinte apresenta-se o limite da dívida

ENTIDADES	Receita Corrente Líquida Cobrada				Limite ano N	Dívida Total Ano N	Margem/Excesso	
	Anos			Média			Valor absoluto	%
	Ano N-3	Ano N-2	Ano N-1					
	(2)	(3)	(4)	(5) = [(2)+(3)+(4)]/3			(8) = (7) - (6)	(9) = (8) / (6)
Município	12 771 642,16 €	13 465 992,94 €	15 047 441,91 €	13 761 692,34 €	20 642 538,51 €	9 563 503,28 €	-11 079 035,23 €	-53,67 %
Serviços Municipalizados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
Serviços Intermunicipalizados						0,00 €		
Entidades intermunicipais:								
Área Metropolitana						0,00 €		
Comunidade Intermunicipal						100 368,08 €	100 368,08 €	0,49 %
Entidades associativas municipais:								
Associações de Freguesias						0,00 €		
Associações de Municípios						0,00 €		
Empresas locais						0,00 €		
Empresas participadas						0,00 €		
Cooperativas						0,00 €		
Fundações						0,00 €		
Entidades de outra natureza						0,00 €		
TOTAL	12 771 642,16 €	13 465 992,94 €	15 047 441,91 €	13 761 692,34 €	20 642 538,51 €	9 663 871,36 €	-10 978 667,15 €	-53,18 %

No que respeita às transações com a Vimágua, não foram efetuados quaisquer ajustamentos de consolidação, considerando que é utilizado o método de equivalência patrimonial para atualização do valor da participação financeira.

Das relações comerciais existentes entre o Município e a Vimágua, EIM, SA, resultam os seguintes saldos e fluxos financeiros:

Tipo de fluxos	Município de Vizela / Vimágua									
	Obrigações /pagamentos					Direitos /recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	recebimentos do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9-10)
Relações Comerciais:	38 068,48	308 793,15	80 778,48	243 983,82	22 099,33	913 647,02	871 485,46	0,00	779 040,46	1 006 092,02
Serviços prestados de água/saneamento	38 068,48	270 574,11	80 778,48	207 537,47	20 326,64					
Contrapartidas					0,00	821 783,40	112 264,73			934 048,13
Rendas					0,00	0,00	7 572,60		7 572,60	0,00
Receita de tarifas de lixo					0,00	91 863,62	751 648,13		771 467,86	72 043,89
Participações do capital em numerário					0,00					
Participações do capital em espécie					0,00					
Outros - Comparticipação da Tarifa Social de Água		38 219,04		36 446,35	1 772,69					
Total	38 068,48	308 793,15	80 778,48	243 983,82	22 099,33	913 647,02	871 485,46	0,00	779 040,46	1 006 092,02

As relações comerciais entre o Município e a VIMÁGUA E.I.M. S.A traduzem-se no seguinte:

- Faturação da VIMÁGUA E.I.M., S.A. proveniente dos serviços prestados de água/saneamento;
- Encargos de cobrança /receita das tarifas de resíduos urbanos que se traduz na faturação da VIMÁGUA E.I.M. S.A do serviço de cobrança das tarifas de lixo incluída na fatura dos consumos de água/saneamento aos munícipes de Vizela e na entrega da receita das tarifas de lixo, faturadas aos clientes por parte da VIMÁGUA E.I.M. S.A juntamente com a faturação mensal, ao Município de Vizela;
- Encargos relativos à comparticipação no desconto efetuado pela Vimágua aos clientes finais no território do município no âmbito da Tarifa Social de água;
- Faturação do Município de Vizela à VIMÁGUA E.I.M. S.A do valor das contrapartidas pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, de que é proprietário o Município de Vizela, utilizado pela VIMÁGUA E.I.M. S.A no desenvolvimento da sua atividade, conforme definido no ponto 13 do Contrato de Gestão da empresa.

Utilização pela VIMÁGUA E.I.M. S.A das infraestruturas de água e saneamento

De seguida apresenta-se um quadro do valor das contrapartidas, (sem o IVA) devidas pela VIMÁGUA E.I.M. S.A. ao Município pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, calculado nos termos da cláusula 13 do Contrato de Gestão da VIMÁGUA E.I.M. S.A:

(Un.:euro)		
Ano da contrapartida	Valor proveito	Por receber
2009	16 188,72	0,00
2010	158 605,18	0,00
2011	153 021,93	0,00
2012	159 577,76	0,00
2013	111 527,89	0,00
2014	204 702,74	0,00
2015	241 862,68	0,00
2016	173 621,27	173 621,27
2017	180 016,11	180 016,11
2018	168 185,20	168 185,20
2019	52 349,00	52 349,00
2020	93 945,00	93 945,00
2021	91 272,14	91 272,14
Total	1 804 875,62	759 388,72

O valor da contrapartida é calculado segundo o método do fracionamento do lucro, havendo o seu reconhecimento sempre que os resultados antes de impostos e sem contrapartida sejam positivos.

Em 2022 foi efetuado cálculo da contrapartida em virtude do novo Contrato de Gestão explicado no ponto seguinte.

Acontecimentos após a data de relato

Foi aprovado na Reunião de Câmara de 18/04/2023 e Assembleia Municipal de 26/04/2023 o aumento de capital social e consequente alteração dos Estatutos da Vimágua em que os municípios de Guimarães e Vizela, considerando as decisões de transferência de infraestruturas para a Vimágua e as necessidades de financiamento do Plano de Investimentos constante do anexo IV do Contrato de Gestão Delegada (aprovado igualmente a 18/04/2023 em Reunião de Câmara e 26/04/2023 Assembleia Municipal), decidiram renunciar o direito da contrapartida com efeitos a janeiro de 2022, comprometendo-se a Vimágua a pagar, até ao final de 2023, o montante relativo ao IVA. O valor referente à contrapartida será convertido em Capital Social mantendo a proporção de participação.

Nota Final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a este consolidado, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

4. RELATÓRIO DE GESTÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2022

O presente relatório de gestão é apresentado de acordo com o n.º 7 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Município de Vizela exerce influência significativa sobre a VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A.

Tal influência ao nível das contas reflete-se na atualização do valor da participação financeira do Município na empresa VIMÁGUA, E.I.M. S.A., em função dos capitais próprios e do resultado líquido do ano de 2022, tal como demonstrado no Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas.

No exercício de 2022, foi já considerado o método da equivalência patrimonial, fazendo com que as demonstrações financeiras consolidadas sejam iguais às demonstrações já apresentadas na Prestação de Contas individual.

A participação do Município na VIMÁGUA, E.I.M. S.A. enquadra-se na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, mais concretamente, na alínea b) do n.º 4 e n.º 6 do artigo 75º - RFALEI.

A VIMÁGUA, E.I.M. S.A. foi criada pela iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela e iniciou a sua atividade em 20 de fevereiro de 2002.

A participação na VIMÁGUA E.I.M. S.A. justifica-se pela transferência da gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e de drenagem e tratamento de águas residuais na área do município de Vizela numa ótica de parceria que está consubstanciada num Contrato de Gestão assinado entre as partes a 2 de abril do ano 2008 e respetivo aditamento a 26 de julho de 2012.

As contrapartidas que o Município recebe e as obrigações em que incorre estão suportadas em acordos estabelecidos entre as duas entidades, tendo o Município uma participação de 10% no valor de 50.000,00€ no capital social da VIMÁGUA E.I.M. S.A. de 500.000,00 €.

Em termos de gestão da VIMÁGUA E.I.M. S.A., o Município é representado por um vogal no Conselho de Administração e um vogal na Assembleia Geral que participam na orientação e discussão dos assuntos de interesse coletivo não só para o Município de Vizela mas também para o Município de Guimarães.

Durante o ano de 2022, não ocorreram factos ou responsabilidades para o Município de Vizela dignos de realce e os que ocorreram estão devidamente documentados nas contas apresentadas.

5. RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS DE 01-01-2022 a 31-12-2022

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade a)	Morada b)
Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu	Presidente	01-01 a 31-12-2022	Rua Quinta do Poço Quente, n.º 302, União das Freguesias de Caldas de Vizela (S. Miguel e S. João) 4815-765 Vizela
Maria Agostinha Ribeiro de Freitas	Vereadora a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2022	Rua da Saudade n.º 2031, S.João 4815-413 Vizela
Arnaldo José Abreu Guimarães Sousa	Vereador a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2022	Rua Padim, n.º 1348 - S. Miguel - 4815-495 Vizela
Anabela Ribeiro dos Santos Oliveira	Vereadora a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2022	Rua Dr. Pereira Caldas, nr.205, 1Dt, S. Miguel, 4815-516 Vizela
António Nuno Cunha Faria	Vereador a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2022	Calçada do Casal da Bouça, nr.120, S. João, 4815-399 - Vizela
Rui Manuel Azevedo Ferreira	Vereador a tempo inteiro	01-01 a 31-12-2022	Rua Combatentes do Ultramar, nr.284, Moreira de Cónegos, 4815-011 - Guimarães
Jorge Alexandre Mendes Pedrosa	Vereador sem pelouros	01-01 a 31-12-2022	Rua Bom Viver, n.º 119, Sta. Eulália 4620-529 Vizela

6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do MUNICÍPIO DE VIZELA, (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 76 668 912,56 euros e um total de património líquido de 63 718 619,95 euros, incluindo um resultado líquido de negativo de 506 024,13 euros), a demonstração dos resultados por natureza consolidado, a demonstração das alterações no património líquido consolidado, a demonstração dos fluxos de caixa consolidado relativos ao ano findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do MUNICÍPIO DE VIZELA em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Conforme referido na nota 5 do anexo, o município continua a proceder ao reconhecimento, inventariação e registo dos bens do ativo fixo tangível propriedade do Município. Como se trata um processo de execução permanente, a garantia da plenitude e da correta valorização desses ativos, não nos permite emitir opinião nesta data sobre os saldos das rubricas de imobilizado evidenciado no balanço a 31 de dezembro de 2022.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com SNC-AP;

elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do MUNICÍPIO de VIZELA que compreendem a demonstração consolidada de desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 22 de maio de 2023



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Moraes
(ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores Membros, da Assembleia Municipal,

Em cumprimento do n.º 3 do art.º 76 da lei 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e nosso parecer sobre o relatório de gestão consolidado e as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Executivo do MUNICÍPIO DE VIZELA, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Relatório

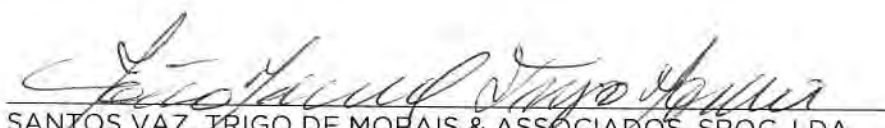
No desempenho das competências que nos são atribuídas pela alínea e) n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, acompanhámos regularmente a atividade do Município, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com o Executivo e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório de gestão consolidado, as demonstrações financeiras consolidadas, e as respetivas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas são suficientemente esclarecedores da situação do Município e satisfazem as disposições legais.

Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal de Contas Consolidada, que emitimos somos parecer que as contas Consolidadas do MUNICÍPIO DO VIZELA referentes ao exercício de 2022, se apresentam elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Porto, 22 de maio de 2023



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Representada por, João Manuel Trigo de Moraes, ROC N.º 881

7. RELATÓRIO E CONTAS DA VIMÁGUA, EIM, SA

Relatório e contas

2022

2002



2022



Índice

Índice	1
Mensagem do Presidente	5
Principais Indicadores	7
Introdução	8
Estrutura Organizacional	10
Órgãos Sociais	10
Estrutura orgânica.....	12
Estratégia Empresarial	14
A Empresa	14
Enquadramento Setorial	17
Missão, Visão e Valores.....	20
Política da Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia.....	20
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Código de Conduta e Ética....	22
Regulamento Geral de Proteção de Dados.....	23
Comunicação e Educação.....	24
Áreas de Atividade.....	29
Abastecimento de água	33
Águas Residuais.....	42
Gestão de Clientes	52
Investimento	65
Recursos Humanos	71
Desempenho em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	80
Desempenho Económico e Financeiro	87
Perspetivas Futuras.....	96
Proposta de Aplicação de Resultados	101
Considerações Finais	103
Demonstrações financeiras.....	105
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	106
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	107
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2021	108
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2022	109
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	110
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	110
Anexo às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.....	113



Mensagem do Presidente





Mensagem do Presidente

A atividade da Vimágua tem vindo a crescer de forma sustentada, em quilómetros de redes, em número de clientes, em volume de negócios, em inovação e em qualidade de serviço.

O resultado económico, apurado no exercício de 2022, é disso reflexo, fixando-se o resultado líquido do exercício em 1Milhão 781Mil e 893Euros.

No ano de 2022, comemorando o seu vigésimo aniversário, há a realçar alguns marcos que irão orientar a atividade da Vimágua, nos próximos quinze anos, designadamente, o novo projeto de contrato de gestão delegada e o novo plano plurianual de investimentos 2023-2037.

O PPI 2023-2037 pressupõe a realização de vultosos investimentos, designadamente, na substituição e expansão de redes, na otimização dos sistemas de produção e tratamento de água e na tendencial descarbonização da atividade da Vimágua, o que determina a necessidade de reestruturar o financiamento da empresa, quer por via da libertação de meios próprios quer por via do financiamento externo.

Com vista a assegurar a autonomia económica e financeira da Vimágua, a par da melhor gestão do ciclo de vida dos ativos que integram os sistemas públicos de água e saneamento, decidiram os Municípios transferir as infraestruturas da sua propriedade para o património da Vimágua, incorporando-as no capital social, o que será concretizado no exercício económico de 2023. Assim, foi decidido o fim do cálculo e pagamento de Contrapartida aos Municípios, com efeitos já no exercício económico de 2022. Com esta decisão os Municípios pretendem criar as melhores condições para que a Vimágua canalize os recursos financeiros resultantes da sua atividade para os investimentos necessários ao bom funcionamento dos sistemas públicos e à tendencial universalização dos serviços.

No que concerne a taxas de cobertura de rede de água, fixamo-nos, atualmente, em 98,4% e 93,3% em saneamento.

Não obstante, há, ainda, necessidades de investimento em expansão de redes, tendo em vista a tendencial universalização dos serviços, que obrigam a um esforço financeiro maior, porquanto se trata de locais com baixa densidade populacional, com grande dispersão e com características de terreno adversas.



Paralelamente, quanto maior é a extensão de redes maiores são os desafios na sua operacionalização e manutenção, num contexto regulatório muito exigente.

Com efeito, a revisão ao contrato de gestão delegada pressupõe a definição de estratégias, objetivos e indicadores de desempenho a concretizar para o horizonte temporal de 15 anos, ou seja, de 2023 a 2037, os quais são transpostos dos planos estratégicos nacionais para o setor, obrigações legais e do sistema de indicadores de qualidade do serviço utilizado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas, bem como os níveis de referência por esta preconizados, designadamente, os constantes no Guia de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos Prestados aos Utilizadores – 4ª geração do sistema de avaliação.

Um outro marco a assinalar, no ano de 2022, e com particular relevância para a atividade da Vimágua, foi a assinatura do Acordo de Empresa negociado com o STAL, no qual se reorganizaram as carreiras e remunerações, ficaram descritas as funções e condições de acesso, definidas condições de progressão, critérios de avaliação de desempenho e fixados os direitos e obrigações dos trabalhadores.

Em todo o processo foi acautelado o princípio de respeito pela Constituição e, bem assim, por quaisquer disposições legais de cariz imperativo, em especial as constantes do Código do Trabalho e as integradas em normas de cariz orçamental.

Todas as matérias relacionadas com a relação laboral estão, agora, reunidas num único documento, elaborado tendo em conta as especificidades do setor de atividade em que a Vimágua se enquadra e sindicado pelos representantes dos trabalhadores, visando o reforço e valorização da estrutura organizacional e correspondendo às crescentes exigências legais e de qualidade de serviço.

A Administração da Vimágua estará, como sempre, empenhada e atenta, agindo no interesse dos utilizadores do serviço.

Deixo uma palavra de reconhecimento, aos clientes e fornecedores da empresa, aos órgãos sociais, nomeadamente, às colegas do Conselho de Administração, à Assembleia Geral e ao Fiscal Único, aos Municípios de Guimarães e de Vizela, à Agência Portuguesa do Ambiente, à Entidade Reguladora do Setor e aos trabalhadores da Vimágua, agradecendo a todos o espírito de permanente colaboração, para a prossecução da missão de serviço público da Vimágua.

O Presidente do Conselho de Administração

Armindo Costa e Silva



Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES	2020	2021	2022
BALANÇO			
CAPITAL REALIZADO	500 000	500 000	500 000
CAPITAL PRÓPRIO	22 143 606	23 043 209	24 485 171
PASSIVO	36 430 815	35 128 612	34 755 313
ATIVO	58 574 421	58 171 821	59 240 484
CAPITAL PRÓPRIO / ATIVO, %	37,80%	39,61%	41,33%
INVESTIMENTO	4 083 013	6 117 949	3 970 962
RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO, % ¹	2,98%	2,90%	7,28%
RENTABILIDADE DO ATIVO, % ²	1,13%	1,15%	3,01%
CONTA DE EXPLORAÇÃO			
VOLUME DE NEGÓCIOS/VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	19 313 073	19 425 499	20 380 460
RENDIMENTOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO	19 319 997	19 721 513	20 381 241
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS E AMORTIZAÇÕES (EBITDA)	5 811 202	5 834 848	7 439 240
em % do Volume de Negócios	30,09%	30,04%	36,50%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS (EBIT)	1 557 477	1 460 417	2 835 205
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	963 553	936 144	2 384 286
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	659 631	667 639	1 781 893
CASH-FLOW	4 913 356	5 042 071	6 385 928
ATIVIDADE			
VOLUME TOTAL DE ÁGUA VENDIDA	7 037 069	6 983 142	7 184 804
NÚMERO TOTAL DE CLIENTES	71 677	73 631	75 465
NÚMERO DE MUNICÍPIOS SERVIDOS	2	2	2
N.º TRABALHADORES	210	212	210
CLIENTES/TRABALHADORES	341	347	359

¹Resultado líquido / Capital próprio

²Resultado líquido / Ativo total





Introdução

Em cumprimento do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 19.º dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2022 e a proposta de aplicação de resultados.

O presente Relatório e Contas será acompanhado pela Certificação Legal das Contas e do Relatório e Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º dos Estatutos.

Nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o presente Relatório e Contas será apresentado aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela.

Estrutura Organizacional





Estrutura Organizacional

Órgãos Sociais

Nos termos do artigo 13.º dos Estatutos, são órgãos sociais da Vimágua a Assembleia geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

A Assembleia geral é formada por um representante de cada acionista, competindo aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela designar os respetivos representantes.

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da Vimágua, composto por três membros, um dos quais é o Presidente, que são nomeados pela Assembleia Geral, dois sob proposta do Município de Guimarães e um sob proposta do Município de Vizela. É este o órgão de gestão da Vimágua que, no âmbito do contrato de gestão da empresa, define as orientações estratégicas, os planos de atividades e de investimento, os objetivos e orçamentos anuais e plurianuais, controlando a respetiva execução.

Ao Fiscal Único compete a fiscalização das atividades desenvolvidas pela Vimágua, nomeadamente a revisão legal das contas.

O Conselho de Administração iniciou funções a 22 de outubro de 2021 e é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Armindo José Ferreira da Costa e Silva, designado sob proposta do Município de Guimarães;

1.º Vogal: Maria Agostinha Ribeiro de Freitas, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vizela e designada sob proposta do Município de Vizela;

2.º Vogal: Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral, designada sob proposta do Município de Guimarães.

O Presidente do Conselho de Administração exerce funções executivas, em regime de permanência.

Os membros do Conselho de Administração da Vimágua, na qualidade de gestores públicos, estão abrangidos pelo Regime de Impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março), nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), nos quais são estabelecidas as regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios desses titulares, bem como, na Lei n.º

52/2019, de 31 de julho que aprovou o Regime do Exercício de Funções por Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos.

A Mesa da Assembleia geral tem, desde 22 de outubro de 2021, a seguinte composição:



Presidente: Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães;

Vogal: Victor Hugo Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Vizela.

Em 2022 a Assembleia geral realizou as duas sessões ordinárias previstas nos Estatutos e uma extraordinária.

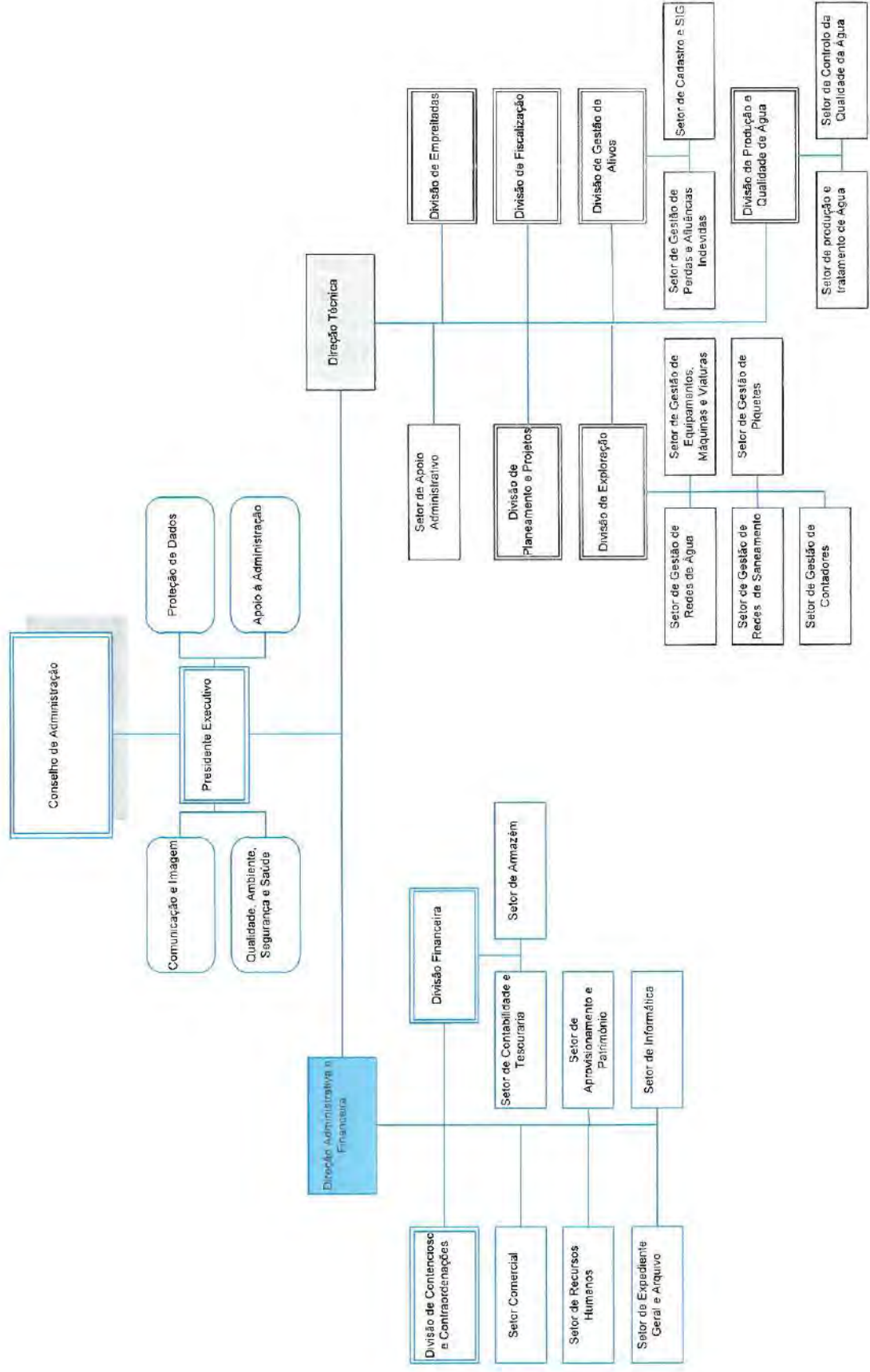
Conforme determinado no artigo 16.º dos Estatutos da Vimágua, a 31 de março de 2022, em sessão ordinária, foi aprovado o Relatório e Contas de 2021, apresentado pelo Conselho de Administração da empresa, e na sessão ordinária realizada a 16 de dezembro foi aprovada a proposta de minuta de *Contrato de Gestão Delegada*, a proposta de *Plano Plurianual de Investimentos 2023-2037*, a proposta de *Tarifário 2023* e o *Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2023*.

Na sessão extraordinária, a 3 de junho, foi aprovada a proposta de *Acordo de Empresa entre a Vimágua-Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A. e o STAL-Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins* e a proposta de *Revisão do Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2022*.

Nos termos dos Estatutos da empresa, alterados em 2013 para adequação às novas determinações legais introduzidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Fiscal Único para o mandato 2021-2025 foi designado pelos órgãos deliberativos dos Municípios de Guimarães e Vizela, tendo-se mantido a fiscalização da empresa a cargo da sociedade “Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda.”, representada por António de Jesus Pereira, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 245 e na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia, Pessoa coletiva n.º 509 332 153, com sede no Edifício Tower Plaza, Via Engenheiro Edgar Cardoso, 23-12.º D, 4400-676 Vila Nova de Gaia.

Estrutura orgânica

A estrutura orgânica da empresa é ilustrada pelo seguinte organograma:



Estratégia Empresarial





Estratégia Empresarial

A Empresa

A Vimágua iniciou a sua atividade em 20 de Fevereiro de 2002, substituindo-se aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Guimarães, tendo sido criada, por iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela, com o intuito de usando dos instrumentos previstos na lei, refundar um serviço público, reorganizando estruturas, rentabilizando recursos, implementando novas filosofias de gestão, clarificando competências e responsabilidades, em suma otimizando-o e orientando-o de forma ainda mais exigente e constante para a satisfação das necessidades dos clientes.

Em 28 de dezembro de 2007, por escritura pública e de acordo com a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de agosto), a Vimágua foi transformada em sociedade anónima, adotando a denominação *Vimágua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.*

Identificação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, União de Freguesias de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, 4810-025 Guimarães.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único 505993082

Capital Social e Prestações Suplementares:

Capital Social: 500.000 euros, dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

Prestações Suplementares: €12.240.000

Acionistas:

Município de Guimarães: 450.000 ações

Município de Vizela: 50.000 ações

Âmbito geográfico

A Vimágua atua no âmbito geográfico dos Municípios que a integram, Guimarães e Vizela, cuja cobertura territorial efetiva, por parte desta empresa, regista um contínuo e significativo crescimento, desde a sua criação e início de atividade.





2 MUNICÍPIOS

53 FREGUESIAS

- SUPERFÍCIE

Guimarães 240,95 km²

Vizela 24,70 km²

Total 265,65 km²

- POPULAÇÃO RESIDENTE*

Guimarães 156.830

Vizela 23.896

Total 180.726

- ALOJAMENTOS CLÁSSICOS*

Guimarães 69.913

Vizela 9.841

Total 79.754

*CENSOS 2021

Objetivos Estratégicos

A 2 de Abril de 2008, foi celebrado entre a Vimágua e os Municípios participantes o *Contrato de Gestão*, para cumprimento das exigências legais do regime jurídico do setor empresarial local e determinação objetiva e concreta de orientações estratégicas dos Municípios em relação à empresa, atenta a sua natureza de entidade gestora encarregada da gestão de serviço de interesse geral.

O Contrato de Gestão, cuja finalidade é regular os direitos e deveres estabelecidos entre os Municípios e a Vimágua, reajustando e reequilibrando, assim, em termos económicos, a relação existente, por forma a tornar viável a atividade da Vimágua, define de forma clara os objetivos da sua atividade:

- a) Assegurar a qualidade, universalidade e continuidade dos serviços de interesse geral delegados na Vimágua e enquadrados pelo Contrato de Gestão, na área dos municípios de Guimarães e Vizela.



- b) Proteger os munícipes, assegurando o funcionamento dos Sistemas e a obtenção de níveis de satisfação e de qualidade das necessidades básicas da população ao nível de distribuição de água para consumo humano e saneamento das águas residuais.
- c) Manter e renovar as infraestruturas, instalações, equipamentos e quaisquer outros bens afetos aos Sistemas, quando necessário.
- d) Impulsionar a coesão local a nível económico e social.
- e) Privilegiar a eficiência e eficácia económica desta atividade, contribuindo para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do setor público.
- f) Respeitar os princípios de não discriminação e transparência.

Em 2017 foi aprovado pelos órgãos sociais da Vimágua e pelos Órgãos Executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela, o novo Contrato de Gestão Delegada, o qual foi submetido a parecer da entidade reguladora – ERSAR.

Este Projeto de Contrato de Gestão Delegada foi elaborado considerando que, no modelo de gestão delegada dos serviços públicos objeto da atividade da Vimágua, deverão ser conciliados os dois regimes legais aprovados, posteriormente à celebração do Contrato de Gestão da Vimágua, pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, residindo na esfera da Lei n.º 50/2012 a definição das regras gerais orientadoras da tipologia das empresas, do procedimento de constituição das empresas, do funcionamento interno das empresas, bem como, do controlo financeiro acionista e externo, por um lado, e na esfera do Decreto-Lei n.º 194/2009 as regras especiais do regime municipal, as quais definem, designadamente, o conteúdo do contrato de gestão delegada, os poderes da entidade delegante, bem como, o modo de intervenção da ERSAR.

Os objetivos estratégicos definidos para a atuação da Vimágua compaginaram-se com os objetivos nacionais estabelecidos para o setor do saneamento básico, plasmados no “PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (2014-2020)”, documento que sucede ao Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II).

O aludido “PENSAAR 2020” assentava em 5 eixos estratégicos, designadamente:

- Eixo1 - Proteção do ambiente e melhoria das massas de água;
- Eixo 2 - Melhoria da qualidade do serviço prestado;
- Eixo 3 - Otimização e gestão eficiente dos recursos;



- Eixo 4 - Sustentabilidade económico-financeira e social;
- Eixo 5 - Condições básicas transversais.

Assim, desenvolvemos e implementamos um plano que visa, entre outras ações, promover a redução e controlo das infiltrações e afluência de águas pluviais às redes de águas residuais, criar Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC's), substituir redes de água e contadores por forma a reduzir as perdas e implementar um plano de racionalização de consumo de energia.

Enquadramento Setorial

No final do ano de 2006 foi publicada a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o regime jurídico do setor empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de agosto), introduzindo um novo modelo de empresas municipais, distinto do regime anterior e aproximando-o do modelo adotado para o setor empresarial do Estado.

A Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, foi revogada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e que determinou a necessidade de proceder a uma alteração estatutária, por forma a conformar os Estatutos da Vimágua com o disposto na Lei 50/2012.

A principal alteração que decorreu para a Vimágua deste novo ordenamento jurídico prende-se com a designação do Fiscal Único que nos termos do artigo 26º da referida Lei passará a ser designado, no caso da Vimágua, pelas Assembleias Municipais de Guimarães e Vizela, sob propostas dos respetivos órgãos executivos.

Entrou em vigor em dezembro de 2013 o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual aprova o novo regime jurídico do setor público empresarial, estabelecendo os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.

Enquanto entidade gestora dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas a Vimágua está sujeita aos poderes de regulação da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Entrou em vigor a 1 de janeiro de 2010, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que vem estabelecer o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, reunindo o regime jurídico



sobre esta matéria num ato normativo, o que permite a clarificação das regras aplicáveis às entidades gestoras.

Assim, este quadro legal veio estabelecer regras sobre o relacionamento da Vimágua com os Municípios titulares do serviço, definindo um conjunto de normas, nomeadamente, quanto à gestão técnica dos serviços e ao relacionamento com os utilizadores. Fixa, também, alguns princípios gerais sobre a intervenção da entidade reguladora e estabelece um regime contraordenacional que visa sancionar o incumprimento das obrigações por parte dos vários intervenientes (entidade titular dos serviços, entidade gestora e utilizadores).

Além do aludido Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, toda a atividade desenvolvida pela Vimágua tem de obedecer aos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, o qual veio aprovar o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais;
- Lei n.º 23/96, de 26 de julho, que cria os mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais; e
- Lei n.º 24/96, denominada Lei de Defesa do Consumidor.

O regulador setorial (ERSAR) viu os seus poderes e independência reforçados com a publicação, em 6 de março, da Lei n.º 10/2014 que aprovou os novos estatutos da ERSAR e que implicou novas condicionantes para a atividade da Vimágua e necessidade de reestruturação para resposta aos novos normativos legais.

Em face das alterações em concretização no setor das águas, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo, quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas, e pelo impacto que a atuação da ERSAR passa a poder ter na esfera patrimonial da Vimágua, enquanto empresa regulada, a gestão do risco regulatório torna-se uma matéria ainda mais fulcral para a Vimágua.

A 23 de julho de 2018 foi publicado o Regulamento n.º 446/2018 – Regulamento dos Procedimentos Regulatórios – o qual tem por objeto os procedimentos aplicáveis às relações entre a ERSAR e as entidades sujeitas à sua regulação. Neste Regulamento são definidas regras relativas aos procedimentos no âmbito da regulação comportamental das entidades gestoras referentes à:

- a) Monitorização legal e contratual das entidades gestoras;
- b) Regulação económica das entidades gestoras;
- c) Regulação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras;



- d) Regulação da qualidade da água para consumo humano;
- e) Análise de reclamações de utilizadores.



A 4 de setembro de 2018 foi publicado o Regulamento n.º 594/2018 – Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos - o qual estabelece as disposições aplicáveis às relações comerciais que se estabelecem no âmbito da prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Este Regulamento aplica-se a todos os intervenientes nas relações comerciais por si abrangidas, designadamente, a todas as entidades responsáveis pela prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, independentemente do respetivo título e modelo de gestão, que se encontram sujeitas à atuação da ERSAR, nos termos previstos no artigo 4.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, assim como aos utilizadores daqueles serviços.

A Vimágua-Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A., notificada para se pronunciar sobre o projeto de alteração ao Regulamento n.º 594/2018 (Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos), da ERSAR, pronunciou-se, desfavoravelmente, à semelhança do que já tinha em inúmeros outros momentos e sempre que se suscitava a cobrança dos encargos de ligação às redes públicas de forma difusa e não pela individualizada, esta última aquela que foi, desde sempre, a opção assumida pelos Municípios de Guimarães e Vizela.

A Entidade Reguladora reviu a sua posição e procedeu à alteração da proposta, derogando o artigo que impedia a cobrança individualizada de ramais, em linha, aliás, com o que se tem vindo a fixar em termos de jurisprudência.

Além das condicionantes impostas pelo regime legal do setor e pelo seu sistema de regulação, existem outras que atuam e influenciam de forma direta a atividade e desempenho da Vimágua, com destaque para as seguintes:

- A evolução da situação económica e financeira do país;
- A variação dos custos energéticos;
- A inflação e o aumento das taxas de juro do financiamento bancário;
- A existência de soluções privativas e individuais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ainda que em incumprimento legal, em alternativa à ligação aos sistemas públicos;
- As exigências dos Municípios de infraestruturação de zonas de construção dos respetivos Planos Diretores Municipais;
- As poucas verbas disponíveis para comparticipação dos investimentos.





Missão, Visão e Valores

Missão

A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano e a recolha e tratamento de águas residuais, pautando-se pela prestação de um serviço de qualidade, orientado por princípios de eficácia de gestão, e promovendo a defesa dos valores de ordem social e do meio ambiente.

Visão

Ser uma empresa de âmbito intermunicipal de referência no setor, focalizada no cliente e orientada pelas melhores práticas internacionais.

Valores

Valores institucionais que estão subjacentes à atuação da Vimágua:

Qualidade, em função da qual se persegue a Inovação, a Modernidade e a Excelência;

Responsabilidade Social na prestação dos serviços públicos essenciais;

Sustentabilidade e Eficiência na Gestão, na Defesa e Proteção do Ambiente, de Respeito pela Pessoa Humana e de Envolvimento da Comunidade;

Orientação para o Cliente, razão de ser da empresa;

Integridade e Transparência no modo de estar e nas relações com todas as partes interessadas;

Competência e Rigor na tomada de decisões e nas ações, estabelecendo a Confiança como princípio de relação entre a Vimágua e os diferentes públicos de relacionamento;

Respeito e a Prática da Legalidade;

Melhoria Contínua da Pessoa, do Saber, dos Processos, das Práticas da Empresa e da Sociedade.

Política da Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia

A Vimágua tem na sua organização um sistema de gestão integrado da qualidade, ambiente e segurança e energia, de acordo com os referenciais NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, NP ISO 45001 e NP ISO 50001.



Consciente da sua responsabilidade para com a sociedade em geral, o meio ambiente, os seus colaboradores e subcontratados, bem como da importância de satisfazer as expectativas de clientes e partes interessadas, a Vimágua promove na sua organização uma consciencialização para a melhoria continua do seu desempenho.



Medidas de Eficiência Energética implementadas pela Vimágua

No âmbito do sistema de gestão de energia, certificado pela ISO 50001, a Vimágua procedeu a um conjunto de investimentos, de entre os quais se destacam os seguintes:

- Monitorização dos consumos energéticos de modo a efetuar o controlo dos consumos energéticos (Instalação de analisadores de energia em 60 instalações);
- Instalação de variadores eletrónicos de velocidade no Hidropressor da Devesa Longa (0037) e no Hidropressor do Reservatório de Lordelo (0117);
- Substituição de grupos de bombagem por equipamentos mais eficientes (Reservatório Pevidém ZB (017));
- Substituição das luminárias existentes por luminárias LED mais eficiente, nomeadamente, na loja de Vizela, no Reservatório de S. Estevão (0208), no Reservatório de Lordelo (0117) e no novo Refeitório da Sede da Vimágua, com construção, entretanto iniciada.

Auditorias ao Sistema de Gestão

O programa anual de auditorias definido para 2022 foi cumprido.

No dia 6 de junho realizou-se uma auditoria interna ao sistema de Energia com a deteção de 5 oportunidades de melhoria e 3 não conformidades.

Efetuu-se a auditoria interna aos sistemas de Qualidade, Ambiente e Segurança nos dias 4, 6 e 16 de maio, com o resultado de 17 oportunidades de melhoria e 7 não conformidades.

Foi realizada em 20, 21 e 22 de junho a auditoria externa, tratou-se do 2º acompanhamento dos sistemas de Qualidade (NP EN ISO 9001:2015), Segurança (ISO 45001:2018) e Energia (ISO 50001:2018) e Renovação do sistema de Ambiente (NP EN ISO 14001:2015), onde se detetaram 19 oportunidades de melhoria e nenhuma não conformidade.





Todas as constatações foram convenientemente tratadas, tendo sido identificadas as causas, definidas ações de correção, prazos e responsáveis, bem como ações corretivas sempre que considerado pertinente.

Resposta às emergências

Durante o ano de 2022 não ocorreu nenhuma emergência em nenhum dos edifícios da Vimágua. Manteve-se atualizada a documentação das várias medidas de autoproteção.

Iniciou-se a definição das medidas de autoproteção das instalações das Armazém/Oficinas de Aldão.

Efetuaram-se dois exercícios de simulacro, cujo objetivo foi testar o Plano de Segurança Interno (PSI) da Vimágua: O primeiro dos exercícios ocorreu no dia 19 de abril, em que o cenário de emergência simulado foi "Derrame de um produto químico no armazém de Produtos Químicos em Aldão"

O segundo cenário simulado foi "Paragem Cardiorrespiratória" de um colaborador ocorrido no edifício sede da Vimágua a 22 de dezembro, no decorrer das obras de reestruturação do piso -1.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Código de Conduta e Ética

A promoção e difusão de valores de integridade, probidade, transparência e responsabilidade são contextos transversais a todas as abordagens promovidas sob a temática de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Em 25 de fevereiro de 2015 foi aprovado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Vimágua, encontrando-se o mesmo disponível no sítio eletrónico, de acordo com o previsto na Recomendação n.º 1/2009, publicada na 2ª série do Diário da República, n.º 140 de 22 de julho de 2009.

O Plano incide na contratação pública e na atribuição de subsídios e outros benefícios devido à alta probabilidade de ocorrência de fenómenos de corrupção, todavia não se esgota aqui o seu campo de atuação.

Foi, também, aprovado o Código de Conduta e Ética, na senda do fixado no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, tendo a Vimágua promovido ações de formação e divulgação dos dois documentos, implicando todos os trabalhadores da empresa, com vista à



formação de uma consciência coletiva dos valores preconizados, pautada pelo escrupuloso cumprimento dos objetivos enunciados no Código de Conduta e Ética.



A luta contra a corrupção exige uma mudança cultural e de comportamento de cada cidadão, porque uma sociedade só muda quando o conjunto dos indivíduos que a compõem modifica os seus comportamentos.

Com o comprometimento de todos é possível controlar os efeitos nefastos de atos de corrupção. Para isso é determinante o fator Educação. Apenas com a formação de cidadãos conscientes, comprometidos com a Ética e a Lei é possível minorar a ocorrência de atos de corrupção.

Sendo a realidade da vida e das instituições dinâmicas, também assim são os planos, daí que, anualmente, o Conselho de Administração pondere e elabore um relatório síntese de execução das medidas plasmadas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, extraindo as devidas conclusões e identificando os pontos a melhorar e, conseqüentemente, a ser incluídos no Plano original.

Em 2022, não foram identificados indícios de práticas de corrupção ou infrações conexas nem foram apresentadas reclamações contra qualquer administrador, trabalhador ou outro colaborador da Vimágua. Não obstante, atento o tempo decorrido e a nova legislação com impactos nesta matéria, foram iniciados em 2022 os trabalhos de revisão do Plano, que se prevê concluir em 2023.

Regulamento Geral de Proteção de Dados

No decorrer do ano de 2022, mantivemos a contratação dos serviços de assessoria ao Encarregado de Proteção de Dados da Vimágua, de forma a assegurar a conformidade normativa e a demonstração ou evidenciação da responsabilidade institucional em matéria de proteção de dados e segurança da informação.

O serviço contratado é bastante abrangente, considerando as seguintes áreas:

- Serviços de gestão operacional dos diferentes sistemas operacionais correlacionados com o cumprimento dos direitos dos titulares ou com as obrigações autónomas;
- Serviços de controlo de conformidade dos princípios jurídicos e dos fundamentos de legitimidade das operações de tratamento e de demonstração da responsabilidade institucional;
- Serviços de auditoria aos diferentes tipos de operações de tratamento de dados, automatizadas ou não automatizadas, e de cumprimento das normativas externas ou internas, bem como do manual institucional de procedimentos;





- Serviços de gestão do risco operacional correlacionado com os diferentes tipos ou categorias de dados pessoais (sensíveis e não sensíveis) bem como com as diferentes operações de tratamento realizadas pela instituição;
- Serviços de definição e desenvolvimento dos procedimentos gerais ou especiais de ação ou de tratamento de dados pessoais,
- Serviços de formação na área de proteção de dados, segurança da informação e procedimentos de conformidade, extensível a todos os trabalhadores da empresa.

Esta é uma área de grande complexidade que obriga a um constante controlo e monitorização das atividades de tratamento de dados pessoais e que depende, em última instância, da criação de uma consciência coletiva esclarecida e desperta para o tema, atuando em todos os domínios numa lógica de prevenção, pelo que foram dinamizadas um conjunto de ações de formação, a que iremos dar continuidade, no decorrer do ano de 2023.

No decorrer do ano de 2022, não foram participadas quaisquer violações de dados pessoais.

No decorrer do ano de 2022, estiveram a ser preparadas novas políticas e procedimentos, bem como a revisão de todos os formulários em utilização na Vimágua, vindo este trabalho a ser concluído e aprovado, no decorrer do ano de 2023.

Comunicação e Educação

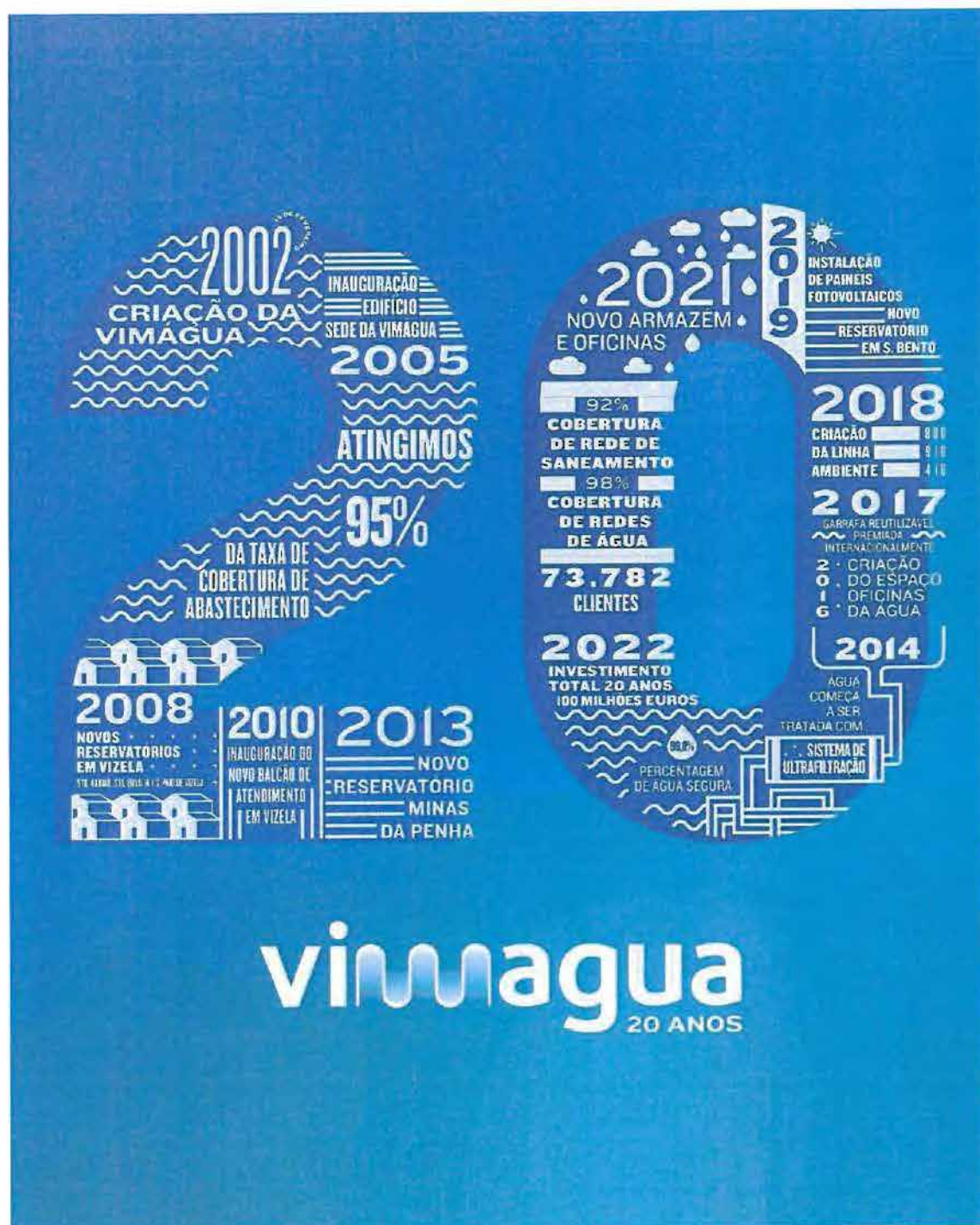
O ano de 2022 à semelhança do ano de 2021 ficou marcado pelas circunstâncias excecionais impostas pela pandemia com origem na doença COVID-19.

Ainda assim, há a destacar, em termos de comunicação, a comemoração do vigésimo aniversário da Vimágua, com um *rebranding* da sua assinatura.



The logo for Vimágua's 20th anniversary. It features the word "vimágua" in a large, blue, rounded sans-serif font. Below the "a" in "vimágua", the words "20 ANOS" are written in a smaller, blue, all-caps sans-serif font.





Promoveu-se a ampla divulgação do aniversário da Vimágua pelos órgãos de comunicação, enfatizando as conquistas que logramos obter nestas duas décadas, tendo, inclusive, sido convidadas algumas das personalidades mais impactantes na história da Vimágua para darem o seu testemunho relativamente ao que significou para os concelhos de Guimarães e Vizela a criação da Vimágua.

Há, também, a destacar outras iniciativas, na linha do que já é tradição na Vimágua:



Feir
A

- A realização de diversas Ações de sensibilização nas Escolas e Instituições – 10 ações – 630 pessoas;
- A comemoração do Dia Mundial da Água, 22 de março – Escola EB2. 3 João de Meira, 140 alunos do 5º ano de escolaridade, com a dinamização de uma Palestra sobre as Alterações climáticas e Disponibilidade de Água - Dr. Armindo Costa e Silva – Presidente do Conselho de Administração da Vimágua e a realização de algumas atividades:
 - ✓ Laboratório de microbiologia (preparação microscópica e placas contaminadas);
 - ✓ Laboratório de química (cloro, pH, turvação, temperatura);
 - ✓ Materiais que se dissolvem e materiais que não se dissolvem na água (Obj. alertar para os problemas de poluição da água);
 - ✓ Jogo “caça gotas”;
 - ✓ Personaliza a garrafa da Vimágua (140 garrafas);
 - ✓ Entrega de garrafas reutilizáveis Vimágua a todos os alunos.
- Participação em iniciativas dos promovidas pelos Municípios:
 - ✓ Feira da Terra - S. Torcato;
 - ✓ Vizela em Festa;
 - ✓ Eco Challenge - Festa da Juventude – Vizela;
 - ✓ Green week.





Handwritten signature



Por último, mantivemos atualizados e em destaque os conteúdos alusivos aos investimentos que foram objeto de comparticipação, nomeadamente, pelo POSEUR, em particular no que respeita ao investimento em zonas de monitorização e controlo, tendo em vista o esclarecimento da população, relativamente à sua importância para a eficiência na prestação do serviço.

POSEUR - PORTUGAL 2020



Áreas de Atividade

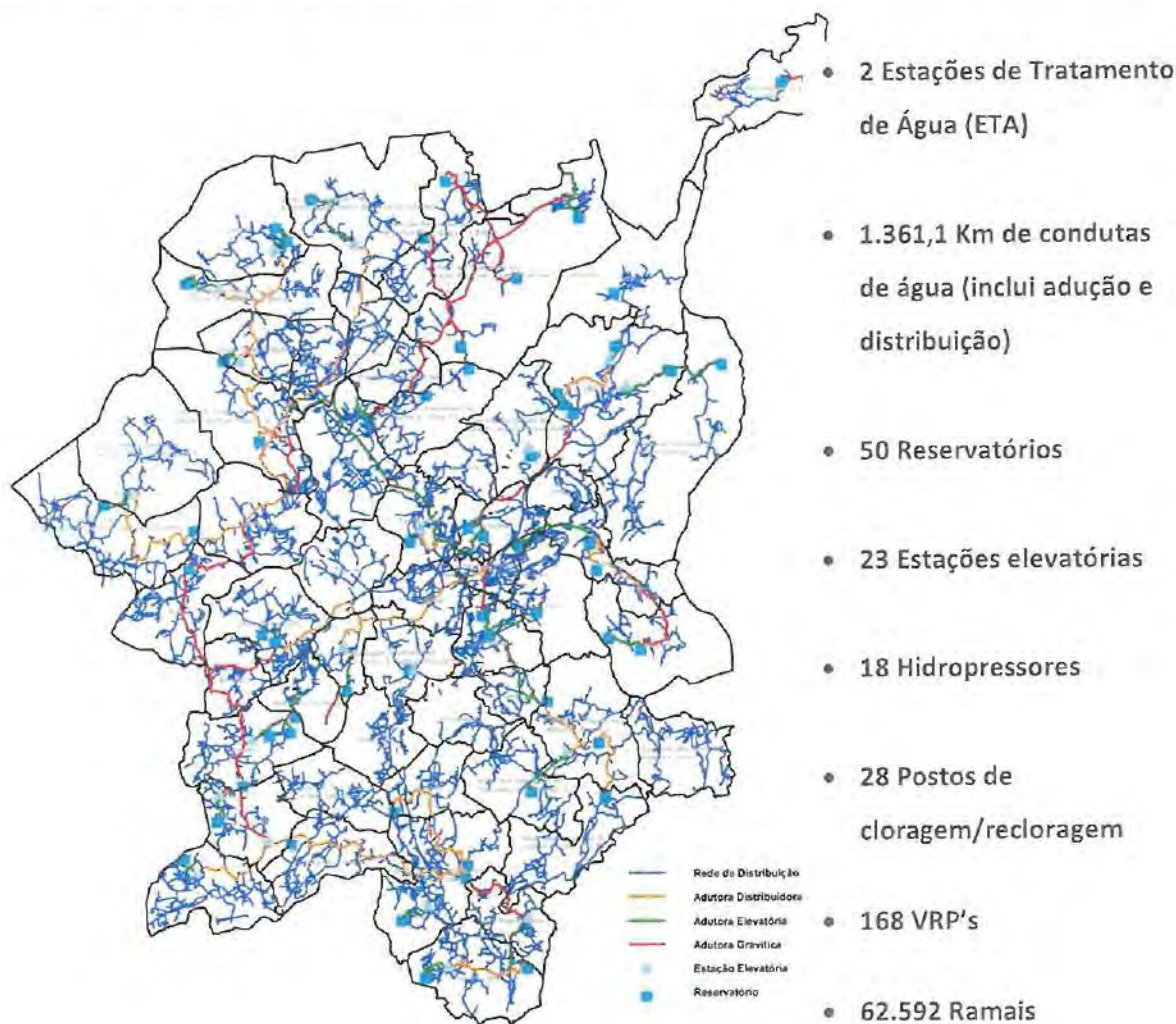


Áreas de Atividade

A gestão das diferentes fases do Ciclo Urbano da Água em que a Vimágua tem intervenção - captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e saneamento de águas residuais urbanas – mantém-se orientada pelos princípios fundamentais da Sustentabilidade, da Qualidade do serviço prestado aos seus clientes e utilizadores e da Rentabilidade.

É nestas áreas que se geram a quase totalidade dos rendimentos da Empresa, representando, também, a parte mais significativa dos seus gastos operacionais.

Infraestruturas do sistema de abastecimento de água





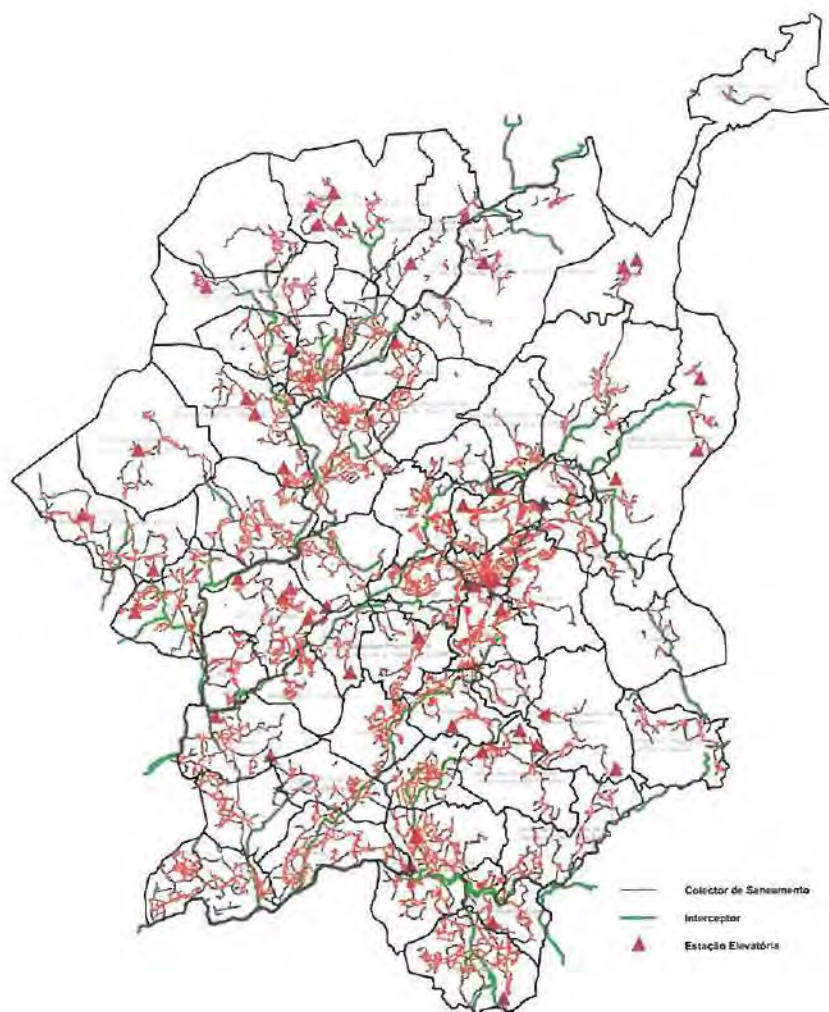
No que concerne aos indicadores de extensão de condutas, reservatórios e estações elevatórias, importa referir que em resultado da auditoria realizada pela ERSAR, em julho de 2022, estes foram corrigidos:

- O comprimento total de condutas foi atualizado com base na informação que consta no Sistema de Informação Geográfica (SIG), representando, em dezembro de 2021 um total de extensão de condutas de 1.350,3 km ao invés dos 1.385,6 km indicados no Relatório de 2021. O cálculo deste valor foi sendo feito com base em estimativas, até ao ano de 2012, devido à ausência de cadastro, a que se somou nos anos subsequentes a informação de telas finais das obras de empreitadas. Entretanto, a Vimágua foi elaborando o cadastro de todas as infraestruturas o que justifica a correção deste valor com base nos dados que constam do SIG.

A extensão de condutas de água, executadas no âmbito das obras por empreitada, com receção provisória de 2022, totalizou um valor de 10,8 km.

O número de reservatórios foi atualizado, passando para 50 reservatórios. Esta alteração deveu-se ao facto de as instalações 0004 – São Torcato ZB e 0001 – R0 e 0118 – Rocha ZB, terem atualmente a função de estação elevatória e as instalações 0033 – Gémeos e 0035 - S. Paio (Vizela), estarem “fora de serviço”. Estas últimas, apesar de terem sido construídas na década de 2000, nunca entraram em serviço devido aos baixos consumos constatados, motivo pelo qual e por razões de qualidade de água, a Vimágua optou por realizar um *by-pass* a estes reservatórios.

Em resultado dos reservatórios que passaram para a função de estação elevatória, o número de desta tipologia de instalação passou a ser 23.



- 921,2 Km de coletores de saneamento de águas residuais
- 81 Estações elevatórias
- 21 Fossas Sépticas
- 47.561 Ramais

À semelhança do referido relativamente ao comprimento de condutas de água, a extensão de coletores de saneamento de águas residuais foi, também, revista com base na informação que consta no Sistema de Informação Geográfica (SIG), representando, à data de 31 de dezembro de 2021, um total de extensão de condutas de 900,2 km ao invés do 865.6 km indicados no Relatório de 2021.

A extensão de coletores de saneamento de águas residuais, executada no âmbito das obras por empreitada, com receção provisória de 2022, totalizou um valor de 21,0 km.



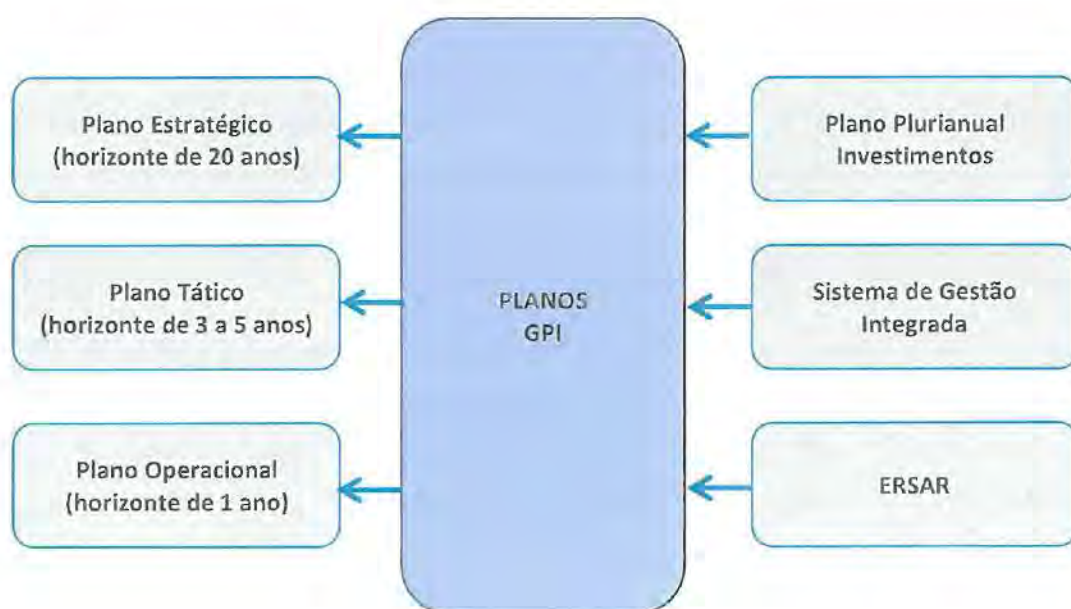
Gestão Patrimonial de Infraestruturas

Baseado na continuidade da qualidade do serviço prestado, na vertente de assegurar a sustentabilidade do serviço, infraestrutural e económica a longo prazo, a Vimágua definiu um conjunto de projetos e iniciativas, no sentido de garantir uma melhor e maior eficácia e eficiência na sua atuação. Enquadrada pela exigência legal do Decreto-Lei n.º 194/2009, e com base nas recomendações técnicas da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), constantes dos Guias Técnicos 16 e 17, procedeu-se à implementação, em 2017, da Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI) ajustado à realidade da Vimágua como Entidade Gestora, tendo sido aprovado o ***“Plano Estratégico de Gestão Patrimonial de Infraestruturas - 2018 – 2038”***.

O plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas articula-se com os seguintes instrumentos de planeamento:

- Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- Política do Sistema de Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança;
- Política da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
- Plano Estratégico de GPI;
- Planos Táticos de GPI;
- Planos Operacionais de GPI.

A figura seguinte esquematiza de forma gráfica as relações entre os vários instrumentos de planeamento:



Modelo de Gestão e Inventariação Patrimonial de Ativos



Em 2002, tendo como objetivos principais a gestão eficiente dos ativos patrimoniais e inventariação física de todo o património e infraestruturas de água e saneamento da Vimágua e dos Municípios de Guimarães e Vizela, a Vimágua iniciou o desenvolvimento e implementação de um Modelo de Gestão e Inventariação Patrimonial de Ativos, o qual contribuirá para introduzir maior eficácia interna na gestão e valorização do seu património, nos investimentos realizados e a realizar no futuro, assegurando um equilíbrio entre as dimensões de desempenho, risco e custo.

Este projeto integra a Elaboração do Modelo de Dados, Procedimentos para Gestão e Controlo Interno do Património, Etiquetagem, Avaliação dos Ativos e determinação das Vidas Úteis Remanescentes. O Modelo que está a ser desenvolvido deve assegurar a integração dos dados nos módulos de gestão de imobilizado, de gestão de cadastro e de operação e manutenção, utilizados pela Vimágua.

Em síntese, pretende-se implementar um conjunto de ações integradas que visam dar resposta aos pilares fundamentais para a construção de uma base completa e fiável de informação para servir de suporte às operações de controlo e gestão dos Ativos.

Abastecimento de água

A atividade na área do serviço público de abastecimento de água, cuja gestão compete à Vimágua, engloba, concretamente, quer o “sistema em baixa” quer o “sistema em alta”, ou seja, a produção, o tratamento, o armazenamento e a distribuição ao consumidor final, sendo, portanto, completamente independente de qualquer sistema multimunicipal.

Neste capítulo, a Vimágua é responsável pela gestão de um parque de 50 reservatórios, 23 Estações Elevatórias (EEA) e 18 hidropressores (Hid.). No seu conjunto, a totalidade destes equipamentos disponibiliza uma capacidade de reserva total de aproximadamente 60.000 metros cúbicos.

O transporte e a distribuição da água são efetuados através de canalizações com uma extensão de 1.361,1 quilómetros de condutas adutoras e distribuidoras, às quais se encontram ligados 62.592 ramais domiciliários.

A água que a Vimágua distribui é proveniente de 2 captações superficiais (Prazins Stª Eufémia e Gondomar) e 5 subterrâneas (Rocha, Senhoras do Monte, Minas da Penha-nascente, Minas da Penha poente e Castelões).





A Estação de Tratamento de Água de St.^a Eufémia de Prazins é a principal estação de captação e tratamento de Água da Vimágua, situando-se na freguesia de Prazins Santa Eufémia, no concelho de Guimarães, na margem esquerda do Rio Ave, tendo entrado em funcionamento em 1950.

Ao longo dos tempos, foi alvo de diversas intervenções e melhorias, destacando-se as ocorridas em 2014, com a introdução de um novo processo de tratamento, a Ultrafiltração por Membranas, e em 2021, com a instalação de um sistema de tratamento de água por ultravioleta.

Atualmente, captamos e tratamos, em média, 10 milhões de metros cúbicos por ano, que são distribuídos pelos utilizadores, dos concelhos de Guimarães e de Vizela.

A expansão da rede de abastecimento de água, o crescente aumento da população servida, e os exigentes parâmetros de qualidade da água, implicam sucessivos investimentos em novas tecnologias de tratamento e desinfecção.

Também as consequências decorrentes das alterações climáticas, com impactes adversos nas características da qualidade da massa de água do rio Ave, impõem-nos especiais exigências, designadamente, ao nível da resiliência e eficiência de todo o sistema de captação e tratamento de água e da sua capacidade de resposta a alterações súbitas da qualidade da água captada.

Passaram sete décadas desde a inauguração da Estação de Tratamento de Água de St.^a Eufémia de Prazins, sendo que muito evoluíram, desde aí, as tecnologias de tratamento de água, mas mantemos o mesmo compromisso, a disponibilização de uma água segura, natural e equilibrada.

Para garantir a qualidade da água distribuída, dos 28 postos de recloragem e de correção de pH existentes e em funcionamento, com localizações estrategicamente determinadas, 5 foram alvo de atualização dos sistemas elétricos para otimizar o respetivo funcionamento e garantir melhor qualidade de desempenho.

Atenta a orografia dos concelhos de Guimarães e de Vizela, a manutenção de pressões de serviço é feita com recurso válvulas redutoras e estabilizadores de pressão (VRP's), estrategicamente inseridas nas redes distribuidoras gravíticas. Em 2022 foram acrescentadas 17 VRP's às 151 já existentes, passando o sistema a integrar um total de 168 VRP's.

A maioria das VRP's foi dotada de sistema de telemetria para monitorização, em tempo real, dos valores de pressão, permitindo, ainda, a atuação remota, prevendo-se para 2023 continuar a alargar a monitorização a um maior número de equipamentos.

A Vimágua tem ainda a incumbência de proceder à construção de novas ligações domiciliárias, quer seja a pedido dos interessados quer seja por iniciativa própria, havendo, neste caso, a distinguir a

execução de novas ligações e a renovação das existentes. Assim, durante o ano de 2022, foram executadas 686 novas ligações domiciliárias à rede pública de água e alteradas 145 ligações existentes que necessitaram de intervenção corretiva ou substituição



Na atividade operacional do sistema público de abastecimento de água, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

- Implementação de planos de higienização de reservatórios, estações elevatórias e hidropressores;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de estações elevatórias e hidropressores;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de válvulas redutoras de pressão;
- Pesquisa ativa de fugas;
- Redução do tempo de início na reparação de fugas;
- Aumento da eficácia nas reparações efetuadas.

Para garantia do bom funcionamento do sistema e da qualidade e continuidade do serviço prestado aos seus clientes, foram executadas, em 2022, 2.988 intervenções de manutenção corretiva para reparação de roturas, 806 intervenções destinadas a correção de anomalias identificadas em hidrantes, nichos de contadores e ramais domiciliários e 150 intervenções para concretizar a ligação a novas redes que entraram em funcionamento durante o ano. e 4.859 intervenções de manutenção preventiva em equipamentos afetos ao serviço de abastecimento de água, nomeadamente, nos 91 reservatórios, estações elevatórias e hidropressores, bem como, nos 168 equipamentos destinados a reduzir e estabilizar a pressão de serviço (VRP's) e nas 64 instalações para monitorização do desempenho das redes (ZMC's).

Também, com vista a garantir a qualidade da água bem como a continuidade do serviço e a preservação do património, foi executada a remodelação exterior e interior do Reservatório Mesão Frio Zona Alta, a ampliação da sala de tratamento de água com a substituição de todo o circuito hidráulico (tubagens e válvulas) e a remodelação integral da instalação elétrica, incluindo o fabrico do novo quadro elétrico de comandos. A instalação foi dotada de sistema automatizado com telemetria incorporada para acompanhamento, em tempo real, dos parâmetros relativos aos caudais, nível, valores de teor de cloro residual e de pH, bem como implementação de atuação remota das válvulas de adução das minas.



Com o mesmo objetivo, procedeu-se à remodelação exterior e interior do Reservatório Mesão Frio Zona Baixa. A instalação, também, foi dotada de sistema funcionamento automatizado, com telemetria incorporado, para acompanhamento, em tempo real, dos valores dos caudais aduzidos, elevados e distribuídos bem como atuação remota das de eletrobombas e de eletroválvulas.

Em complemento dos trabalhos realizados por empreitada e com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço, no que respeita a valores de pressão, foi instalado um novo grupo hidropressor no reservatório de Lordelo.

Ainda, no que respeita à continuidade do serviço, procedemos à instalação de sistemas de rearme automático no Reservatório de S. Estevão (0208) e na Estação Elevatória de Candoso S. Martinho (1007). A instalação deste equipamento permite, sempre que ocorra uma interrupção do fornecimento de energia, por motivos de trovoadas, por exemplo, que o restabelecimento da alimentação elétrica se processe de forma automática, sem intervenção humana, e consequentemente não deixe que os clientes fiquem privados de abastecimento de água como, por vezes, acontecia. Prevemos continuar a dotar as restantes instalações com sistemas idênticos para minimizar as deslocações às instalações e, em alguns casos, a falha de água, faltando apenas equipar as Estações Elevatórias de Água deste sistema.

Relativamente à gestão do parque de contadores instalados, constituído por total de cerca de 73.300 unidades, de variadas marcas, modelos, tecnologias e calibres, foram realizadas as seguintes operações:

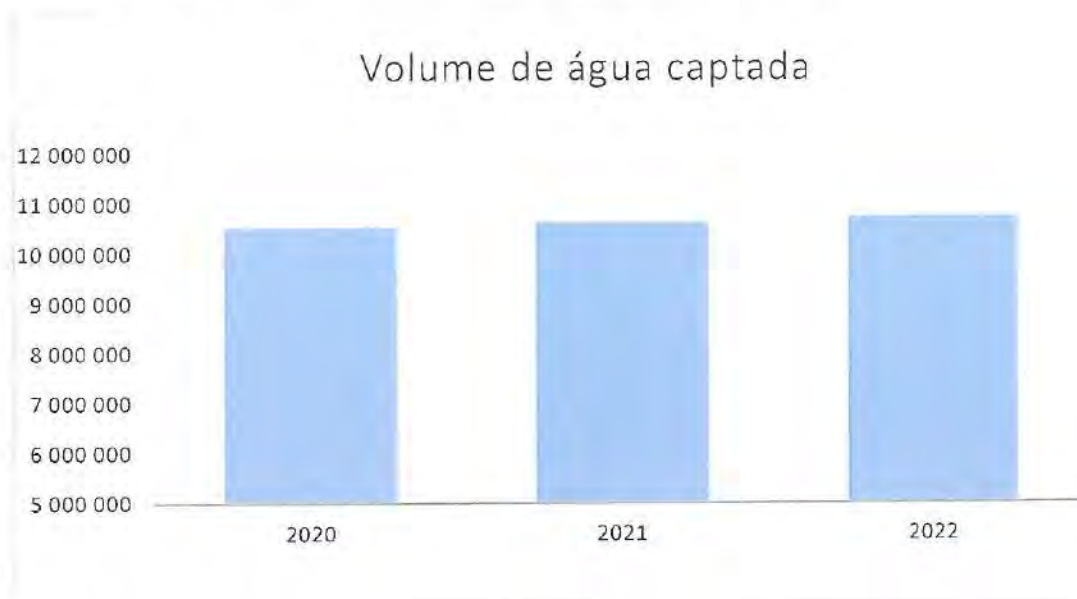
Tipo de Intervenção	2020	2021	2023
Instalação de contadores	3 397	3 652	3 496
Substituição de contadores	4 161	6 020	6 557
Levantamento contadores	1 387	1 490	1 330
Cortes por dívida	854	29	523
Religação do serviço	352	0	164
Reparação da instalação	2 682	3 108	2 340

Na atividade desenvolvida como Reparador Instalador de contadores de água, a Vimágua procedeu à reparação e ao ensaio, em banca apropriada, de 8.230 contadores para verificação do cumprimento legal e salvaguarda da qualidade da medição dos volumes a faturar aos clientes. Destes, 6.610 foram reutilizados e encaminhados para novas instalações enquanto que 1.610 foram abatidos do parque de contadores e encaminhados para sucata, por não apresentarem condições de reparação economicamente viável.



Produção e Distribuição de Água

O volume total de água captada pela Vimágua foi de 10.724.960 metros cúbicos, representando um acréscimo de 0,95%, quando comparado com o ano de 2021.



O volume de água faturada aos utilizadores do serviço público de abastecimento de água foi de 7.184.804 metros cúbicos, o que representa um valor superior ao do ano anterior em 201.662m³ (+2,89%). De salientar o aumento mais significativo do volume de água faturada comparativamente ao volume de água captada.



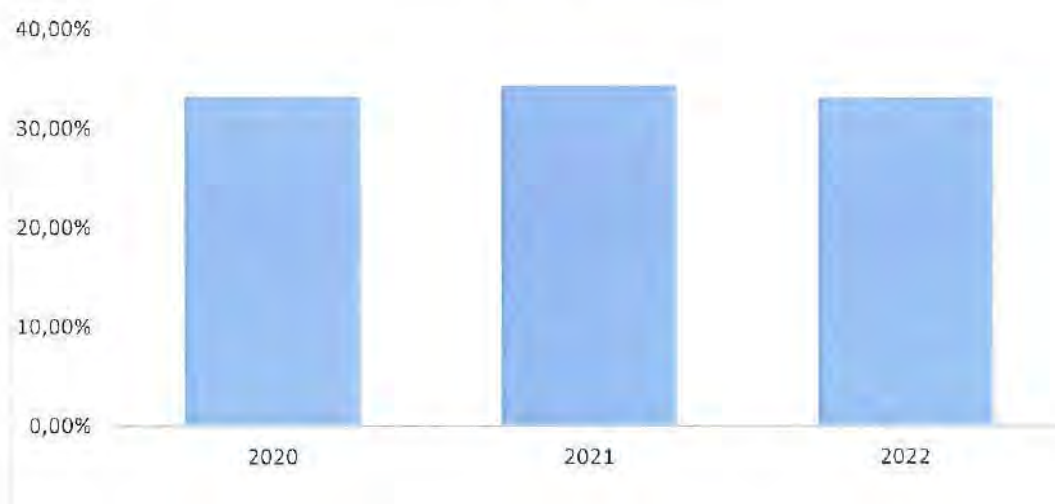
As perdas de água dividem-se em perdas reais e perdas aparentes, sendo que o indicador de perdas reais representa o volume total de perdas físicas de água do sistema em pressão, até ao contador do



cliente, e o indicador de perdas aparentes contabiliza todos os tipos de imprecisões associadas às medições da água produzida e da água consumida e, ainda, o consumo não-autorizado (por furto ou uso ilícito).

Relativamente ao indicador de água não faturada, calculado pela diferença entre a água entrada no sistema e o consumo autorizado faturado, regista-se um decréscimo de 1,26p.p. relativamente ao ano anterior, tendo-se fixado nos 33,01%. Este indicador inclui não só as perdas reais (fugas, roturas...) e aparentes (consumos ilícitos, erros de medição...), mas também o consumo autorizado não faturado, onde se inclui a água para combate a incêndios.

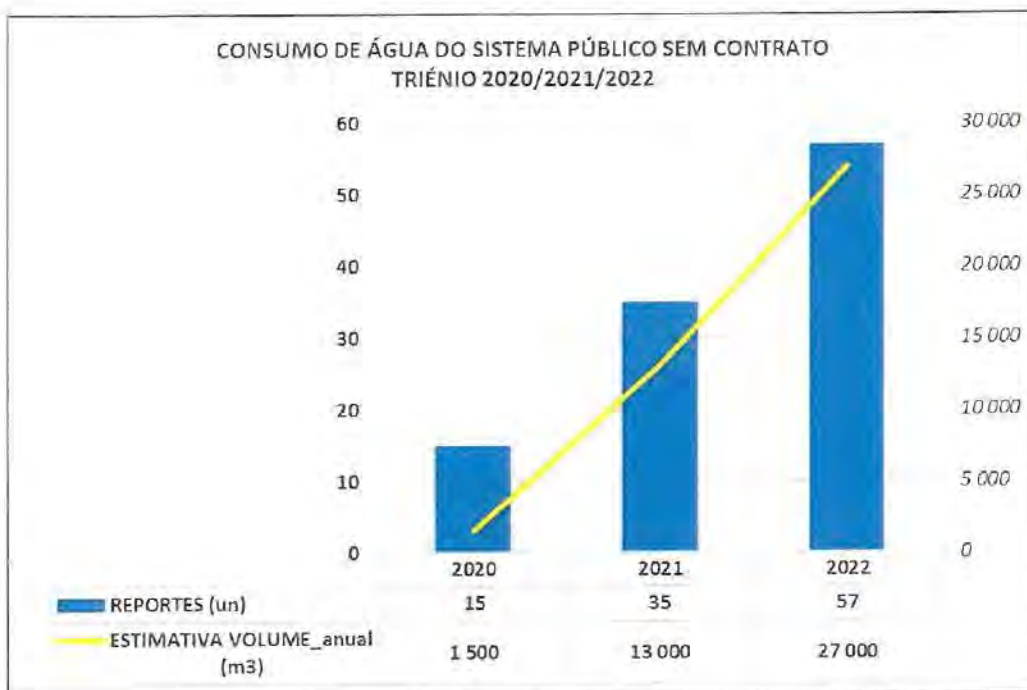
Água não faturada



A redução dos volumes de água não faturada constitui um objetivo central da Vimágua, complexo e que exige múltiplas intervenções.

Na vertente de deteção e combate aos consumos ilícitos, no ano de 2022, o serviço de fiscalização apurou que das 57 situações reportadas, apenas 21 evidenciavam a manipulação do sistema de abastecimento público para consumo abusivo, estimando-se que o caudal de água consumido abusivamente neste ano foi de 27.000 m³.





A redução de perdas no sistema urbano de abastecimento de água é um fator determinante, não só com fortes impactos na eficiência ambiental e económica, mas, também, no bem-estar dos consumidores dos Municípios de Guimarães e Vizela. Centrado na sua redução, a Vimágua deu continuidade, ao longo do ano de 2022, às medidas que conduzem à consecução deste objetivo, nomeadamente:

- Implementação do plano de substituição de condutas e ramais, que prevê, para além das intervenções a executar a curto prazo (1 ano) nos componentes mais críticos, cuja condição física e desempenho são manifestamente deficientes, intervenções a médio prazo (5 anos) nos componentes considerados prioritários, selecionados com base na informação complementar recolhida a curto prazo e no diagnóstico do funcionamento do sistema.
- Intensificação das ações de gestão e otimização de pressões, por forma alcançar condições de serviço adequadas e prolongar a vida útil dos equipamentos e infraestruturas de distribuição. Foram implementadas ações nos subsistemas de Vermil, Sande São Lourenço, Ronfe, Longos e São Pedro, no concelho de Guimarães, e nos subsistemas de São Paulo (Vizela), Santo Adrião (Vizela) no concelho de Vizela.
- Continuação das ações de Pesquisa ativa de fugas, com recurso a meios subcontratados e internos, garantindo a deteção de fugas não visíveis à superfície em maior número e num menor espaço de tempo.



Como já evidenciamos, temos vindo a investir em sistemas de monitorização da rede de água, com o objetivo de identificar a ocorrência das fugas e consumos abusivos, densificando o sistema de telegestão, para reforço do controlo e monitorização em contínuo dos caudais de água captados e distribuídos, dos valores de pressão, dos níveis de água nos reservatórios e do estado dos equipamentos em geral.

Considera-se que as perdas aparentes por erros de medição dos contadores têm um impacto de significado relevante que poderá justificar um volume muito significativo de água não faturada. Por esse motivo, prosseguimos o programa de substituição e redimensionamento de contadores, o qual visa a atualização e a redução da idade média do parque de contadores instalados, bem como, a sua adequação ao perfil de consumo do cliente. Nessas operações foram substituídos, em 2022, 4.892 contadores, dos quais 94 foram redimensionados e, em alguns casos, aplicados contadores de tecnologia mais precisa.

Qualidade da água

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, registamos a manutenção de elevados padrões de qualidade na água fornecida pela Vimágua.

Garantir a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento da Vimágua, desde os recursos hídricos utilizados até à torneira do consumidor, constitui uma das maiores preocupações da nossa atividade.

O programa de monitorização da qualidade da água do Sistema Vimágua integra duas componentes:

- 1- Controlo legal – Plano de Controlo de Qualidade da Água aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), cujo objetivo é comprovar o nível de qualidade da água de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro);
- 2- Controlo operacional/vigilância da qualidade da água – Realizado em todas as origens de água para consumo humano (captações superficiais e captações subterrâneas), nos reservatórios de água tratada, no controlo da eficiência do tratamento da água nas Estações de Tratamento de Água (ETA) e de pontos da rede de abastecimento de água, com o objetivo de detetar possíveis anomalias na qualidade da água, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas/corretivas eficazes.



No âmbito da execução do Programa de Controlo da Qualidade de Água para consumo humano, com reporte ao ano de 2022, registámos 100% de cumprimento dos valores paramétricos exigidos por Lei, o que permite classificar a água distribuída pela Vimágua, como sendo de boa qualidade, uma água segura, de acordo com o Guia de Avaliação da Qualidade de Serviço da ERSAR, que se tem vindo a manter nos últimos anos.



A qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa.

O programa de monitorização da qualidade da água do ano de 2022, aprovado pela Entidade Reguladora, foi integralmente cumprido.

No sítio <http://www.vimagua.pt> são divulgados os relatórios da qualidade da água, com periodicidade trimestral, de demonstração do programa de controlo legal, efetuado em água colhida nas torneiras dos consumidores.

A Vimágua tem implementado o Plano de Segurança da Água, que contempla a totalidade do sistema de abastecimento, desde as origens de água (subterrâneas e superficiais) utilizadas para produção de água destinada ao consumo humano, até às torneiras dos consumidores finais. Assim, fazem parte as origens, as captações, as etapas de tratamento, a rede de distribuição e a rede predial dos clientes.

No ano de 2022 a Vimágua submeteu, na aplicação "Avaliação do Risco" (AvR) do portal da ERSAR, toda a informação da Avaliação do Risco de todas as Zonas de Abastecimento para a apreciação da ERSAR, de acordo o disposto no artigo 14.º A do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado



 pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, dentro do prazo estipulado. A avaliação de risco foi aprovada pela ERSAR e o PCQA 2023 foi aprovado de acordo com a Avaliação de Risco submetida no portal, cumprindo com os critérios legais aplicáveis.

Em 2022, a Vimágua foi distinguida pela ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e

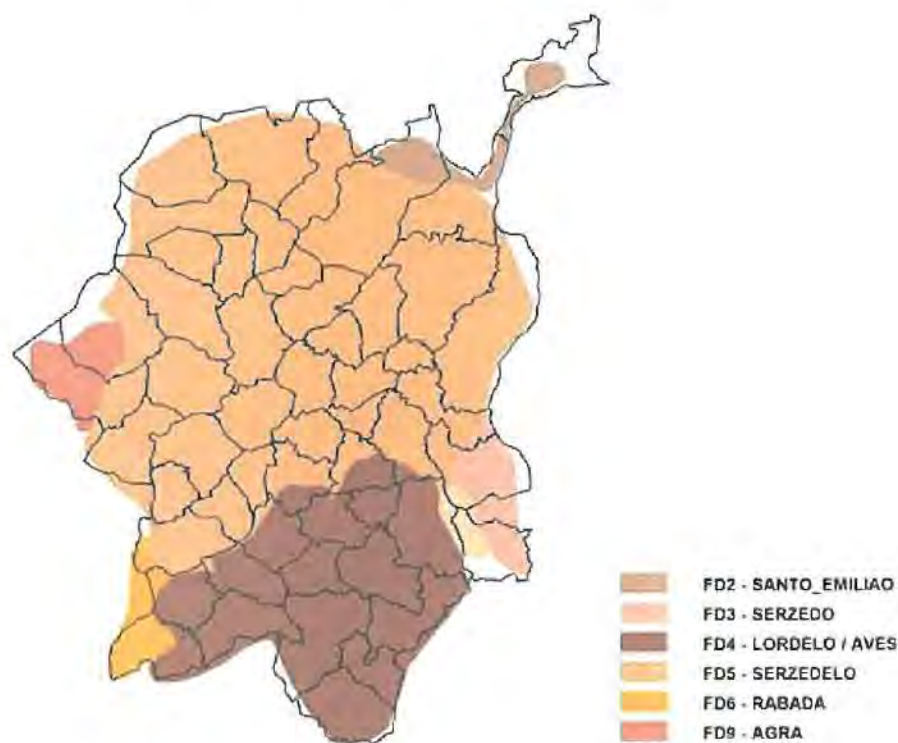


Resíduos – com o selo de qualidade exemplar de água para consumo humano, pelos resultados do ano de 2021. É o terceiro ano consecutivo em que este selo é atribuído à Vimágua. Este selo é atribuído às entidades gestoras do serviço de abastecimento público de água que, no último ano de avaliação regulatória, tenham assegurado uma qualidade exemplar da água para consumo humano.

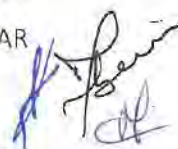
Águas Residuais

A atividade na área do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, cuja gestão compete à Vimágua, diz respeito ao “sistema em baixa”, ou seja, a recolha e encaminhamento das águas residuais até ao sistema de tratamento em alta, explorado em regime de concessão, pelo sistema multimunicipal do Norte de Portugal.

Mapa de enquadramento do Sistema de Drenagem de Águas Residuais



Neste domínio, a Vimágua é responsável pela gestão de uma rede com 921,2 quilómetros de coletores, aos quais se encontram ligados 47.561 ramais domiciliários, e que engloba 81 EEAR (Estações Elevatórias de Águas Residuais).



Nesta atividade operacional, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

- Implementação de planos de manutenção preventiva das redes de drenagem;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de Estações Elevatórias;
- Implementação de planos de manutenção preventiva de FSC - Fossas Sépticas Coletivas - e ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais.

Durante o ano de 2022, no que se refere a equipamentos instalados na rede de coletores, foram construídas, por administração direta, três novas estações elevatórias de águas residuais (EEAR da Travessa da Cruz D'Argola, na freguesia de Mesão Frio, a EEAR da Rua Vila de Moure, na freguesia de Moreira de Cónegos e a EEAR de Linhares, na freguesia de S. Estevão de Briteiros) e instaladas câmaras de gradagem e de manobras em 7 estações elevatórias de águas residuais existentes (na EEAR da Rua do Fontanário, freguesia de Santo Adrião de Vizela; na EEAR da Rua João Paulo II, na UF de Tabuadelo e S. Faustino; na EEAR da Rua General Humberto Delgado, freguesia de Serzedelo; na EEAR da Rua da Sagrada Família, na freguesia de Prazins S. Eufémia; na EEAR da Rua da Ressa, na freguesia de Selho S. Jorge; na EEAR da Rua da Ribeira, na UF de Briteiros S. Estevão e Donim e na EEAR da Rua do Eirado, UF de Sande S. Lourenço e Balazar). A construção das câmaras de gradagem permite dotar a instalação de uma proteção dos GEB - Grupos eletrobombas - contra a introdução de resíduos sólidos potencialmente perigosos para a integridade e bom funcionamento dos equipamentos. A construção de câmara de válvulas permite facilitar as operações de manutenção periódica sem necessidade de entrada no poço de bombagem.

Ao nível dos equipamentos de águas residuais foi, ainda, em complemento das empreitadas realizadas, instalado equipamento de elevação em 8 poços de bombagem, a saber: EEAR Travessa Anjos, Pencelo, EEAR Linhares, Santo Estêvão de Briteiros, EEAR da Travanca, S. Lourenço de Sande, EEAR rua das Flores, S. Faustino, EEAR Devesa Escura, Gémeos, EEAR rua Calçada, Santa Eulália, EEAR rua da Lage, Silvares e EEAR da rua de Brence, Pinheiro. Em todas elas foi, também, instalado os correspondentes quadro elétrico e o agitador e implementado sistema de telemetria com possibilidade de atuação remota.





Foram, ainda, reformulados, com meios próprios, 9 quadros elétricos, afetos a EEAR's e adquiridas 10 sondas hidrostáticas, para melhor acompanhar, em tempo real e remotamente, o desempenho das instalações, tendo por objeto identificar situações anómalas, nomeadamente e principalmente, a identificação de situações de afluências indevidas aos sistemas de drenagem afetas às EEAR's e consequente eliminação ou minimização do desperdício de energia de bombeamento.

Para permitir a monitorização em contínuo das EEAR, em 2022, foram acrescentados aos cerca de 67 *loggers*/autômatos existentes, mais 8 dispositivos de recolha, armazenamento e comunicação de dados. A utilização destes equipamentos permite conhecer, online, o estado dos equipamentos onde se encontram instalados e o comportamento da instalação a que está associado, possibilitando atuação em tempo útil, evitando falhas e prevenindo situações que possam ser consideradas anómalas e por isso serem potenciais ocorrências de derrames na via pública.

São, também, geridas pela Vimágua pequenas redes de drenagem de águas residuais com ligação a fossas coletivas, quase exclusivamente, em loteamentos e cuja ligação às redes principais não se mostra economicamente viável. Assim, a Vimágua assegura a manutenção de 21 FSC (Fossa Séptica Coletiva). Para além destas infraestruturas públicas, a Vimágua assegura a manutenção de fossas privadas sempre que o respetivo proprietário o solicite.

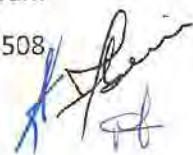
A Vimágua tem a incumbência de proceder à construção de novas ligações domiciliárias, quer seja a pedido dos interessados quer seja por iniciativa própria, havendo, neste caso, a distinguir a execução de novas ligações e a renovação das existentes. Assim, durante o ano de 2022, foram executadas 867 novas ligações domiciliárias à rede pública de saneamento e 7 ligações existentes que necessitaram de intervenção corretiva.

Com respeito aos planos de manutenção preventiva das redes de drenagem, a Vimágua manteve operacionais a suas equipas, tendo executado a limpeza preventiva a 252.560 metros de coletores de águas residuais.

Para averiguação de eventuais anomalias de funcionamento e consequente diagnóstico, foram inspecionados, através de inspeção Vídeo CCTV, 19.997 metros de coletores de águas residuais, 550 caixas de visita e 130 CRL - Caixas de Ramal de Ligação. Com o mesmo objetivo, foram, ainda, inspecionadas visualmente 1.680 CV - Caixas de Visita, 3.290 CRL - Caixas de Ramal de Ligação, a que corresponde uma extensão de rede de 52.197 metros lineares.

No que respeita à manutenção corretiva das redes de saneamento, foram realizadas 2.342 operações de desobstrução, 457 intervenções conducentes à correção de anomalias em caixas de visita e caixas

de ramal de ligação e 43 intervenções de reabilitação. No capítulo da manutenção preventiva foram realizadas 1308 intervenções relacionadas com a manutenção de fossas sépticas e 2.508 intervenções de assistência às EEAR - Estações Elevatórias de Águas Residuais.



Afluências pluviais indevidas

A ocorrência de afluências pluviais indevidas e de caudais de infiltração prejudicam o desempenho dos sistemas de drenagem, tendo como efeito a sobrecarga hidráulica e consequente extravasamento dos sistemas.

As afluências pluviais indevidas têm geralmente origem em redes prediais pluviais ligados aos ramais e à rede de saneamento, enquanto a infiltração ocorre devido a problemas estruturais nos coletores, nas juntas, ligações e câmaras de visita.

A redução das afluências pluviais indevidas e dos caudais de infiltração constitui um objetivo estratégico para a Vimágua, tanto por razões económico-financeiras, como por razões ambientais. Do ponto de vista económico, o aumento do volume de água para tratamento, nomeadamente após grandes precipitações, traduz-se num aumento de custos para a entidade gestora. Do ponto de vista ambiental reduzir as afluências pluviais indevidas e dos caudais de infiltração, significa reduzir os extravasamentos, evitando desta forma a poluição dos meios recetores.

Com vista à concretização do objetivo estratégico traçado para a redução de afluências indevidas, foi elaborado o *Plano de Redução de Afluências Indevidas nas Redes de Drenagem Integradas nos Municípios de Guimarães e Vizela*, em parceria com as cinco entidades que exploram os sistemas de drenagem, Câmaras Municipais de Guimarães e Vizela, no que se refere à drenagem de águas pluviais, Vimágua, na componente referente às redes de drenagem de águas residuais, e Águas do Norte e Tratave, no que se refere aos sistemas interceptores e estações de tratamento de águas residuais.

O plano, com um horizonte temporal de 5 anos, visa definir ações, globais e parciais, para a resolução das afluências indevidas às redes de drenagem de águas residuais, sejam coletores e/ou interceptores, permitindo desta forma melhorar a capacidade hidráulica das componentes dos sistemas e reduzir significativamente o risco de inundações e extravasamentos em linhas de água, arruamentos ou terrenos marginais.

Neste contexto, foram definidas medidas mitigadoras e/ou mais urgentes de curto prazo, que conduzirão, de um modo mais rápido, à resolução parcial de alguns problemas e à preparação de medidas corretivas em período subsequente.

Como problema principal no sistema de drenagem de água residuais, a Vimágua debate-se na exploração deste sistema com elevada frequência, a uma sobrecarga hidráulica dos coletores provocadas pelas afluências de caudais indevidos, muitas vezes, agravadas pela rejeição de substâncias interditas. Este tipo de situação origina reduções significativas no desempenho do sistema, com várias consequências nefastas associadas, tais como: inundações, descargas sem tratamento adequado e degradação precoce das infraestruturas.

Ciente desta problemática, as equipas de manutenção de redes (setor de gestão de redes de saneamento e a divisão de fiscalização), têm vindo a realizar várias ações nos componentes do sistema de drenagem de águas residuais com o objetivo de identificar e resolver estas afluências.

Neste sentido, durante o ano de 2022, no âmbito de atuação do setor de gestão de redes de saneamento, foram inspecionadas visualmente mais de 1.680 caixas de visita e 3.290 caixas de ramal, que resultaram na deteção de 621 ligações de afluências indevidas ao sistema de drenagem de águas residuais. Destas ligações, 233 foram resolvidas, a que correspondeu à retirada de volume de águas pluviais, de 40.750 m³.

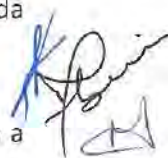
Afluências Indevidas 2022		
Estado Resolução	Volume Afluências (m ³)	Ligações Detetadas (nº)
Resolvidas	40.750	233
Por Resolver	32.400	77
Fiscalização	70.350	311
Total	143.500	621

Neste domínio, destacam-se, pela sua importância as seguintes intervenções realizadas no ano 2022:

- Correção de anomalias nas infraestruturas publicas de águas pluviais na Rua da Arcela, na freguesia de Azurém;
- Correção de anomalias nas infraestruturas publicas de águas pluviais na Rua de Moure, na freguesia de Moreira de Cónegos;
- Correção de anomalias nas infraestruturas publicas de águas pluviais na Rua de São Gualter, na freguesia de Urgezes;



- Correção de anomalias nas infraestruturas públicas de águas na Rua Alexandre Herculano, da freguesia de Azurém.



Durante o ano de 2022 foram intensificadas as campanhas regulares em tempo húmido para a deteção e eliminação de aflúências indevidas de águas pluviais em subsistemas associados a estações elevatórias de águas residuais. Determinou-se como prioritário o trabalho de reduzir significativamente, ou mesmo eliminar, a aflúência de águas não residuais no sentido de baixar os consumos energéticos e desgaste dos GEB-Grupos Eletrobomba.

Nesse trabalho foram inspecionadas as bacias associadas às elevatórias:

- EEAR – Rua das Teixugueiras, UF São Miguel e São João;
- EEAR – Rua João Paulo II, UF de Tabuadelo e S. Faustino;
- EEAR – Rua da Ribeira, UF de Briteiros S. Estevão e Donim;
- EEAR – Rua Abade Tagilde, UF Candoso São Tiago e Mascotelos;
- EEAR – Rua Comandante Carvalho Crato, UF Sande Vila Nova e Sande São Clemente;
- EEAR – Rua da Fonte Santa, Urgeses;
- EEAR – Rua de São Lourenço, UF Serzedo e Calvos;
- EEAR – Rua do Campo Casal, Fermentões.

que totalizam uma extensão de 18.925 metros de rede de drenagem, 566 caixas de visita e 1.030 caixas de ramal, tendo possibilitado a identificação da necessidade de impermeabilização em 33 caixas de visita e 59 caixas de ramal, trabalhos executados de imediato.

No que ao combate às aflúências indevidas concerne, salienta-se, além o trabalho sistemático na deteção dessas aflúências, o subsequente processo de notificação dos proprietários dos imóveis, quando se trata de ligações prediais indevidas.

Assim, no ano de 2022, foram sinalizados um total de 223 prédios com pluviais ligadas indevidamente ao sistema público de recolha de águas residuais urbanas.

Tendo por base a disposição legal que decorre do artigo 66º do “Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas – Municípios de Guimarães e Vizela”, procedeu-se à notificação dos proprietários dos prédios visados, para executarem a correção das aflúências pluviais prediais sinalizadas.



Com efeito, as correções das aflúências prediais indevidas têm sido alavancadas com a notificação dos proprietários dos prédios para cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor.

Da análise das notificações efetuadas no último triénio, resulta um total de 801 prédios intervencionados e 555 prédios que, após notificação, corrigiram/anularam as ligações pluviais ao sistema público de saneamento (69%).



Este caudal que deixou de ser rejeitado indevidamente no sistema residual em baixa, corresponderá a uma redução do volume afeto às aflúências indevidas que se refletirá certamente na faturação, em particular na parcela que respeita à cobrança do tratamento pela entidade que gere o sistema em alta.

No que respeita às aflúências pluviais provenientes das redes municipais de águas pluviais, a Vimágua, sempre que possível, tem diligenciado com meios próprios à sua correção.

Proteção das Linhas de Água

Uma outra variante da problemática na gestão do sistema público de saneamento de águas residuais respeita à rejeição de efluentes nas linhas de água, cuja importância, como suporte fundamental para o equilíbrio e preservação dos ecossistemas, motivou um conjunto de ações inspetivas, com o intuito de avaliar o estado funcional e estrutural das redes de drenagem de águas residuais e pluviais, bem como, da qualidade da água, visando detetar eventuais afluxos de águas residuais.



A deteção de fontes prediais emissoras de poluentes para linhas de água, é uma tarefa particularmente exigente em ambiente urbano. A profusão de trajetos potenciais desde o foco de poluição até ao ponto de entrada na linha de água dificulta sobremaneira essa tarefa, potenciada pela falta de cadastro de águas pluviais.

Não dispondo de qualquer outra ferramenta específica para o efeito, o trabalho desenvolvido diretamente pela Vimágua, tem sido efetuado recorrendo à abertura de caixas de visita para se diferenciar os coletores pluviais/residuais e à execução de testes com traçadores coloridos para mapear o percurso do escoamento.

No decurso do ano 2022, foram recebidos um total de 271 reportes, tendo sido corrigidas até ao final do ano 25% das ligações residuais domésticas, canalizadas indevidamente para o sistema público pluvial e/ou linhas de água das principais linhas de água do concelho de Guimarães (Rio Ave) e Vizela (Rio Vizela).

As ações desenvolvidas, no ano 2021 representam uma valorização das linhas de água do concelho de Guimarães e Vizela, num volume aproximado de 66.000 m³ de águas residuais não tratadas que deixaram de ser rejeitadas no meio hídrico.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido em anos anteriores neste domínio e no que à gestão de infraestruturas públicas concerne, este ano foi marcado por algumas intervenções tecnicamente complexas e exigentes, quer de diagnóstico, quer de execução de obra, que após a sua conclusão, tiveram impacto imediato na melhoria da qualidade das linhas de água, com a eliminação de focos de poluição, e de afluências indevidas de águas pluviais à rede pública de águas residuais, com potencial suficiente para diminuir significativamente a frequência de ocorrência de transbordamentos, sempre que ocorre pluviosidade, em zonas críticas do tecido urbano dos dois Municípios.

Como metodologia de trabalho, em cada linha de água, é efetuado um diagnóstico (por inspeção visual, traçadores coloridos, injeção de fumos e inspeção vídeo), de modo a identificar / localizar os locais onde ocorrem as descargas e a respetiva origem, quer nos troços subterrâneos, quer nos troços onde o escoamento é superficial.

Em consequência desta metodologia, aplicada inicialmente na Ribeira de Couros e replicada na Ribeira de Santa Luzia e Ribeira de Passos em Vizela, destaca-se a obra executada na rua Francisco Agra e no logradouro do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Guimarães que permitiu retirar mais de 80 m³/dia de saneamento da Ribeira de Santa Luzia e um volume estimado 500 m³/ano de águas pluviais da rede pública de águas residuais.



Por administração direta, durante o ano de 2022, foram ainda executadas outras obras, onde se destacam:

- Extensão da rede de abastecimento de água na Rua de Fundogos, União de Freguesias de São Miguel e São João – Vizela;
- Instalação de sistema de reaproveitamento de água das piscinas Municipais de Guimarães;
- Extensão da Rede de Águas Residuais – Rua dos Outeiros”, na UF de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar;
- Extensão da rede de abastecimento de água e rede de águas residuais na Travessa da Cruz D’Argola, freguesia de Mesão Frio.



Gestão de Clientes



Gestão de Clientes



A Missão e Cultura de atuação da Vimágua tem como pilares fundamentais os Valores já enunciados, pelos quais se pauta e os quais, simultaneamente, promove, no seu âmbito de atuação. A satisfação dos clientes, claramente assumida na Política de Gestão adotada, encerra em si aquele que será o principal Valor, pela sua importância intrínseca e, também, por ser aquele que pode aglutinar e sintetizar todos os outros.

O contínuo desenvolvimento de uma cultura de serviço ao Cliente é uma orientação estratégica que se concretiza no desenvolvimento de iniciativas direcionadas para a melhoria contínua do serviço prestado.

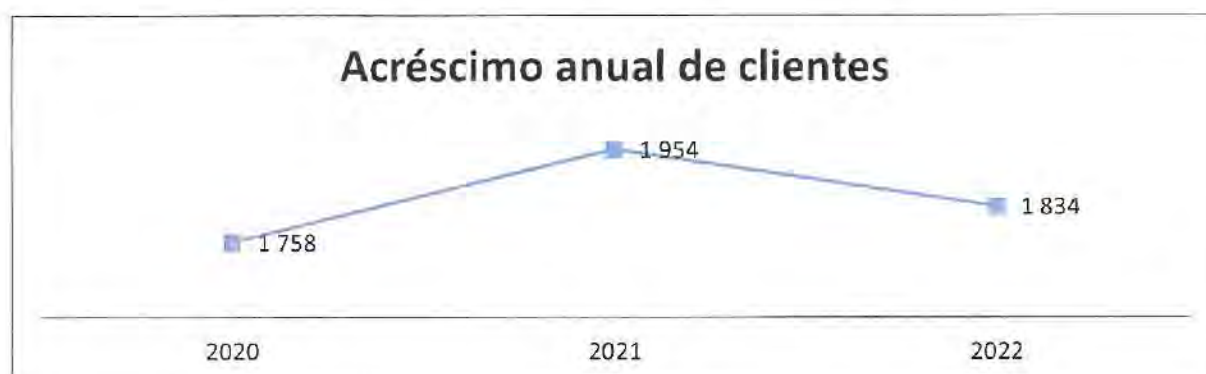
Clientes em números

No final de 2022 o número total de clientes da Vimágua era de 75.465, sendo 73.017 clientes de água e 68.457 clientes de saneamento.

Os clientes totais da Vimágua cresceram 2,49% comparativamente ao final do ano de 2021.

Tipo de cliente	2020	2021	2022
Doméstico	61 536	63 109	64 644
Não Doméstico	10 141	10 522	10 821
Total	71 677	73 631	75 465

De realçar que desde o final do primeiro exercício de atividade (2002), a Vimágua regista um acréscimo de 31.821 clientes, a que corresponde uma taxa de crescimento de 78,91% e uma taxa média de crescimento anual de 3,84%.



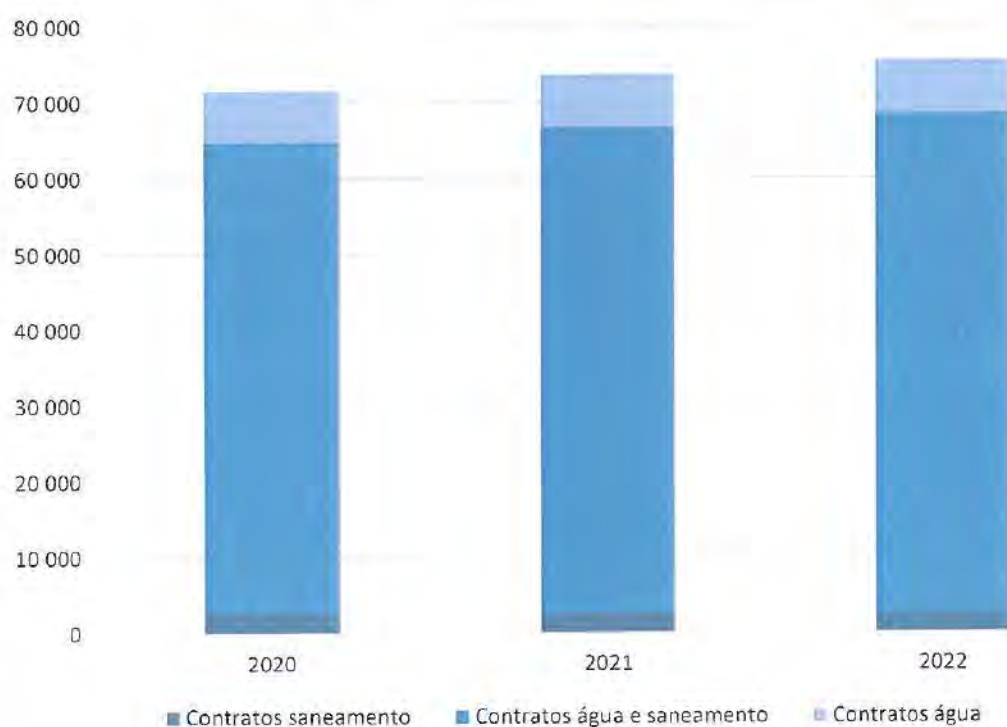
No triénio 2020-2022 a Vimágua registou um acréscimo de 5.546 clientes.



Em 2022 o crescimento anual de clientes (+1.834) foi inferior ao registado no ano anterior (+1.954) e superior ao registado em 2020 (+1.7857), mantendo-se, inequivocamente, uma trajetória de crescimento, reflexo da adesão às novas redes e resultado do processo de notificação a quem tem serviço disponível, sem ligação às respetivas redes.

Consoante a natureza dos serviços existem três tipologias de contratos: “contratos de saneamento”, “contratos de água e saneamento” e “contratos de água”.

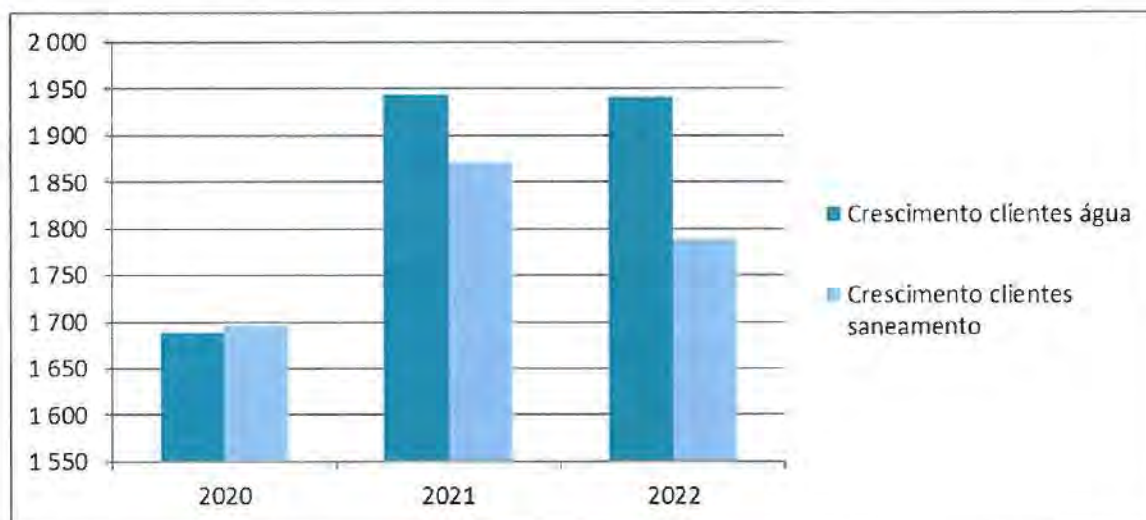
Tipo de contratos	2020	2021	2022
Contratos saneamento	2 545	2 555	2 448
Contratos água e saneamento	62 253	64 114	66 009
Contratos água	6 879	6 962	7 008
Total	71 677	73 631	75 465



Realça-se que em 2022, à semelhança dos anos anteriores, registou-se acréscimo de clientes nas tipologias de contratos único (água e saneamento) e água, com decréscimo de contratos só de saneamento. Assim os contratos únicos tiveram um acréscimo de +1.895, os contratos só de água +46 e os contratos só de saneamento tiveram um decréscimo de 107 contratos. Este decréscimo terá resultado na maioria dos casos da ligação e adesão desta tipologia de clientes ao sistema público de água, o que é positivo e prosseguido pelas ações desenvolvidas pela Vimágua.



O crescimento de clientes foi superior ao registado no ano 2020 e ligeiramente inferior ao registado no ano 2021, tendo-se registado um crescimento significativo, tanto em clientes saneamento (+1.788), como de água (+1.941). O crescimento de clientes foi superior na tipologia de água.



Os resultados do último triénio continuam a evidenciar, por um lado, o contínuo investimento em novas redes com vista à universalização tendencial dos serviços públicos de água e saneamento de águas residuais, por outro, o trabalho de fiscalização e controlo das ligações à rede pública de saneamento sem contratação do serviço com a Vimágua e, por último, o procedimento de obrigatoriedade de ligação às redes e contratação dos serviços implementado e em curso.

Cientes de água

O número total de clientes de água, em 31 de dezembro de 2022, era de 73.017 representando uma taxa de crescimento anual de 2,73%.

Tipo de cliente	2020	2021	2022
Doméstico	59 146	60 714	62 370
Não Doméstico	9 986	10 362	10 647
Total	69 132	71 076	73 017

Assim, no final de 2022 a Vimágua passou a contar com mais 1.941 clientes, comparativamente com o final do ano anterior.

Da análise da evolução de clientes, concluímos que, tradicionalmente, o maior acréscimo é registado nos clientes familiares, resultado da expansão dos serviços públicos aos anéis externos dos concelhos, onde o peso dos serviços e indústrias é menor, mas onde um grande número de pessoas passou a contar com a Vimágua como parceira de saúde pública, ambiente e qualidade de vida.



Nos últimos anos esta tendência foi contrariada, registrando-se taxas de crescimento muito idênticas nos últimos anos, sendo que em 2021 o crescimento relativo dos clientes não domésticos foi superior, voltando a ser idêntico em 2022.

O número de clientes de água teve um acréscimo de 29.373 novos clientes, desde final de 2002, a que corresponde uma taxa de crescimento de 72,3% e uma taxa de crescimento anual média de 3,54%.



O acréscimo anual de clientes de água, o qual representa, também, um acréscimo no indicador de adesão às redes públicas, reflete por um lado o desfasamento temporal que existe entre a disponibilização de redes e a ligação da população às mesmas, num território fortemente marcado por origens alternativas, e, por outro, o trabalho contínuo que vem sendo desenvolvido pela Vimágua para promoção da adesão às redes públicas.

Clientes de saneamento

O número total de clientes de saneamento, em 31 de dezembro de 2022, era de 68.457 representando uma taxa anual de crescimento de 2,68%.

Tipo de cliente	2020	2021	2022
Doméstico	57 054	58 660	60 201
Não Doméstico	7 744	8 009	8 256
Total	64 798	66 669	68 457

No triénio 2020-2022 a Vimágua continua a registar um crescimento significativo de clientes de saneamento, com efeito passamos a ter mais 5.356 clientes.





Dados de Faturação

A faturação periódica de clientes, referente aos serviços prestados pela Vimágua, totalizou no exercício de 2022 o valor 19.562.321Euros, representando um valor superior ao do ano anterior (+4,97%).



Analisados os dados da faturação em valor e em quantidade, verificámos que registámos crescimento nas quantidades e valores faturados de tarifas fixas, no serviço de saneamento de águas residuais, resultante do crescimento do número de clientes. No que respeita ao serviço de abastecimento de água o crescimento das tarifas fixas foi baixo, não obstante o crescimento de clientes, devido, também, ao impacto de não ter existido crescimento de tarifas.

No que às tarifas variáveis respeita registou-se um acréscimo significativo na faturação de água de saneamento.

Destaca-se o crescimento ao nível do serviço de água pelo facto de, não tendo existido aumento de tarifas, este resultar essencialmente do acréscimo de volume de água faturada (+201.662m³).

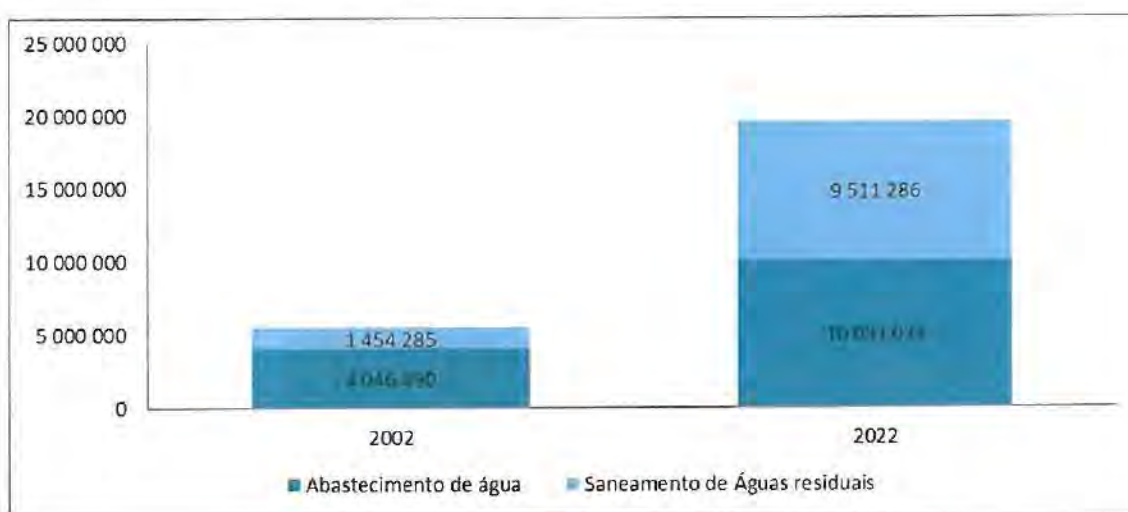


Atividade	Valor (€)			Variação 22/21
	2020	2021	2022	
Abastecimento de água	9 688 035	9 720 678	10 051 034	3,40%
- Tarifa Variável	6 403 657	6 362 510	6 685 107	5,07%
- Tarifa Fixa	3 284 378	3 358 168	3 365 927	0,23%
Saneamento de Águas residuais	8 836 695	8 914 897	9 511 286	6,69%
- Tarifa Variável	6 180 839	6 182 631	6 682 334	8,08%
- Tarifa Fixa	2 095 696	2 160 900	2 256 974	4,45%
- Contrato autónomo	560 161	571 365	571 978	0,11%
TOTAL	18 524 730	18 635 575	19 562 321	4,97%

Os rendimentos relativos a estes serviços registaram o maior crescimento do triénio, +3,4% no serviço de abastecimento de água e +6,69% no serviço de saneamento de águas residuais.

Foram mantidas, em 2022, em valores iguais aos anos anteriores todas as tarifas dos serviços prestados pela Vimágua, com exceção do serviço de saneamento de águas residuais.

Desde o início de atividade da Vimágua, em fevereiro de 2002, o montante de rendimentos relativos às principais prestações de serviços cresceu cerca de 239% como resultado do acréscimo e expansão da atividade da empresa e do rigor na contratação e faturação dos serviços prestados às populações de Guimarães e Vizela, com especial destaque para o serviço público de saneamento.



Dados de Cobrança

A cobrança coerciva das receitas da Vimágua é feita por meio do processo de execução fiscal, sendo o mesmo tramitado pelos serviços da Autoridade Tributária, ao abrigo de um protocolo firmado entre as partes em janeiro de 2018.



A celebração do protocolo permitiu à Vimágua uma significativa recuperação de dívida e uma maior garantia de cobrança, no prazo de prescrição fixado na Lei, para as dívidas de água, saneamento e resíduos sólidos.

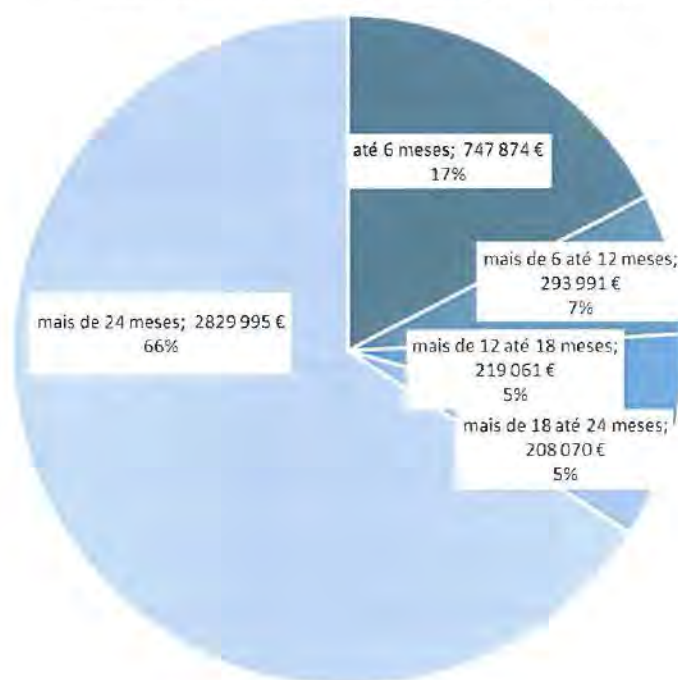
Com efeito, é inquestionável a celeridade e eficácia que se conseguiu, em resultado do protocolo com a Autoridade Tributária, o que é benéfico para o serviço público que prestamos e para os Utilizadores, na medida em que não se avolumam dívidas, que depois se tornam muito difíceis de regularizar e não são onerados com o pagamento de custas judiciais, que ultrapassam, largamente, na maioria dos casos, o valor em dívida.

Assim, o retrato da situação de dívida, em mora, a 31 de dezembro de 2022 e nos dois anos anteriores, consta do quadro e do gráfico seguinte:

Mora no pagamento	Valor em dívida (€)*		
	2020	2021	2022
até 6 meses	1 075 792	782 642	747 874
mais de 6 até 12 meses	466 367	327 651	293 991
mais de 12 até 18 meses	145 485	336 366	219 061
mais de 18 até 24 meses	92 889	245 016	208 070
mais de 24 meses	2 473 779	2 572 483	2 829 995
TOTAL	4 254 312	4 264 158	4 298 992

* inclui dívida a cobrar pela Vimágua de resíduos sólidos e TRH

Dívida de Clientes - 31 de dezembro de 2022



A dívida com mais de 24 meses, que é a maior fatia, respeita a situações cujo pagamento já foi reclamado judicialmente, incluindo a cobrança judicial por via das injunções, prévias à cobrança por via do processo de execução fiscal.

Havíamos previsto o tratamento, até final de 2022, dos processos em cobrança judicial, remetidos aos serviços de assessoria jurídica, tal não foi, todavia, alcançado, atento o volume de processos e as inúmeras diligências judiciais associadas a cada um.

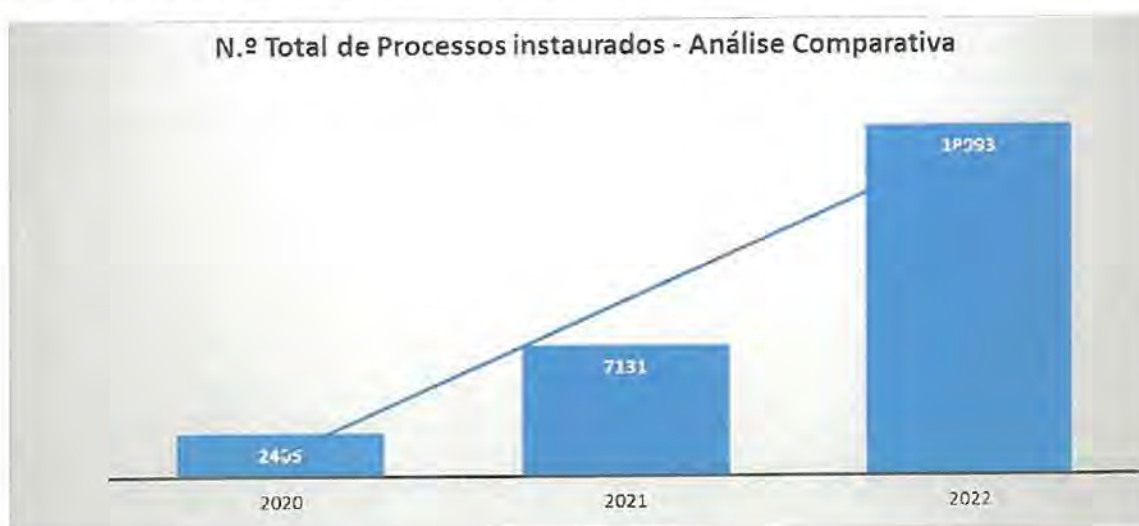
Não obstante, até ao final de 2023, teremos uma redução assinalável no valor da dívida com mais de 24 meses, tendo em conta o ritmo do trabalho que está a ser desenvolvido, juntamente com os nossos assessores jurídicos, responsáveis pela cobrança judicial destes processos.

Relativamente às restantes maturidades, os valores totais têm vindo a diminuir ao longo dos anos, sustentadamente, tratando-se de dívida, na sua generalidade, cobrável.

A interrupção do serviço de fornecimento de água, com fundamento na mora, passou a ser uma segunda linha de atuação. Sendo utilizado este recurso para as situações em que a dívida não é regularizada junto dos serviços da Autoridade Tributária, gerando, a cada mês, outras dívidas.

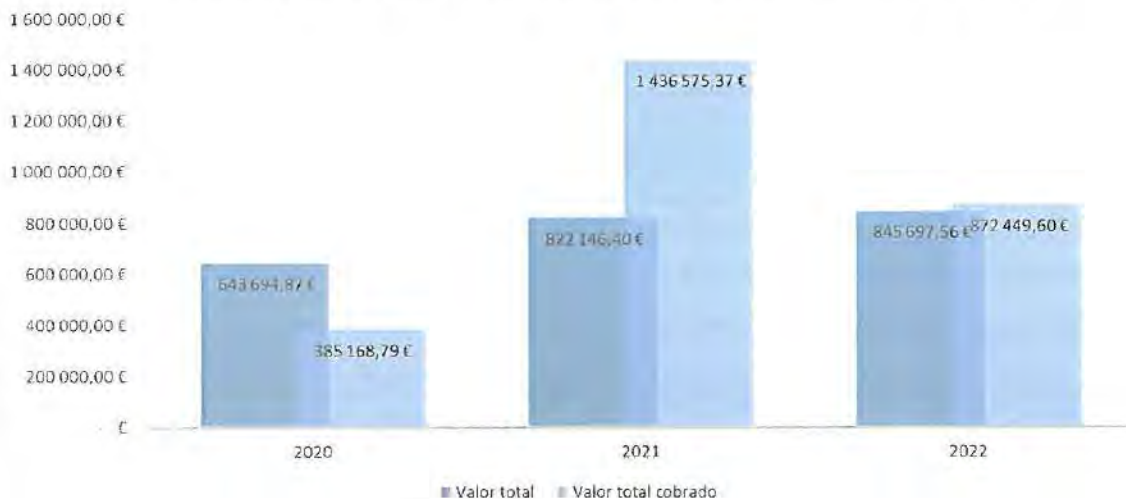
Esta é uma opção que beneficia o utilizador, porque não fica sem serviço e os encargos adicionais, pela instauração do processo de execução fiscal, são, por regra, inferiores aos custos em que incorreria com o corte.

No que à atividade da instauração de execuções fiscais concerne, verificámos uma tendência crescente no número de processos insaturados, à semelhança dos anos anteriores, decorrente de uma cada vez maior automatização e otimização dos procedimentos:



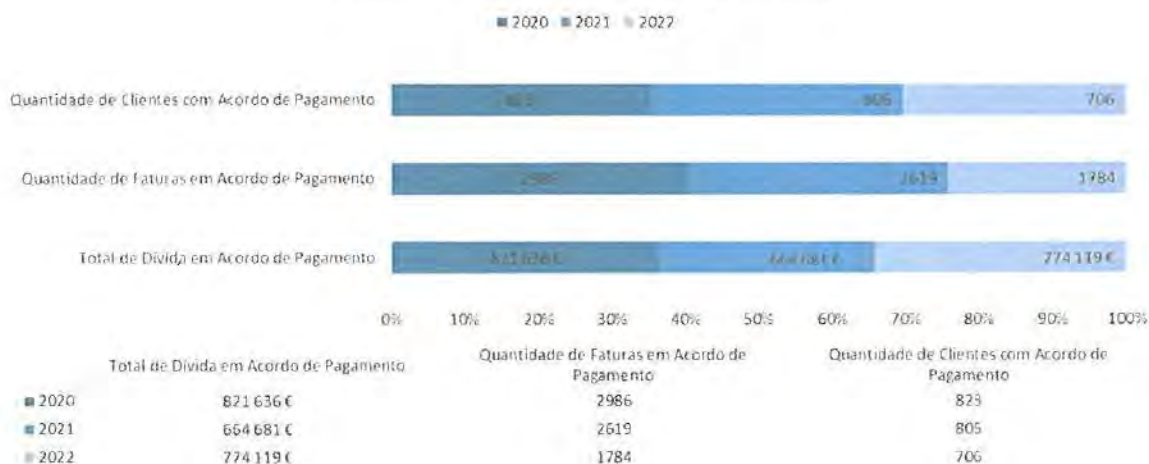
Mantemos uma trajetória sustentada de instauração de processos de execução fiscal e cobrança de dívida, quer tenha sido objeto de reclamação em processo de execução fiscal quer tenha sido cobrada em momento prévio à instauração, mas já no estado "Execução Fiscal":

Valor total de Processos Instaurados no ano de 2022 e Valor total de dívida paga no estado "Execuções Fiscais" no ano de 2022

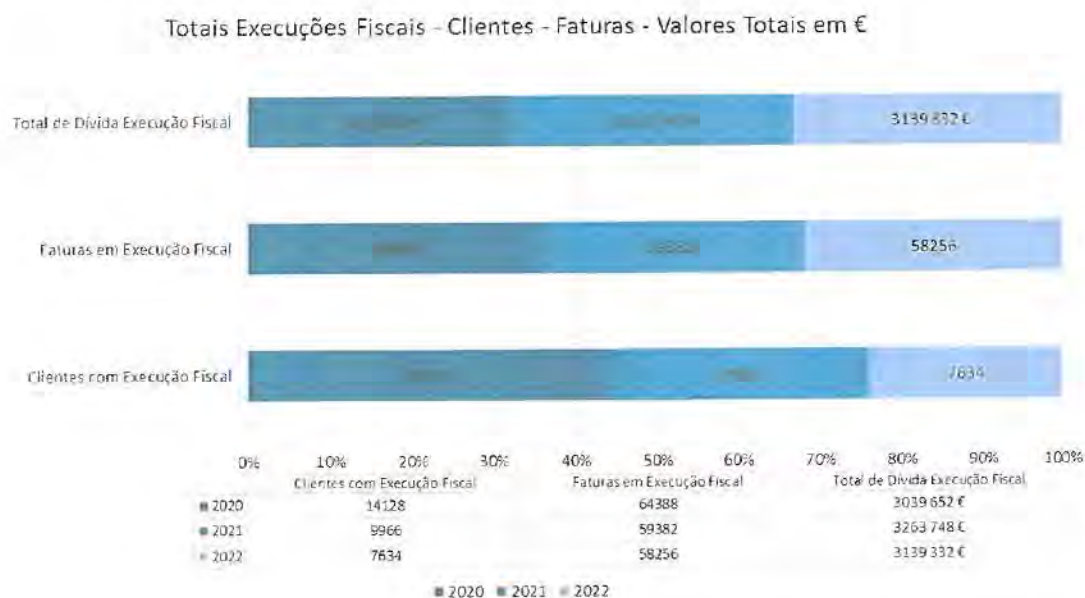


Já no que concerne à dívida total a ser paga em acordos de pagamento a 31 de dezembro de 2022, a situação é a seguinte:

Dívida em Acordo de Pagamento



A dívida total no estado “Execução Fiscal”, a 31 de dezembro de 2022 era a seguinte:



[Handwritten signature]

Os referidos totais incluem dívida que foi, efetivamente, reclamada em processo de execução fiscal, dívida reclamada judicialmente e dívida que não foi, ainda, objeto de cobrança coerciva, mas que, tendo já ultrapassado todos os prazos de pagamento, poderá vir a ser acionada judicialmente.

Durante o ano de 2023, prosseguiremos com o desenvolvimento de técnicas e procedimentos, tendentes a uma maior automatização do tratamento da dívida e da respetiva cobrança.

Paralelamente, envidar-se-ão todos os esforços para dar por findos os processos de cobrança coerciva anteriores ao período da cobrança por meio do processo de execução fiscal.

Dados de Contraordenações

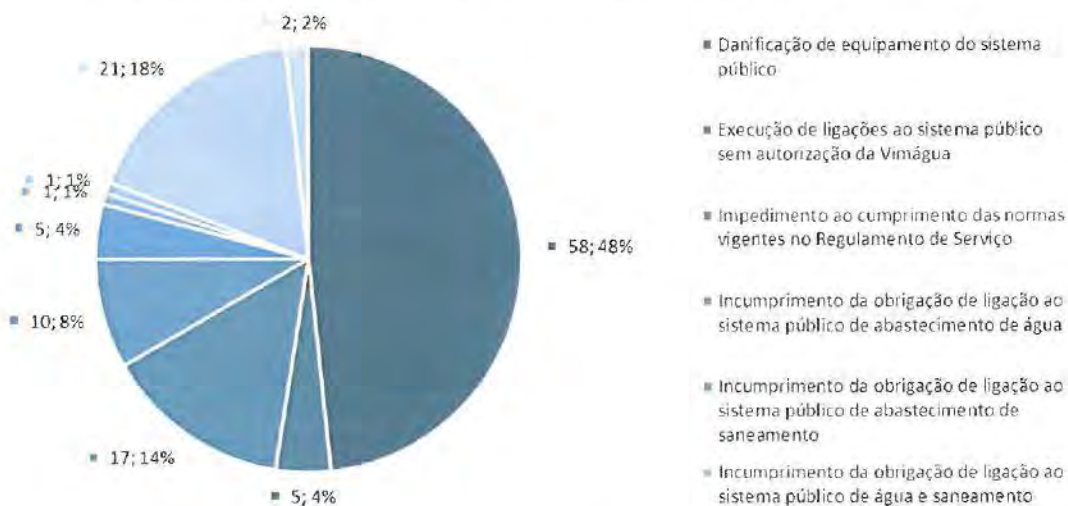
No decorrer do ano de 2022 foram instaurados 120 processos de contraordenação, registando-se um maior número de infrações relacionadas com a danificação de equipamentos que integram o sistema público de abastecimento de água, essencialmente, contadores, selos e respetivos acessórios.

A participação da execução de ligações indevidas ao sistema público de abastecimento de água/saneamento aumentou, também, comparativamente com os anos anteriores.

Houve um decréscimo de novas participações pelo incumprimento da obrigação de ligação aos sistemas públicos, sendo que foi esta a infração com maior número de processos insaturados nos últimos anos.

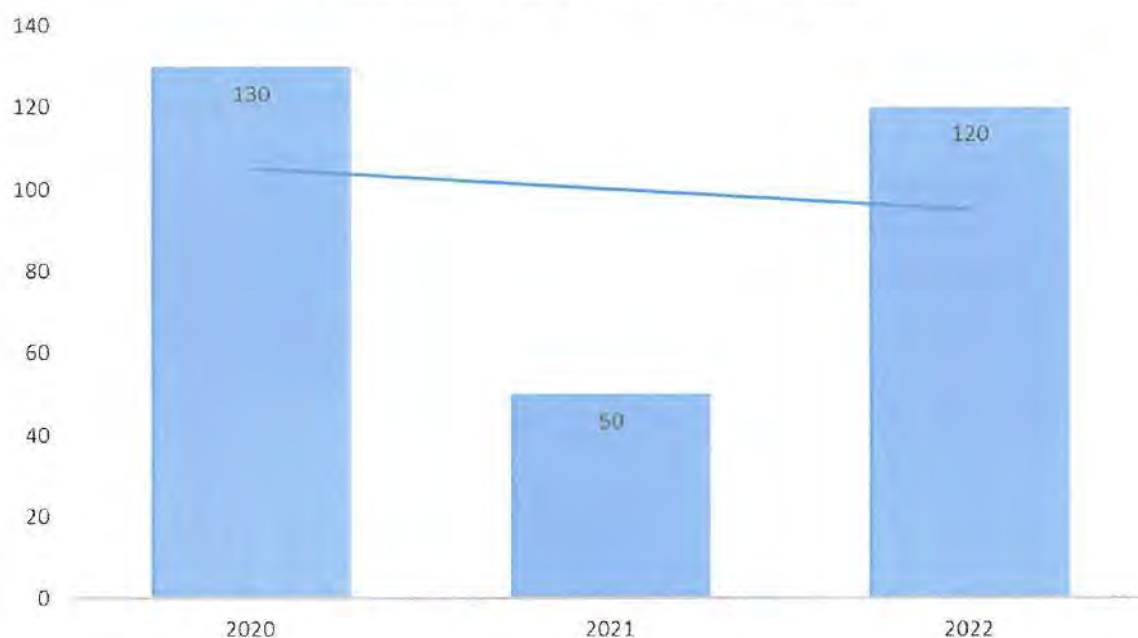


Processos de contraordenação instaurados no ano de 2022



A atividade das contraordenações esteve, durante o ano de 2022, ainda limitada, tendo em conta o contexto pandémico vivido.

Processos de Contraordenação



No exercício das suas competências delegadas, no âmbito da fiscalização do cumprimento do Regulamento de Serviço em vigor, foram levantados, no ano de 2022, 156 autos de notícia, grande parte dos quais resultaram nos 120 processos de contraordenação instruídos, distribuídos conforme tabela que se segue:



INCUMPRIMENTO/ILÍCITO	SUPORTE LEGAL	2022
Não executou ligação _ RPDAR	alínea b) n.º2 do art.º72 do DL194/2009 de 20 de agosto	29
Afluências pluviais ligadas à RPDAR	n.º2 do art.º 113 do regulamento 99/2019	2
Ligação a busiva à RPAA - ponta direta/ passador violado	alínea c) n.º2 do art.º72 do DL194/2009 de 20 de agosto	20
Não executou ligação _ RPAA	alínea b) n.º2 do art.º72 do DL194/2009 de 20 de agosto	53
Ligação a busiva à RPDAR - ramal sanea/o clandestino	alínea c) n.º2 do art.º72 do DL194/2009 de 20 de agosto	8
Sistemas de distribuição público/privativo interligados	n.º2 do art.º 113 do regulamento 99/2019	4
Oposição à atividade de fiscalização	alínea d) do n.º 3 do art.º 113 do Regulamento n.º 99/2019	40
		156

No decorrer do ano de 2022, prevemos intensificar o trabalho na área das contraordenações, para efeitos de recuperação de prazos de conclusão dos processos já intentados.



Investimento



Investimento



Desde o seu início de atividade, em 2002, e até final de 2022, a Vimágua investiu mais de 106 Milhões de Euros.

Do investimento realizado, a Vimágua viu comparticipado a fundo perdido 23,75% do total investido.



Os investimentos projetados e realizados pela Vimágua mantiveram como referência o cumprimento dos objetivos estabelecidos no PENSAAR:

- 1 – A Universalidade, a Continuidade e a Qualidade do serviço;
- 2 – A Sustentabilidade do Setor;
- 3 – A Proteção dos Valores Ambientais.

O Plano de Gestão Previsional para 2022 esteve em linha com o estabelecido no Plano Plurianual de Investimentos para o quinquénio 2018-2022, aprovado em 30 de junho de 2017 pela Assembleia Geral da Vimágua e, em julho de 2017, pelos Executivos do Município de Guimarães e do Município de Vizela.

O Plano inicialmente aprovado foi objeto de revisão para acomodar o acréscimo de gastos decorrente da revisão de carreiras e tabela remuneratória no âmbito do Acordo de Empresa celebrado em 2022. Assim, foi feita a revisão do Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão





Previsional para 2022, tendo sido o montante do impacto do Acordo de Empresa, relativo a 2022, 179.060,71Euros, compensado financeiramente pela redução, em idêntico montante, do Plano de Investimentos, nomeadamente nas rubricas 03.03. Terrenos (79.060,71Euros) e 03.12. Instalações e equipamentos para produção de energia (100.000,00Euros).

Atentando, particularmente, ao investimento realizado no exercício económico de 2022, há a destacar os seguintes investimentos, agrupados em três grandes áreas, perfazendo o montante total de cerca de 4MEuros:

- I. Investimentos no sistema de abastecimento de água em alta – Nesta área de intervenção foram, em 2022, investidos 59.665Euros.
- II. Investimento em expansão e remodelação de redes – A universalidade tendencial do abastecimento de água e saneamento de águas residuais continua a exigir da Vimágua um significativo investimento em extensões de redes nas freguesias, com o propósito de elevar as taxas de cobertura.

Os investimentos realizados em expansão de redes de água e saneamento de águas residuais permitiram atingir elevados níveis de cobertura no território servido pela Vimágua que, em final de 2022, atingiram os 98,4% em água e 93,3% em saneamento.

Em 2022, foram investidos 3.522.142Euros em expansão, substituição e remodelação de redes públicas de água e saneamento nos concelhos de Guimarães e Vizela.

- III. Investimentos diversos – Neste capítulo englobam-se um conjunto de investimentos instrumentais de apoio ao desenvolvimento da atividade da Vimágua e à prestação dos serviços públicos a seu cargo.

Em 2022 foram investidos 389.155Euros.

O investimento global realizado pela Vimágua em 2022 foi de 3.970.962Euros. Destacamos, neste ponto, as empreitadas com execução, em 2022:

REF.ª	Designação da Empreitada
CP 28/2018	EXTENSÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE CALDELAS E SANDE S. MARTINHO
CP 26/2019	REFORÇO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE INFANTAS, MESÃO FRIO E UF DE SERZEDO E CALVOS

REF.º	Designação da Empreitada
CP 05/2020	EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS EM SETE FREGUESIAS / UNIÃO DE FREGUESIAS
CP 06/2020	EXTENSÃO E REFORÇO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA FREGUESIA DE BRITO
CP 11/2020	EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE BRITO, GUARDIZELA, PINHEIRO, SILVARES E UF DE CONDE E GANDARELA
CP 12/2020	EXTENSÕES DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS - UF DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÃES E UF DE ABAÇÃO E GÉMEOS
CP 17/2020	EXTENSÕES DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS - UF DE SANDE S. LOURENÇO E BALAZAR - RUA FONTE DE AVIZ E RUA DA TRAVANCA
CP 25/2020	EXTENSÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS FREGUESIAS DE SELHO (SÃO JÓRGE) E GONDAR
CP 30/2020	EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA UF DE AROSA E CASTELÕES
CP 37/2020	EXTENSÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA FREGUESIA DE LORDELO
CP 39/2020	EXTENSÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA FREGUESIA DE SANTA EULÁLIA, U.F. DE CALDAS DE VIZELA (S. MIGUEL E S. JOÃO) E U.F. DE TAGILDE E VIZELA (SÃO PAIO)
CP 40/2020	EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA FREGUESIA DE GONDOMAR
CP 42/2020	EXTENSÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS FREGUESIAS DE CALDELAS, PENCELO PONTE E UF DE SANDE VILA NOVA E SANDE SÃO CLEMENTE
CP 05/2021	EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, RUA DA SERVIÇARIA E RUA DE BURGUEIROS - FREGUESIA DE INFANTAS
CP 07/2021	EXTENSÃO DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA DO BACELO E NA TRAVESSA DO BOUÇÓ NA FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - GUIMARÃES
CP 08/2021	EXTENSÃO DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS REIDUAIS NA RUA 24 DE JUNHO, RUA DE SANTA MARIA E NA TRAVESSA DO VALINHO NA U.F. DE ATÃES E RENDUFE
CP 01/2022	SUBSTITUIÇÃO E EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA DA INDÚSTRIA E NA RUA DO SOUTO NA FREGUESIA DE PONTE
CP 09/2022	EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DO CASAL NOVO E NA TRAVESSA DE CÁSSEMOS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANDE SÃO LOURENÇO E BALAZAR, COM VISTA À DESACTIVAÇÃO DO HIDROPRESSOR DA RECHÃ
CP 10/2022	INSTALAÇÃO DE CONDUTA ELEVATÓRIA DE ÁGUAS RESIDUAIS NO PARQUE INDUSTRIAL DE LINHARES NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRITEIROS SANTO ESTEVÃO E DONIM
CP 25/2020	EXTENSÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS FREGUESIAS DE SELHO (SÃO JÓRGE) E GONDAR
CP 37/2020	EXTENSÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA FREGUESIA DE LORDELO



REF.º	Designação da Empreitada
CP 39/2020	EXTENSÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA FREGUESIA DE SANTA EULÁLIA, U.F. DE CALDAS DE VIZELA (S. MIGUEL E S. JOÃO) E U.F. DE TAGILDE E VIZELA (SÃO PAIO) - CONCELHO DE VIZELA
CP 42/2020	EXTENSÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS FREGUESIAS DE CALDELAS, PENCELO PONTE E UF DE SANDE VILA NOVA E SANDE SÃO CLEMENTE
CP 14/2021	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NAS FREGUESIAS DE AZURÉM E CANDOSO (SÃO MARTINHO) E NA U.F. DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÃES E U.F. DE OLIVEIRA, S. PAIO E S. SEBASTIÃO
CPRE 04/2021	SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA ALFAGEME DE SANTARÉM E NA RUA MESTERES DE GUIMARÃES, FREGUESIA DE URGEZES
CP 01/2022	SUBSTITUIÇÃO E EXTENSÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NA RUA DA INDÚSTRIA E NA RUA DO SOUTO NA FREGUESIA DE PONTE



PROGRAMA OPERACIONAL
SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS

Demos continuidade ao projeto aprovado em 2021 no âmbito POSEUR, eixo prioritário 3, “Melhoria e expansão dos sistemas de saneamento de águas residuais nos concelhos de Guimarães e Vizela”, projeto com o qual a Vimágua se propõe prosseguir os seguintes objetivos:

- a) O aumento do índice de acessibilidade física ao serviço com redes de saneamento de águas residuais em zonas de transição (semiurbanas) com menores índices de cobertura, em cerca de 1 %, ou seja, disponibilização do serviço a cerca de 739 alojamentos sem acesso ao serviço, aproveitando a disponibilidade dos sistemas de saneamento em alta existentes;
- b) O aumento da fiabilidade, qualidade e desempenho operacional dos sistemas de saneamento de águas residuais, incluindo o esvaziamento de fossas sépticas em serviço (ainda a manter), na área de intervenção da Vimágua, com a aquisição do novo equipamento hidrolimpador e com a desativação de algumas fossas sépticas com funcionamento insatisfatório e/ou nos locais para onde as redes foram ampliadas;
- c) A diminuição da poluição de algumas massas de água, decorrente do aumento da cobertura, da melhoria na manutenção das fossas sépticas ainda em serviço que servem cerca de 112 alojamentos e eliminação das fossas sépticas abrangidas pela ampliação do sistema de drenagem.



Esta candidatura aprovada com 1.000.000Euros de apoio comunitário para um investimento elegível de 2.443.982Euros, teve em 2021 o recebimento do subsídio no valor 52.385Euros. e em 2022 no valor de 891.615Euros

A execução do Plano de Investimentos de 2022, face ao valor previsto, foi de 60,46%.

EXECUÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2022							
CÓDIGO	PROJETO	Previsão 2022	Execução 2022	%	Desvio		
					Valor	%	
01	Sistema de abastecimento de água em alta						
01.01	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Prazins	100 000	14 722	14,72%	-85 278	-85,28%	
01.02	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Gondomar	80 000	1 215	1,52%	-78 785	-98,48%	
01.03	Ampliação e Remodelação de outras instalações de captação e tratamento		25 562				
01.04	Reparação e remodelação de Reservatórios e Estações Elevatórias	50 000	15 328	30,66%	-34 672	-69,34%	
01.09	Obras e equipamentos para reforço e remodelação do sistema de abastecimento de água em alta	100 000	2 838	2,84%	-97 162	-97,16%	
02	Redes de água e saneamento						
02.01	Execução de novas redes de saneamento nas freguesias	1 560 674	1 384 346	88,70%	-176 328	-11,30%	
02.02	Execução de novas redes de água nas freguesias	600 000	540 239	90,04%	-59 761	-9,96%	
02.03	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de saneamento	1 380 070	310 428	22,49%	-1 069 642	-77,51%	
02.04	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de água	1 179 962	724 343	61,39%	-455 619	-38,61%	
02.05	Execução de ligações domiciliárias e não domiciliárias de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	600 000	562 786	93,80%	-37 214	-6,20%	
03	Investimentos diversos						
03.01	Projetos de infra-estruturas de água e saneamento	30 000	3 500	11,67%	-26 500	-88,33%	
03.02	Outros estudos e projetos	10 000			-10 000	-100,00%	
03.03	Terrenos	84 939	2 404	2,83%	-82 535	-97,17%	
03.04	Máquinas e Viaturas	207 000			-207 000	-100,00%	
03.05	Equipamentos e ferramentas (exploração e produção)	270 000	199 617	73,93%	-70 383	-26,07%	
03.06	Equipamentos para telegestão	50 000	9 412	18,82%	-40 588	-81,18%	
03.07	Equipamento Informático e Software	60 000	22 904	38,17%	-37 096	-61,83%	
03.08	Equipamento administrativo	25 000	7 007	28,03%	-17 993	-71,97%	
03.11	Instalações de Armazém e Exploração		74 276		74 276		
03.12	Instalações e equipamentos para produção de energia	120 000	56 973	47,48%	-63 027	-52,52%	
03.99	Outros investimentos	60 000	13 062	21,77%	-46 938	-78,23%	
TOTAIS		6 567 645	3 970 962	60,46%	-2 596 683	-39,54%	



Recursos Humanos



Recursos Humanos

A política e gestão dos recursos humanos da Vimágua desenvolveu-se de acordo com as orientações definidas para o período e de forma integrada e articulada com os objetivos da empresa, com vista à melhoria dos serviços públicos prestados às populações e ganhos de eficácia da gestão global da Vimágua, nas diferentes vertentes.

A Lei de Orçamento de Estado (LOE) para 2022, Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, não determinou qualquer alteração ao regime legal em vigor para o desenvolvimento das carreiras, no que se refere a alterações de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, a que os trabalhadores tenham direito.

O Decreto-Lei n.º 109-A/2021, de 7 de dezembro veio atualizar a base remuneratória da Administração Pública para o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2022.

O Decreto-Lei n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro, fixou o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2022 em € 705,00 (setecentos e cinco euros), valor que foi aplicado a todos os Trabalhadores da Vimágua que auferiam um salário correspondente a essa retribuição, designadamente, aqueles que se encontravam inseridos no 1.º, 2.º, 3.º e 4.º níveis remuneratórios da carreira D - Anexo 3 do Regulamento da Organização e Carreiras Profissionais da Vimágua.

As alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, decorrentes da aplicação do Regulamento Interno da Vimágua foram aplicadas, até 14 de novembro de 2022, a todos os Trabalhadores da Vimágua que reuniam os requisitos legais e regulamentares previstos para as alterações obrigatórias de posicionamento nas respetivas carreiras.

Aos Trabalhadores contratados pelo regime do contrato individual de trabalho (CIT), de acordo com o disposto nos artigos 52.º, 55.º, 56.º e 58.º do Regulamento de Organização e Carreiras Profissionais da Vimágua, a respetiva progressão profissional ocorreu, por "Progressão Linear", ou seja, no âmbito das respetivas carreiras, pelo decurso do tempo e pelas regras de avaliação e promoções definidas; tendo uma Trabalhadora, inserida na carreira de Técnico Superior, evoluído por "Progressão por Antecipação Temporal", do nível 1 para o nível 2 da carreira; e um Trabalhador evoluído por "Progressão para Carreira Diferenciada", transitando da carreira Administrativa para a carreira Técnica, para o exercício das funções de Topógrafo.





Relativamente aos trabalhadores do Município de Guimarães que se encontram a exercer funções nesta empresa em Cedência de Interesse Público (CIP), nos termos do disposto no Acordo de Cedência de Interesse Público outorgado entre a Vimágua e o Município de Guimarães, as suas progressões remuneratórias são da responsabilidade da entidade de origem, não tendo a Vimágua sido notificada de qualquer alteração com efeitos no ano de 2022.

No que aos gestores públicos respeita, foi mantida a redução de 5% da remuneração fixa mensal, já aplicada desde 1 de junho de 2010, em cumprimento da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

De referir, ainda, que por força do disposto na Portaria n.º 280/2022, de 18 de novembro, o valor do subsídio de refeição foi atualizado para € 5,20 euros, com efeitos a 1 de outubro de 2022.

No ano de 2022, manteve-se em vigor a autorização para que as empresas municipais possam proceder ao recrutamento de Trabalhadores para constituição de vínculos de emprego, desde que expressamente autorizados no ato de aprovação do plano de atividades e orçamento.

Estando a Vimágua com necessidades de recrutamento foi elaborado um Plano de Recrutamento, com a necessária fundamentação de cada uma das necessidades, com vista à prossecução da melhoria e continuidade dos serviços públicos que constituem o objeto da Vimágua.

O Plano de Recrutamento, proposto pelo Conselho de Administração, foi aprovado pela Assembleia Geral da Vimágua, tendo sido recrutados 7 (sete) Trabalhadores durante o ano de 2022.

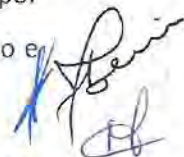
Durante o ano de 2022, 10 (dez) Trabalhadores cessaram vínculo jurídico laboral com a Vimágua, sendo que 3 (três) fizeram-no por aposentação/reforma, 5 (cinco) por denúncia do contrato com aviso prévio por iniciativa do trabalhador, 1 (um) por morte e 1 (um) por despedimento por justa causa.

No entanto, no ano de 2022, a alteração de maior impacto e relevância em termos de Recursos Humanos na Vimágua resultou da celebração entre a Vimágua e o STAL- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins (doravante STAL), um Acordo de Empresa - publicado no BTE n.º 29, de 08/08/2022.

O Acordo de Empresa foi aprovado pelos órgãos sociais da Vimágua e pelas Câmaras de Guimarães e Vizela, tendo o referido processo negocial decorrido com elevado sentido de responsabilidade, ética e no interesse dos trabalhadores e do serviço público que prestamos.

Foram reorganizadas as carreiras e remunerações, descritas as funções e condições de acesso, definidas condições de progressão, critérios de avaliação de desempenho e fixados os direitos e obrigações dos trabalhadores.

Em todo o processo foi acautelado o princípio de respeito pela Constituição e, bem assim, por quaisquer disposições legais de cariz imperativo, em especial as constantes do Código do Trabalho e as integradas em normas de cariz orçamental.



Todas as matérias relacionadas com a relação laboral estão, agora, reunidas num único documento, elaborado tendo em conta as especificidades do setor de atividade em que a Vimágua se enquadra e sindicado pelos representantes dos trabalhadores, visando o reforço e valorização da estrutura organizacional e correspondendo às crescentes exigências legais e de qualidade de serviço.

O referido Acordo de Empresa entrou em vigor a 13 de agosto de 2022, aplicando-se, de imediato, a todos os trabalhadores sindicalizados no STAL, tendo os restantes Trabalhadores da Vimágua o direito a aderir ao Acordo de Empresa no prazo de 3 (três) meses a contar da data da sua entrada em vigor.

Tendo o prazo definido para adesão terminado a 14 de novembro de 2022, verificou-se uma adesão massiva dos Trabalhadores da Vimágua ao Acordo de Empresa.

Com efeito, num universo de 209 (duzentos e nove) Trabalhadores, apenas 5 (cinco) Trabalhadores não aderiram ao Acordo de Empresa, sendo que 4 (quatro) desses Trabalhadores possuem contrato de trabalho em funções públicas e exercem funções na Vimágua em Regime de Cedência de Interesse Público e, apenas, 1 (um) Trabalhador possuiu contrato individual de trabalho.

Assim, a 14 de novembro de 2022, o contrato de trabalho de 204 (duzentos e quatro) Trabalhadores (as) da Vimágua passou a ficar sujeito ao regime definido no Acordo de Empresa.

A nova tabela de Carreiras e Remunerações, foi aplicada a todos os trabalhadores abrangidos pelo Acordo de Empresa com efeitos que retroagiram a 1 de janeiro de 2022.

Por deliberação do Conselho de Administração, de 3 de novembro de 2022, o Regulamento de Organização e Carreiras Profissionais da Vimágua foi revogado, passando todas as relações laborais existentes na Vimágua a serem reguladas pelo Acordo de Empresa celebrado entre a Vimágua e o STAL, publicado no BTE n.º 29 de 8 de agosto, e/ou pela legislação imperativa aplicável às relações laborais celebradas ao abrigo do Código do Trabalho ou da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, consoante o vínculo jurídico de cada trabalhador.

Da adesão ao Acordo de Empresa resultou, nos termos do disposto no n.º 1, da sua Cláusula 8ª uma reclassificação dos Trabalhadores abrangidos, dependendo do exercício efetivo de funções na empresa (discriminadas no seu Anexo II), e a sua integração nas novas carreiras profissionais (definidas no seu Anexo I), com o consequente reposicionamento remuneratório.



As Cláusulas 65ª, 66ª e 67ª do Acordo de Empresa dispuseram sobre os termos em que o reposicionamento remuneratório dos Trabalhadores deveria ocorrer, tendo os Trabalhadores sido reposicionadas nos seus precisos termos.

Sem prejuízo da integração dos Trabalhadores nos níveis remuneratórios da tabela de remunerações que constitui o Anexo II do Acordo de Empresa, dispôs o n.º 5 da Cláusula 65ª que o pagamento do diferencial entre os salários praticados antes da entrada em vigor do Acordo de Empresa e os resultantes da integração na tabela Resultante do Anexo I, seja efetuado faseadamente nos seguintes termos: em 2022 até 30 euros inclusive; em 2023, até mais 60 euros inclusive; e em 2024 até à totalidade do valor remanescente.

Sempre que do reposicionamento resulte vencimento inferior ao que o Trabalhador detivesse à data da entrada em vigor do Acordo de Empresa, aquele manterá o vencimento auferido até que da sua evolução na carreira resulte vencimento superior (n.º 6 da Cláusula 65ª).

Quadro de Pessoal da Vimágua segundo a designação da DGAL

Em 31 de dezembro de 2022 a Vimágua contava com 209 Trabalhadores, tendo-se registado um decréscimo de 3 Trabalhadores em relação ao final do exercício económico anterior.

O quadro de efetivos da Vimágua é composto por trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas, oriundos do quadro de pessoal do Município de Guimarães, a exercer funções na Vimágua em regime de Cedência de Interesse Público (trabalhadores que integravam o quadro dos Serviços Municipalizados à data de criação da empresa) e por trabalhadores com contrato individual de trabalho, entretanto recrutados pela Vimágua, designados nos gráficos seguintes como *Cedência de Interesse Público(CIP)* e *Vimágua*, respetivamente.

Mapa Geral por Grupo Profissional

Grupo Profissional	Mobilidade de Interesse Público (CMG e ME)	Vimágua	Total
Dirigente superior de 1.º grau	1		1
Dirigente intermédio de 1.º grau	1		1
Dirigente intermédio de 2.º grau	3	5	8
Dirigente intermédio de 3.º grau	7	7	14
Técnico Superior		10	10
Técnico		4	4
Assistente Técnico	10	42	52
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	26	93	119
Totais Gerais	48	161	209

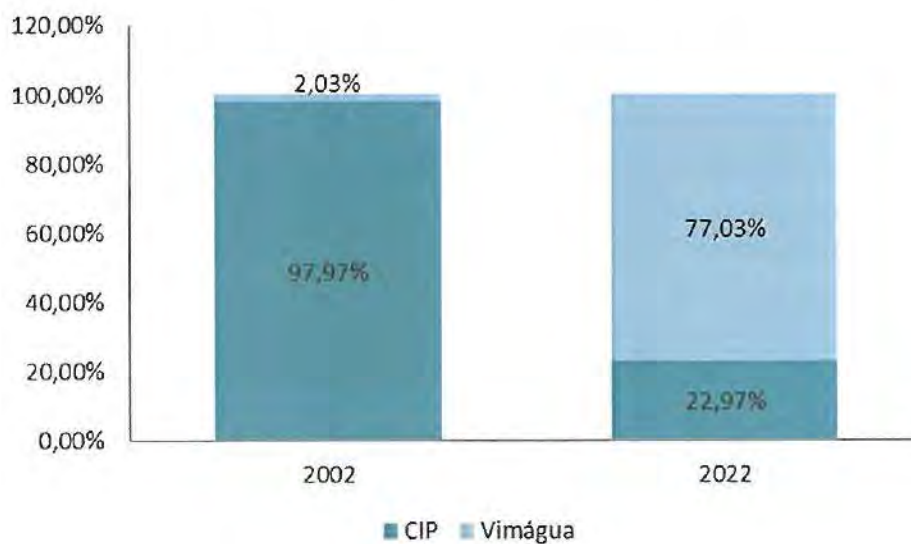
A maioria dos Trabalhadores da Vimágua estão incluídos no grupo profissional de “Assistente Operacional, Operário, Auxiliar”, com um peso de 56,94%. O grupo de “Assistente Técnico” é o segundo grupo profissional com maior representatividade na empresa com um peso de 24,88%. No final de 2022, estes dois grupos têm, em conjunto, 81,82% dos Trabalhadores totais da Vimágua.



A percentagem de Trabalhadores recrutados pela Vimágua é atualmente de 77,03%, claramente superior à percentagem de Trabalhadores em regime de Cedência de Interesse Público (CIP). Os Trabalhadores em CIP diminuíram, substancialmente, desde a criação da Vimágua em 2002, passando de 97,97% para 22,97% do total dos Trabalhadores ao serviço da Vimágua.

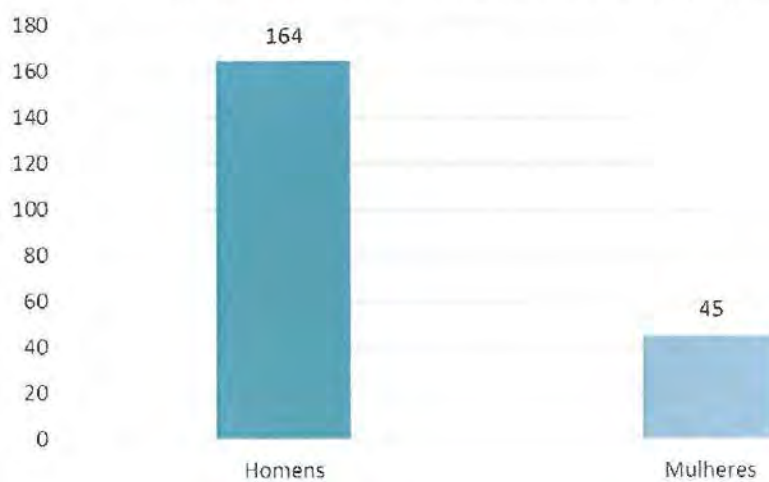
Handwritten signatures and initials in blue ink.

Ponderação Percentual de Trabalhadores CIP/Vimágua

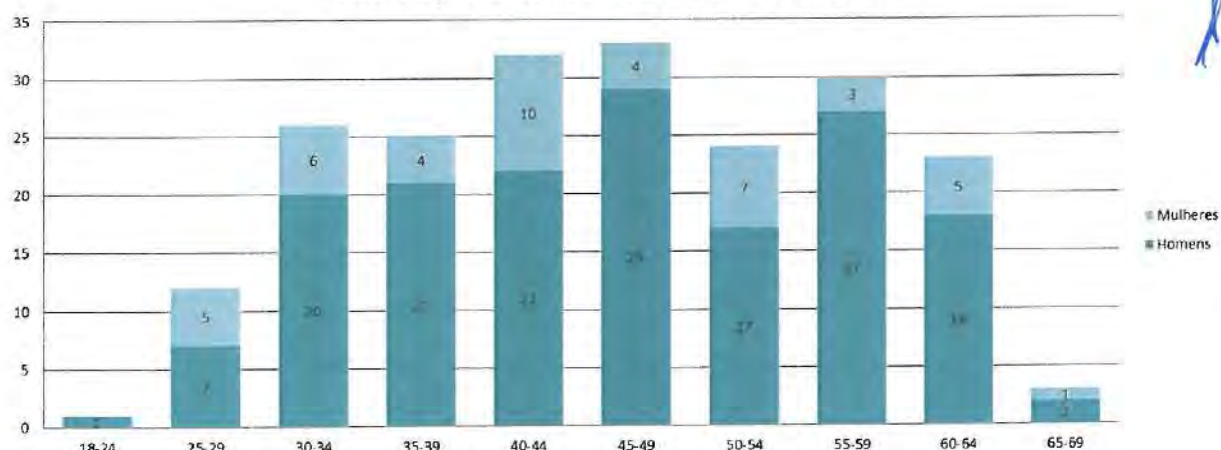


A maioria dos trabalhadores da Vimágua é do género masculino (164 homens e 45 mulheres) e 61,72% dos trabalhadores está em idades inferiores a cinquenta anos, o que revela uma estrutura etária equilibrada e relativamente jovem.

Distribuição de Trabalhadores por género

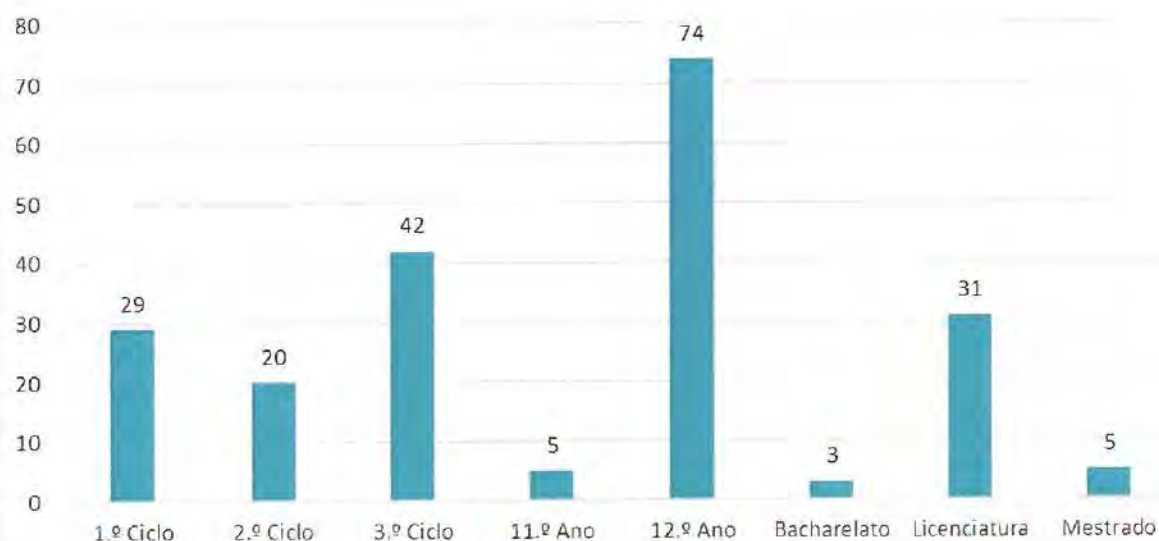


Distribuição de colaboradores por escalão etário



No que concerne às habilitações literárias verifica-se que no final do corrente exercício 39 trabalhadores tinham o ensino superior politécnico ou universitário, representando cerca 18,66% do total, 74 trabalhadores tinham terminado o ensino secundário, representando cerca de 35,41% do total, e 13,88% concluíram apenas o primeiro ciclo do ensino básico.

Distribuição de trabalhadores segundo as habilitações literárias



Quadro de Pessoal da Vimágua nos termos definidos pelo Acordo de Empresa

Importa, neste ponto, salientar, as modificações no Quadro de Pessoal decorrentes da profunda alteração na estrutura de carreiras e categorias dos Recursos Humanos da Vimágua, na sequência da entrada em vigor do Acordo de Empresa publicado no BTE n.º 29, de 08/08/2022.





Grupo Profissional	Carreira/Comissão de Serviço	Categoria/Função	N.º Trabalhadoras
Gestor Público	Presidente	Presidente Executivo	1
Direção e Chefia	Diretor	Diretor	1
	Chefe de Divisão	Chefe de Divisão	8
	Chefe de Setor	Chefe de Setor N2	6
		Chefe de Setor N1	6
	Chefe de Equipa	Chefe de Equipa	2
Técnico Superior	Técnico Superior	Técnico Sup. Jurista	3
		Técnico Sup. Contabilista e Gestão	1
		Técnico Sup. Gestão de Redes	0
		Técnico Sup. SIG	0
		Técnico Sup. Civil	2
		Técnico Sup. Eletrotécnica	0
		Técnico Sup. HS no Trabalho	2
		Técnico Sup. Engenharia	0
		Técnico Superior	2
Técnico	Técnico	Técnico de automação	1
		Técnico de Informática	1
		Desenhador	0
		Topógrafo	2
		Técnico de Laboratório	0
Técnico Profissional	Técnico de Serviços	Administrativo	34
		Tesoureiro	1
		Fiscal	6
		Técnico Pesq. e Detecção de Fugas	6
		Técnico Pesq. e Detecção de Afl. Indevidas	4
		Técnico Auxiliar de Cadastro	1
		Técnico Auxiliar - Desenho e Topografia	0
		Medidor Orçamentista	2
	Técnico de Operação	Eletricista	3
		Mecânico de Contadores	1
		Mecânico	1
		Técnico de Colheitas	2
		Técnico de Sistemas de Recloragem	2
		Técnico de ETA	10
		Técnico de Armazém	2
		Condutor Manobrador Mâq. Veículos Especiais	10

Grupo Profissional	Carreira/Comissão de Serviço	Categoria/Função	N.º Trabalhadores
Operador	Operador Qualificado	Canalizador Qualificado	23
		Construção Civil (Trolha)	9
		Operador de Pavimentação	4
		Leitor de Consumos	10
		Operador de EEAR	1
		Instalador de Contadores	9
		Serralheiro	1
	Operador	Canalizador Operador de Redes	9
		Limpa Coletores	3
		Op. Serviços Gerais	9
		Op. Serviços Administrativos	2
		Op. Limpeza	5
		Telefonista - Rececionista	1
		Específica e de período de duração limitado	0
			209

Formação Profissional

No âmbito da política de formação profissional dos trabalhadores da Vimágua, há a destacar os seguintes dados relativos ao ano de 2022:

Tipologia	N.º Participantes	N.º Horas
Ações de Formação Interna	14	363
Ações de Formação Externa	168	555
Trabalhador-Estudante	2	273
Formação de Acolhimento	7	49

Ações de Formação 2022
UFCD 0757 - Folha de Cálculo: Funcionalidades Avançadas
Técnicas de Limpeza e Desinfecção de Espaços
Operador de Estação de Tratamento de Água – Formação Inicial
Gestão de Atendimento Exclusivamente para Chefias
Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e Decreto-Lei n.º 65/2021
Webinar - Diversidade: Género e Pluralidade Cultural no Mercado de Trabalho
TECVIEW Webinar - Os Riscos Psicossociais e o Trabalho Solitário
Portal Base - Registo e Controlo de Dados (plataformas e DRE) no Portal dos Contratos Públicos
Procedimentos de Contratação Pública
Análise de Riscos Associados à Lavagem de Automóveis
Gestão de Emergência do Edifício Sede da Vimágua
Riscos Psicossociais - da Realidade à Prevenção
"Vamos agir em conjunto para construir uma cultura positiva de segurança e saúde no trabalho"

Ações de Formação 2022
Gestão de Emergência do Armazém/Oficinas em Aldão, da Vimágua
Webinars responsivos de capacitação no âmbito de reposição do equilíbrio financeiro e compensações
Lesões Musculoesqueléticas Relacionadas com o Trabalho e o Teletrabalho
Exploração e Manutenção de Postos de Transformação e Subestações
Conhecimento e Manuseamento de Recipientes de Cloro 2022
"Locais de Trabalho Saudáveis: Aliviar a Carga" - Seminário sobre 4 Ferramentas OIRA
"Locais de Trabalho Saudáveis: Aliviar a Carga" - Webinar sobre Ferramenta OIRA
A Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2022
Elaboração de Planos de Gestão do Risco
MAN ProfiDrive - Utilização do Camião Hidrolimpador - MAN TGS 28510
Certificado de Aptidão de Motorista de Mercadorias - CAM
Fórum Segurança 2022
"Água, Desenvolvimento e Sustentabilidade" - Conferência
Procedimentos Críticos de Proteção de Dados na Vimágua
Procedimentos de Registo das Atividades de Tratamentos de Dados
Responsabilidade Pessoal dos Cargos Dirigentes e Responsabilidade Institucional RGPD
Procedimentos de Proteção de Dados no Atendimento e no «Front-Office» na Vimágua
Proteção de Dados em Contexto Laboral na Vimágua
"Lesões Musculoesqueléticas e Riscos Psicossociais relacionados com o Trabalho" - Webinar
"Locais de Trabalho Saudáveis: Aliviar a Carga" - Seminário
Gestão de Resíduos e Produtos Químicos
Gestão da Dívida nas Entidades Gestoras
"Urban Water Summit"
Desafios para Entidades Gestoras da Transposição da Diretiva da Qualidade da Água Destinada a Consumo
Formação de Acolhimento de Trabalhadores
Formação na Qualidade de Trabalhador-Estudante

Desempenho em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Avaliação de Riscos

Durante o ano de 2022 houve reavaliação das matrizes de identificação e avaliação de riscos, com a inserção de novas atividades, como a Lavagem de viaturas, Transporte de água (camião com cisterna) para reservatórios e Desentupimento da rede de saneamento com recurso a camiões de desobstrução.

Acidentes/Incidentes e Índices de Sinistralidade

Durante o ano de 2022 registaram-se 13 acidentes de trabalho. Os acidentes de trabalho registados, originaram uma perda total de 290 dias úteis, superando os 161 dias úteis registados em 2021. De referir que um dos acidentes ocorreu em *in itinere*.

Efetuuou-se a análise dos índices de frequência (If) e de gravidade (Ig):





O Índice de frequência e o índice de gravidade aumentaram relativamente a 2021. O aumento no índice de gravidade, deveu-se, essencialmente, a um dos acidentes que originou uma perda de 120 dias úteis de trabalho.

Para análise dos índices de sinistralidade utilizou-se a seguinte tabela como valores orientativos:

If	Ig	Pontuação	Classificação
< 15	< 250	1	Excelente
15 – 30	250 – 500	2	Bom
30 – 50	500 – 1000	3	Médio
50 – 75	1000 – 2000	4	Medíocre
> 75	> 2000	5	Mau

If – índice de frequência; Ig – índice de gravidade

Fonte: Manual de Segurança do autor Sérgio Miguel (Porto Editora)

No ano de 2022 registou-se um If=41.75 e um Ig=133.72. Importa referir que um dos acidentes ocorridos em 2021 se prolongou em 2022, resultando num total de 11 dias úteis perdidos. No que respeita aos acidentes de viação, ocorreram 19 acidentes, aumentando um relativamente ao ano transato.

Todos os acidentes se encontram registados e foram adequadamente tratados.

Foram realizadas, durante o ano de 2022, diversas ações de sensibilização junto dos trabalhadores aquando das visitas/inspeção às obras por administração direta e realizadas formações de segurança aos trabalhadores, principalmente dos mais expostos a riscos de acidente de trabalho.



[Assinatura]

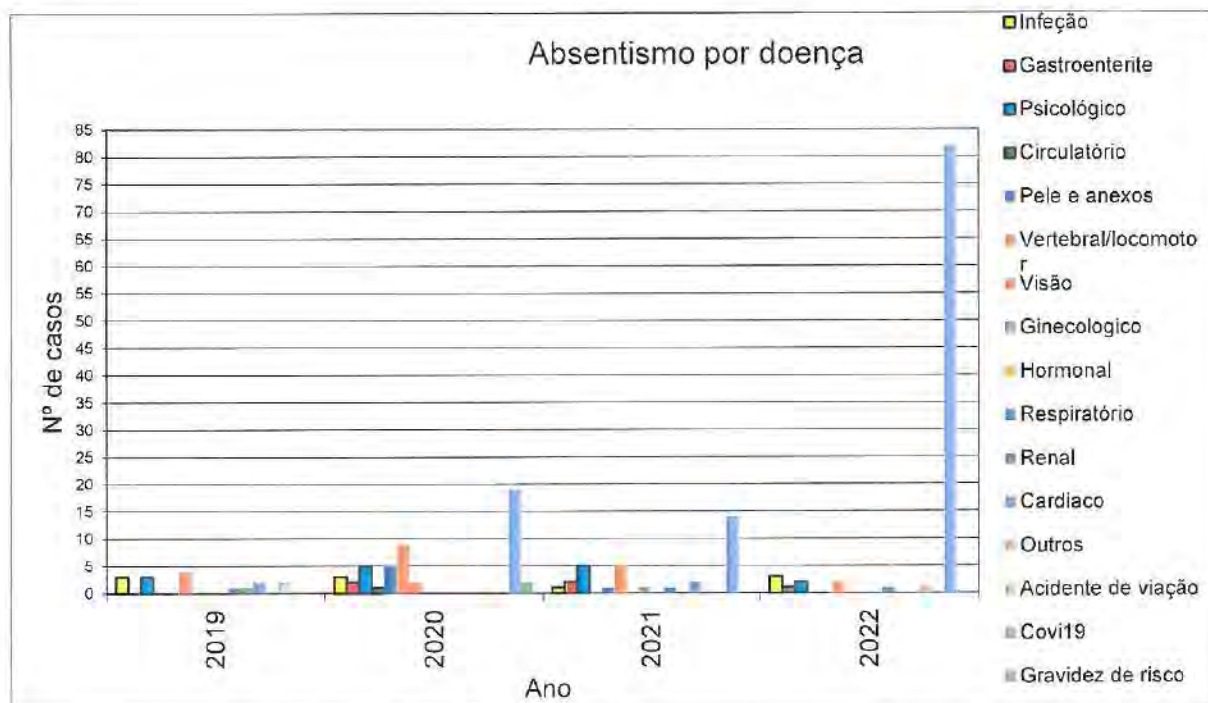
Medicina do Trabalho e Promoção da Saúde

No âmbito da medicina do trabalho realizaram-se 268 exames médicos, divididos por exames de admissão (7), exames periódicos (137) e exames ocasionais (124).

Foram efetuadas, quatro visitas a locais de trabalho externo, do médico de Medicina no Trabalho, em conjunto com os técnicos de Segurança e Saúde no Trabalho, além das visitas frequentes aos locais de trabalho nas instalações da Vimágua.

Durante o ano de 2022, manteve-se a avaliação continua dos postos de trabalho, no que respeita à ergonomia, com a implementação de medidas, tais como, colocação de suporte de monitor, tapete de rato com apoio de pulso, cadeiras ajustadas às necessidades clínicas dos trabalhadores (apoio lombar) e suporte regulável de pés.

O absentismo por doença resultou numa perda 4021 dias de trabalho. De acordo com a análise do médico de medicina no trabalho, a distribuição de absentismo por doença, dividiu-se pelas seguintes patologias:



Concluiu a análise médica que a patologia que mais afetou os trabalhadores da Vimágua, no ano 2022, foi o Covid19, seguida por doença- infeções.



Relativamente a ações de promoção da saúde, junto dos trabalhadores da Vimágua, manteve-se o rastreio da diabetes e da hipertensão, disponível ao longo de todo o ano, e foram ministradas vacinas da hepatite B aos trabalhadores em contato com águas residuais.



A unidade de QASS conjuntamente com o médico de medicina no trabalho realizaram mais uma vez uma campanha de vacinação da gripe sazonal, com a vacinação de 47.1% dos trabalhadores. Foi reforçada a sensibilização da importância da toma da vacina da Covid19, de modo a atenuar os efeitos da doença. Foi mantido o programa do DAE (Desfibrilhador Automático Externo), sem registo de qualquer emergência. Iniciou-se em 2022 o programa de DAE para o armazém/oficinas de Aldão, com a formação de 5 novos elementos. O desfibrilhador encontra-se no hall de entrada do armazém.

Pandemia Covid-19

Durante o ano de 2022, continuamos a tomar todas as medidas no sentido de minimizar os impactos provocados pela Pandemia Covid19. Ao longo do ano foram sendo ajustadas e adaptadas as medidas profiláticas de acordo com a legislação em vigor, as orientações da DGS, atualizando, sistematicamente, o plano de contingência da Vimágua - Doença por Coronavírus (COVID-19).

Refeitório do Edifício Sede

Em outubro de 2002 deu-se início às obras de requalificação do antigo armazém da Vimágua, com objetivo de criar um espaço para refeitório dos trabalhadores.

Este espaço foi projetado e concebido para que os trabalhadores possam tomar a sua refeição, comodamente, estando totalmente equipado, dispondo, designadamente, de micro-ondas, frigoríficos, jarro elétrico, torradeira e tostadeira, máquina de *vending* de bebidas quentes e máquina de bebidas frias e produtos alimentares, lavatórios para lavar as mãos e bancas para lavar a loiça e utensílios.

O Refeitório da sede entrou em funcionamento no dia 28 de fevereiro de 2023.

Promoção de Bem Estar e Saúde

Foram efetuadas as seguintes ações/sensibilizações no âmbito de várias atividades ao longo do ano de 2022:



- No ano de 2022 expandiu-se a distribuição de toalhas de banho pelas instalações da sede, parque de resíduos e ETA de Sta. Eufémia de Prazins, de forma a melhorar as condições de higiene, segurança e saúde dos trabalhadores.
- Foram afixados vários cartazes alusivos a dias temáticos:



Análise do ambiente de trabalho existente

Foi efetuada no primeiro semestre de 2022, a avaliação do ruído de modo a dar cumprimento ao Decreto-Lei nº182/2006. O estudo do tempo de exposição relativamente às novas máquinas emissoras de vibrações foi mantido, verificando-se que os tempos de utilização não excedem o limite máximo de exposição.

A Vimágua efetuou no quarto trimestre de 2022 um estudo de avaliação da Qualidade do Ar Interior no Edifício Sede da Vimágua e na Loja de Atendimento de Vizela, ao abrigo do capítulo IV do Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro. De acordo com os resultados obtidos, verifica-se que todos os locais avaliados se encontram conformes, ou seja, estão dentro dos parâmetros regulamentares estabelecidos pela Portaria n.º 138-G/2021.

Nas atividades que possam envolver exposição a gases ou atmosferas perigosas foram realizadas medições sempre que impliquem exposição dos colaboradores. Existem cinco aparelhos em funcionamento, devidamente calibrados, para permitir a medição imediata nas atividades.

Coordenação de Segurança em Obra

Durante o ano de 2022, de forma a dar cumprimento ao Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro, os TSHST asseguraram a coordenação de segurança em obra (CSO) de 29 empreitadas, valores comparativos com as 13 no ano de 2021, 47 no ano de 2020, e 28 no ano 2019.

Avaliação Geral em Termos de Segurança

Além das informações descritas anteriormente quanto à formação de SHST, incidentes/acidentes, análise do ambiente de trabalho, resposta à emergência, promoção da saúde e medicina no trabalho e avaliação da satisfação dos colaboradores, realizaram-se as seguintes verificações com influência no desempenho da SHST, designadamente:

- Ocorreu uma notificação do ACT (autoridade para as condições do trabalho), devidamente tratada;
- Manteve-se a prática de medição de gases em trabalhos com águas residuais com o intuito preventivo, de modo a assegurar as condições de segurança, não se tendo verificado nenhuma situação de existência de gases nocivos para a saúde. Efetuaram-se cerca de 600 medições e gases distribuídos pelos 5 aparelhos;
- Realizaram-se 136 visitas técnicas em 2022 aos trabalhos de exterior, ocorrendo um aumento relativamente aos anos transatos, onde foram efetuadas em 2021, 127 visitas técnicas e em 2020 realizaram-se 85 visitas técnicas. As inspeções dividiram-se em 35 obras programadas e 101 não programadas em 2022. Os resultados foram expressos em relatório próprio, tendo-se verificando algumas observações, as quais foram corrigidas no imediato. Aproveitaram-se todas as visitas técnicas para se sensibilizar os colaboradores no âmbito da qualidade, ambiente, segurança, saúde e energia, designadamente: correta separação de resíduos; uso de EPI's; cumprimento dos planos de sinalização temporária de obras; poupança de energia.

A gestão de manutenção preventiva e curativa das máquinas de forma a dar cumprimento ao Decreto de lei nº 50/2005 de 25 de fevereiro é verificada frequentemente pelos TSHST.

Todos os objetivos estabelecidos para 2022 foram cumpridos, à exceção do índice de frequência e do índice de gravidade por motivos já acima descritos.



Desempenho Económico e Financeiro



O presente título sintetiza os resultados alcançados pela Vimágua durante o ano de 2022, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro.

Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

Situação Económica

A situação económica da Vimágua, atentos os resultados apurados no exercício de 2022, é positiva, cumprindo-se o Contrato de Gestão em vigor e as decisões tomadas pelos executivos Municipais em sede de novo projeto de Contrato de Gestão Delegada, com implicações nos resultados de 2022, nomeadamente o fim do cálculo da contrapartida devida pelas infraestruturas propriedade dos Municípios.

Assim, em resultado da diminuição de gastos decorrente de não haver cálculo de Contrapartida a pagar aos Municípios, por um lado, e do crescimento de clientes e rendimentos dos serviços prestados, por outro, encerramos o exercício com um resultado económico muito positivo comparativamente aos exercícios anteriores.

A Vimágua encerrou o exercício económico de 2022 com um resultado líquido positivo de 1.781.893Euros.

Os rendimentos operacionais registaram um acréscimo de 681.147Euros (+3,16%) face aos registados no exercício de 2021, mantendo uma trajetória de crescimento, resultante do já referido crescimento de clientes, com impacto na faturação dos serviços prestados, e aumento do volume de água faturada.

Rendimentos operacionais

euros	2020	2021	2022	Δ% 22/21
Vendas e prestações de serviços	19 313 073	19 425 499	20 380 460	4,92%
Venda de água	6 403 657	6 362 510	6 685 107	5,07%
Venda material	4 913	14 442	12 427	-13,95%
Prestações de serviços - saneamento	9 417 723	9 558 592	10 146 080	6,15%
Prestações de serviços - água	3 310 138	3 358 452	3 377 525	0,57%
Outros serviços	176 642	131 503	159 321	21,15%
Trabalhos própria empresa	5 236	17 697	781	-95,59%
Subsídios à exploração	1 688	278 316		-100,00%
Outros rendimentos e ganhos	1 768 676	1 844 439	1 865 857	1,16%
Rendimentos operacionais	21 088 673	21 565 952	22 247 099	3,16%

Os gastos operacionais, em termos globais, registaram um decréscimo de 766.996Euros, totalizando no exercício económico em análise 19.411.894Euros (-3,45%).

Gastos operacionais

euros	2020	2021	2022	Δ% 22/21
Custo existências vendidas e consumidas	49 863	51 934	51 174	-1,46%
Fornecimentos e serviços externos:	11 032 153	11 198 135	10 042 429	-10,32%
Subcontrato - tratamento de águas residuais	6 188 409	5 989 441	5 789 410	-3,34%
Contrapartida pela utilização dos bens dos Municípios	939 446	912 721		-100,00%
Outros fornecimentos e serviços externos	3 904 298	4 295 973	4 253 019	-1,00%
Gastos com o pessoal	3 798 455	3 972 949	4 203 168	5,79%
Provisões e perdas por imparidade	49 102	222 378	342 386	53,97%
Outros gastos operacionais	347 898	285 707	168 701	-40,95%
Amortizações e depreciações	4 253 725	4 374 432	4 604 035	5,25%
Gastos operacionais	19 531 196	20 105 535	19 411 894	-3,45%

Os gastos relativos ao tratamento de águas residuais, rubrica com maior peso na estrutura de gastos operacionais, e que remunera o serviço prestado pela entidade gestora do sistema "em alta", Águas do Norte, S.A., tiveram um ligeiro decréscimo face ao ano de 2021 (-3,34%).

Aqui importa referir a posição assumida pela Administração da Vimágua, conforme acordado na CIM do AVE pelos representantes dos Municípios que a integram e que são clientes do sistema multimunicipal de saneamento gerido pela Águas do Norte, S.A., com reflexos no valor aceite como gasto no mês de dezembro de 2022, cerca de metade do valor faturado por aquela entidade.

Tal como evidenciado em Relatórios anteriores, a Vimágua tem vindo a ser confrontada com um crescimento incontrolável da faturação do serviço de saneamento em alta prestado pela Águas do Norte, S.A., resultante da intensa pluviosidade e consequentes afluências indevidas às redes de saneamento.

Como já foi manifestado no passado, junto da Águas do Norte, S.A., do Ministério do Ambiente e da ERSAR, sem qualquer resultado até ao momento, entendemos que deve ser adotada uma metodologia de faturação que pondere de forma diversa a faturação das afluências indevidas, discordando da metodologia de faturação do serviço de saneamento em alta, pelo que a Vimágua vem pugnando para que se assuma finalmente uma posição consentânea com a realidade.

A metodologia de faturação aplicada à atividade de saneamento deve ter em consideração as especificidades dos sistemas de drenagem e transporte do saneamento e deve, desde logo, considerar a existência de afluências de águas pluviais que incrementam o volume transportado pelos sistemas municipais em períodos com registo de pluviosidade.

É por todas as entidades, quer sejam entidades gestoras da alta ou da baixa, Municípios, Entidade Reguladora ou Ministério do Ambiente, reconhecido que ocorre um aumento significativo do volume de águas residuais afluentes aos sistemas de transporte e à ETAR, resultante da afluência de águas pluviais para tais infraestruturas, devido a infiltrações e afluências indevidas que ocorrem tanto nas redes de drenagem municipais como nas infraestruturas do sistema multimunicipal.

Este fenómeno, contrariamente ao que era referido no passado, tem importância significativa nos sistemas separativos de drenagem de águas residuais, não se resolvendo com a eliminação dos sistemas unitários.

O impacto económico e financeiro na atividade da Vimágua provocado pela intensa pluviosidade registada na nossa região, contrariamente a outras do país, sobretudo nos meses de inverno, é muito significativo, provocando um grave desequilíbrio nos seus resultados anuais, sempre que a pluviosidade é mais intensa, pode e deve ser amortizado através da aplicação de uma tarifa mais reduzida à componente pluvial que aflui à ETAR.

Mas, merecedor de desacordo é, sobretudo, a existência de uma faturação que trata de igual forma o saneamento e as águas pluviais, quando sabemos que o acréscimo de custos com o tratamento não é equivalente, tratando-se de água pluvial, e que nos picos o caudal não é todo tratado na ETAR.

A faturação relativa ao mês de dezembro de 2022 registou volumes verdadeiramente extraordinários que resultam da forte pluviosidade registada neste período não foi aceite pela Vimágua, desde logo porque existe a certeza de que tais volumes não foram sequer tratados porquanto só o volume faturado à Vimágua, sem considerar os volumes provenientes de outros Municípios e das indústrias, ultrapassou significativamente a capacidade de tratamento das ETAR's.

 Esta situação que não afeta somente a Vimágua, foi objeto de uma reunião com os representantes dos Municípios que integram a CIM do AVE, da qual resultou uma decisão de a partir da faturação relativa ao mês de dezembro de 2022, inclusive, limitar-se o pagamento do serviço prestado pela Águas do Norte, S.A., ao volume máximo que resulta da média dos valores tratados nos últimos 3 anos, no período que vai de maio a outubro, garantindo que não são pagos volumes que nem sequer são tratados, exigindo que a entidade gestora em alta reveja a sua metodologia de faturação.

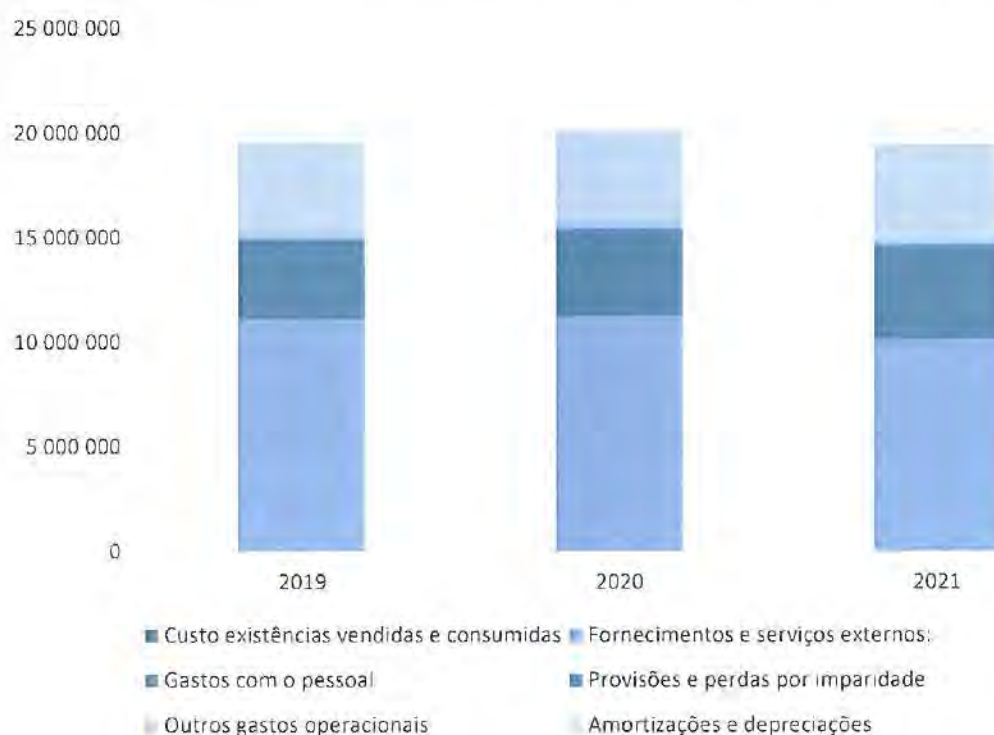
De acordo com o histórico de volumes faturados à Vimágua, o volume máximo aceite pela Vimágua no mês de dezembro de 2022, resultante da média dos volumes faturados no período de maio a outubro dos anos de 2019, 2020 e 2021, foi de 659.084m³.

Os gastos com o tratamento mantêm um peso muito significativo na estrutura de gastos operacionais da Vimágua, tendo representado 29,82% em 2022.

Os gastos com fornecimentos e serviços externos, que detêm um peso decisivo na estrutura de gastos, corresponderam a 51,73%.

Os gastos com pessoal cresceram face ao exercício anterior (+5,79%), resultado da valorização remuneratória operada com o Acordo de Empresa estabelecido com o STAL.

De salientar, ainda, o acréscimo significativo da rubrica “provisões e perdas por imparidades”, a qual contabiliza um acréscimo de gasto com provisões para processos judiciais em curso de 119.334 Euros.



O resultado operacional do exercício económico de 2022 da Vimágua foi de 2.835.205Euros, representado um aumento de +94,14% comparativamente ao registado no exercício anterior, valor resultante do decréscimo dos gastos operacionais (-693.641Euros), em resultado do fim da Contrapartida devida aos Municípios, e do crescimento dos rendimentos operacionais (+681.147Euros). Estes resultados são equivalentes aos que a Vimágua obteve até final de 2018.

O resultado líquido do exercício foi 1.781.893Euros, significativamente superior ao resultado dos exercícios anteriores, resultante do acréscimo de resultado operacional. O EBITDA registou um significativo crescimento de +27,5%.

Resultado Líquido

euros	2020	2021	2022	Δ% 22/21
EBITDA	5 811 202	5 834 848	7 439 240	27,50%
Amortizações e depreciações	4 253 725	4 374 432	4 604 035	5,25%
Resultados operacionais	1 557 477	1 460 417	2 835 205	94,14%
Resultados antes de impostos	963 553	936 144	2 384 286	154,69%
Imposto sobre o rendimento	303 922	268 504	602 393	124,35%
Resultado líquido do exercício	659 631	667 639	1 781 893	166,89%

O *Cash flow* bruto totalizou 7.933.100Euros, um crescimento superior a 2Milhões de Euros comparativamente ao do ano anterior (+32,49%).

O autofinanciamento fixou-se em 200%, significativamente superior ao registado em 2021, resultando de uma diminuição do investimento (-35,09%) e do aumento de resultados antes de impostos (+154,69%), sendo que o *Cash flow* líquido teve um crescimento de +36,74%.

Cash flow líquido e investimento

euros	2020	2021	2022	Δ% 22/21
Resultados antes de impostos	963 553	936 144	2 384 286	154,69%
Amortizações e depreciações	4 253 725	4 374 432	4 604 035	5,25%
Variação das provisões e perdas por imparidade	49 102	222 378	342 386	53,97%
Cash flow bruto	5 266 380	5 532 953	7 330 707	32,49%
Imposto sobre o rendimento	303 922	268 504	602 393	124,35%
Resultados distribuídos				
Cash flow líquido	5 570 302	5 801 457	7 933 100	36,74%
Investimento	4 083 013	6 117 949	3 970 962	-35,09%
Autofinanciamento	136%	95%	200%	110,68%

Situação Financeira e Patrimonial

A demonstração da posição financeira da Vimágua em 31 de dezembro de 2022 apresenta um ativo líquido de 59.240.484Euros, evidenciando um crescimento (+1,84%) face a 31 de dezembro de 2021.



Revisão

Para o crescimento do ativo corrente (+18,41%), contribuíram o acréscimo de Caixa e depósitos bancários (+3.036.531Euros), o qual resulta, essencialmente, do decréscimo de investimentos e crescimento de valores faturados e cobrados.

Em 2022 registamos crescimento do passivo corrente (+2,21%), em resultado do financiamento obtido para o edifício Armazém/Oficinas e do imposto devido ao Estado.

Posição financeira				
euros	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	$\Delta\%$ 22/21
Ativo não corrente	46 412 103	48 090 544	47 302 751	-1,64%
Ativo corrente	12 162 318	10 081 277	11 937 733	18,41%
Total do ativo	58 574 421	58 171 821	59 240 484	1,84%
Capitais permanentes	42 040 135	41 813 105	42 520 575	1,69%
Passivo corrente	16 534 286	16 358 716	16 719 909	2,21%
Total do passivo + capital próprio	58 574 421	58 171 821	59 240 484	1,84%

Os rácios económicos revelam uma situação positiva, apresentando indicadores com desempenho em todos eles superior ao registado em 2021. Ao nível dos indicadores financeiros registamos um acréscimo nos indicadores de liquidez geral e fundo de maneio, desde logo pelo acréscimo de disponibilidades. Os indicadores de solvabilidade e de autonomia financeira, evidenciando de forma clara a estabilidade financeira da Vimágua, registaram, também, crescimento em 2022.

Rácios				
Económicos	2020	2021	2022	Δ p.p. 22/21
Margem bruta/rendimentos operacionais	27,56%	27,06%	33,44%	6,38
Resultado operacional/rendimentos operacionais	7,39%	6,77%	12,74%	5,97
Resultado líquido/rendimentos operacionais	3,13%	3,10%	8,01%	4,91
Resultado líquido/capital próprio	2,98%	2,90%	7,28%	4,38
Financeiros	2020	2021	2022	Δ p.p. 22/21
Liquidez geral	73,56%	61,63%	71,40%	9,77
Autonomia financeira	37,81%	39,61%	41,33%	1,72
Solvabilidade	60,79%	65,60%	70,45%	4,85
Fundo de maneio	0,74	0,62	0,71	9,77



Execução previsional

Apresenta-se de seguida a execução da Demonstração Previsional de Resultados aprovada e revista em 2022, com os respetivos desvios:

Execução da Demonstração Previsional de Resultados 2022

	Previsão	Execução	Desvio		Varição
	2022 revista	2022	Valor	(%)	2011/2010 (%)
Vendas e serviços prestados	20 622 801	20 380 460	-242 341	-1,18%	
Vendas de material		12 427	12 427	-nd-	
Vendas de água	6 774 797	6 685 107	-89 690	-1,32%	
Prestações de serviços - água	3 343 460	3 377 525	34 065	1,02%	
Prestações de serviços - saneamento	10 490 544	10 146 080	-344 463	-3,28%	
Tarifas de ligação	589 432	630 597	41 165	6,98%	
Saneamento de águas residuais	9 900 183	9 514 286	-385 897	-3,90%	
Outros	929	1 197	268	28,84%	
Outras prestações de serviços	14 000	159 321	145 321	1038,00%	
Outros rendimentos operacionais	1 804 756	1 866 639	61 883	3,43%	
Trabalhos para a própria entidade		781	781	-nd-	
Imputação de subsídios p/ investimentos	1 205 674	1 190 250	-15 424	-1,28%	
Imputação de subsídios p/ demais	599 082	606 874	7 792	1,30%	
Outros rendimentos e ganhos		68 733	68 733	-nd-	
Total de proveitos operacionais	22 427 557	22 247 099	-180 458	-0,80%	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-49 863	-51 174	-1 311	2,63%	
Matérias-primas	-49 863	-51 174	-1 311	2,63%	
Fornecimentos e serviços externos	-10 099 689	-10 042 429	57 260	-0,57%	
Sub-contrato tratamento de águas residuais	-6 095 688	-5 789 410	306 278	-5,02%	
Outros FSEs	-4 004 001	-4 253 019	-249 018	6,22%	
Gastos com pessoal	-4 233 413	-4 203 168	30 245	-0,71%	
Outros gastos operacionais	-261 128	-168 701	92 427	-35,40%	
Total de gastos operacionais antes de amortizações, provisões e perdas por imparidade	-14 644 093	-14 465 473	178 620	-1,22%	
Amortizações e depreciações	-4 714 981	-4 604 035	110 947	-2,35%	
Provisões e perdas por imparidade	-59 563	-342 386	-282 823	474,83%	
Total de custos operacionais	-19 418 637	-19 411 894	6 744	-0,03%	
EBIT	3 008 919	2 835 205	-173 714	-5,77%	
Margem EBIT	0,15	0,14	-0,01	-4,65%	
Gastos e perdas financeiros	-478 985	-450 919	28 066	-5,86%	
Resultados financeiros	-478 985	-450 919	28 066	-5,86%	
Resultados antes de impostos	2 529 934	2 384 286	-145 648	-5,76%	
Imposto sobre o rendimento	-610 994	-602 393	8 601	-1,41%	
Impostos sobre Lucros	-610 994	-602 393	8 601	-1,41%	
Resultado líquido do período	1 918 940	1 781 893	-137 047	-7,14%	
Margem Líquida	8,56%	8,01%	-0,55 p.p.		



Artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

Nos termos do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução quando não cumpram com os seguintes requisitos:

a) Nos últimos três anos as vendas e prestações de serviços cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios

	Vendas e prestações de serviços	Gastos incorridos	% Vendas e prestações de serviços nos Gastos totais incorridos
2022	20 380 460	19 862 813	102,61%
2021	19 425 499	20 629 809	94,16%
2020	19 313 073	20 125 120	95,97%
Requisito cumprido			

b) Nos últimos três anos o peso contributivo dos subsídios à exploração é inferior a 50 % das suas receitas

	Prestação de serviços e outros rendimentos	Subsídios à exploração	% Subsídios na totalidade de Prestação de serviços e outros rendimentos
2022	22 247 099	0	0,00%
2021	21 565 952	278 316	1,29%
2020	21 088 673	1 688	0,01%
Requisito cumprido			

c) Nos últimos três anos o EBITDA é positivo

	Resultado operacional	Amortizações e depreciações	EBITDA
2022	2 835 205	4 604 035	7 439 240
2021	1 460 417	4 374 432	5 834 848
2020	1 557 477	4 253 725	5 811 202
Requisito cumprido			

d) Nos últimos três anos o resultado líquido é positivo

Resultado líquido	
2022	1 781 893
2021	667 639
2020	659 631
Requisito cumprido	

Perspectivas Futuras



Perspetivas Futuras



Em 2023, nasce um novo ciclo da atividade da Vimágua, projetado em vários documentos estratégicos para a empresa, designadamente, neste *Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2023*, na elaboração do novo Contrato de Gestão Delegada que sucede ao Contrato de Gestão outorgado em 2008, o qual foi fixado tendo em conta o atual enquadramento legal e regulatório, e que integrará a proposta de Plano Plurianual de Investimentos para 2023-2037, conjuntamente com a Trajetória Tarifária para o mesmo período, o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira e o Plano de Financiamento da Vimágua para este novo ciclo que projetamos a 15 anos.

Enunciam-se a seguir as principais iniciativas estratégicas a desenvolver pela Vimágua durante o ano de 2023:

a) Sistema de Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia

A Vimágua assegurará os procedimentos necessários à manutenção dos Sistemas de Gestão Certificados, nomeadamente, Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia, de acordo com os referenciais NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, NP EN ISO 45001 NP EN e ISO 50001, com o propósito do desenvolvimento e controlo de processos e procedimentos que têm como objetivo o aumento da eficiência da organização.

b) Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas

A Vimágua assegurará o desenvolvimento, implementação e monitorização dos Planos de Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI) para as atividades de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, de acordo com as recomendações técnicas da ERSAR e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), constantes dos Guias Técnicos 16 e 17. Estes planos encontram-se estruturados em dois níveis de planeamento: o Plano Estratégico para o horizonte temporal de 20 anos, 2018 – 2038 e o Plano Tático para o horizonte temporal de 5 anos, 2018 – 2023.

No Plano Estratégico, aprovado em 2017, definiram-se as estratégias infraestruturais e não-infraestruturais a adotar na organização para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, com base na avaliação e diagnóstico da situação de referência.

No Plano Tático, assegura-se a concretização das estratégias estabelecidas no planeamento estratégico, definindo a forma de as implementar sectorialmente e estabelecendo as táticas setoriais



a adotar. Este plano, foi iniciado em 2019 e encontra-se em desenvolvimento, perspetivando-se a sua conclusão até ao final de 2023.



c) Plano de Segurança da Água para Consumo Humano

A Vimágua assegurará o desenvolvimento, implementação e monitorização do Plano de Segurança da Água para Consumo Humano, o qual deve identificar e hierarquizar riscos admissíveis no quadro do serviço de abastecimento de água, desde a sua origem até ao seu consumo. Este Plano deve assegurar a implementação e contínua melhoria dos processos que permitam aumentar a eficiência da gestão dos sistemas de controlo e qualidade da água produzida e distribuída.

O objetivo estratégico deste plano é assegurar a integridade do sistema de abastecimento de água, com a distribuição de água segura e da confiança do consumidor.

d) Plano de Reabilitação de Conduatas e Ramais

A Vimágua assegurará a continuidade do Plano de Substituição de conduatas e ramais de modo a garantir a sustentabilidade do sistema de abastecimento de água e adequados níveis de serviço. Este plano identifica e prioriza as intervenções de reabilitação, com base em registos cadastrais, registos de operação e manutenção e indicadores de avaliação.

Para 2023, propõe-se substituir/reabilitar os componentes mais críticos e cuja condição física e desempenho são manifestamente deficientes.

e) Plano de Gestão de Redução de Perdas

A Vimágua assegurará a continuidade da implementação de estratégias de controlo das perdas de água preconizadas no Plano de Gestão de Redução de Perdas, por forma assegurar uma redução de água não-faturada de cerca de 5% no final dos próximos 5 anos e inferior ou igual a 14% em 2037. Ao nível da gestão de perdas reais propõe-se implementar mais zonas de monitorização de controlo nas áreas urbanas, reforçar a atividade de pesquisa ativa de fugas e continuar com a redução e estabilização de pressões nas redes de distribuição de água. Ao nível da gestão de perdas aparentes propõe-se intensificar a pesquisa de atos ilícitos, continuar com a renovação do parque de contadores e estabelecer protocolos / acordos com os Municípios e Bombeiros para a utilização de água.

f) Plano de Gestão de Controlo de Infiltrações e Afluências Indevidas

A Vimágua assegurará a continuidade da implementação das estratégias definidas no âmbito do Plano de Gestão de Controlo de Infiltrações e Afluências Indevidas, que tem como objetivo, por um



lado, melhorar a eficácia e a eficiência do funcionamento hidráulico dos sistemas de drenagem e, por outro, reduzir o risco de inundações e extravasamentos de águas residuais. Este plano resultou da atividade desenvolvida pelas entidades gestoras que integram a exploração dos sistemas de drenagem dos concelhos de Guimarães e Vizela (Municípios de Guimarães e Vizela, no que se refere à drenagem de águas pluviais, Vimágua, na componente das redes de drenagem de águas residuais em baixa, e AdNorte/Tratave, no que se refere aos sistemas de interceptores e estações de tratamento de águas residuais). O planeamento das medidas encontra-se dividido em duas partes, medidas mitigadoras de curto prazo (até 3 anos) e medidas corretivas de curto/médio prazo (até 10 anos). Entre as principais medidas propõem-se implementar zonas de monitorização de caudais em bacias de drenagem urbanas, intensificar a deteção de afluências indevidas de caudais pluviais aos sistemas de saneamento de águas residuais e reabilitar e substituir as infraestruturas (caixas de visita e coletores) degradadas ou tecnicamente deficientes nos sistemas de drenagem. A implementação do plano foi iniciada em 2020 para um horizonte temporal de 10 anos.

g) Plano de Poupança de Energia

A Vimágua assegurará a continuidade da implementação do Plano de Poupança de Energia, seguindo as orientações da comissão europeia e da legislação nacional, tendo como objetivo principal promover a melhoria do desempenho energético e a progressiva descarbonização.

Parte das medidas que integram o plano tiveram início em 2017 com a aquisição das primeiras viaturas elétricas e com a instalação de painéis fotovoltaicos nos equipamentos do sistema de abastecimento de água no edifício sede e no armazém/oficina.

Das medidas em curso e a implementar, neste domínio, pela Vimágua destacam-se:

- Instalação de sistemas de produção própria de energia constituídos por sistemas fotovoltaicos tendo como meta atingir a capacidade instalada de 1700 Kwp;
- Instalação de variadores de velocidade nas estações elevatórias com mais de 10 anos, para otimização energética do seu funcionamento;
- Substituição de grupos eletrobomba com desempenho insatisfatório por equipamentos de maior eficiência;
- Reforço de sistema de telegestão para otimização do funcionamento de todos os sistemas de elevação;
- Substituição de viaturas movidas a combustíveis fósseis por viaturas elétricas;



- Formação para utilização mais eficiente de viaturas;
- Reorganização do trabalho com jornadas contínuas e utilização partilhada de viaturas.



h) Sistema de Contabilidade Analítica

A Vimágua com vista à otimização dos processos de controlo de gestão deverá implementar, até final de 2023, um Sistema de Contabilidade Analítica.

i) Modelo de Gestão e Inventariação Patrimonial de Ativos

A Vimágua deverá, até final de 2023, desenvolver e implementar um Modelo de Gestão e Valorização Patrimonial, através da Elaboração do Modelo de Dados, Procedimentos para Gestão e Controlo Interno do seu Património, Etiquetagem, Avaliação dos Ativos e determinação das Vidas Úteis Remanescentes. O Modelo a desenvolver deve assegurar a integração dos dados nos módulos de gestão de imobilizado, de gestão de cadastro e de operação e manutenção utilizados pela Vimágua, de forma a introduzir maior eficiência interna na Gestão e Valorização do Património, nos investimentos realizados e a realizar no futuro.

Integrado neste projeto e modelo de gestão, a Vimágua deverá, até final do primeiro semestre de 2023, assegurar a inventariação física de todo o seu património e das infraestruturas de água e saneamento dos Municípios de Guimarães e Vizela.

As metas anuais definidas para os indicadores de desempenho atendem aos valores históricos dos últimos 5 anos e à situação existente, visando atingir, progressivamente e de acordo com o cronograma definido no Contrato de Gestão Delegada, uma melhoria contínua e progressiva da qualidade dos serviços.

Considerando o novo Plano Plurianual de Investimentos a 15 anos e o estudo de viabilidade económica e financeira (EVEF) incluído na proposta de Contrato de Gestão Delegada, foi avaliada a possibilidade de refinanciamento do montante em dívida relativo ao contrato de financiamento celebrado pela Vimágua a 8 de Junho de 2009, tendo em conta a cobertura das necessidades de investimento resultantes da atualização do EVEF, no contexto da referida proposta de atualização do Contrato de Gestão Delegada, sendo de destacar o impacto resultante da atualização do plano plurianual de investimento, elaborado de acordo as orientações da ERSAR e das necessidades de infraestruturização dos Municípios até 2037 (15 anos).

A Administração da Vimágua está comprometida com um modelo de gestão que assegure as melhores condições de prestação do serviço, a um preço socialmente aceitável.

Proposta de Aplicação de Resultados



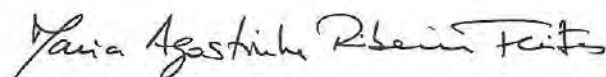
Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 19.º dos Estatutos da Vimágua e nos artigos 31.º a 33.º, na alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, no artigo 295.º e nos n.ºs 1, alínea b) e 2 do artigo 376.º, todos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2022, no valor de 1.781.892,96Euros (um milhão setecentos e oitenta e um mil oitocentos e noventa e dois euros e noventa e seis cêntimos), seja transferido para Resultados Transitados.

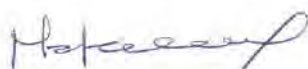
O Conselho de Administração



Armino José Ferreira da Costa e Silva – Presidente



Maria Agostinha Ribeiro de Freitas – Vogal



Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral – Vogal

Considerações Finais



Considerações Finais

O resultado do exercício relativo ao ano de 2022 é francamente positivo.

A atuação da Vimágua pautou-se pelo respeito pela Lei, pelos Municípios seus acionistas, pelos utilizadores do serviço, pelos fornecedores e demais prestadores de serviços e, num ano, ainda, marcado pela emergência de saúde pública.

O rigor, a exigência, a transparência, a ética e um forte sentido de serviço público continuarão a estar no centro da atividade da Vimágua, tendo em conta o interesse dos utilizadores dos sistemas públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Aos Municípios de Guimarães e Vizela e às Juntas de Freguesia, deixamos aqui o nosso especial reconhecimento pela sempre pronta colaboração e cooperação.

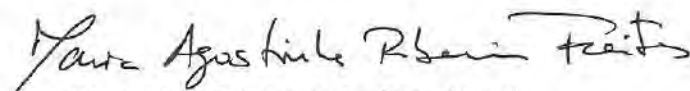
À Agência Portuguesa do Ambiente I.P. – ARH-Norte, à CCDR-n, à ERSAR, ao ACES Alto Ave, deixamos o nosso agradecimento, sendo o seu contributo de inestimável importância para o bom desempenho da Vimágua.

Importa, ainda, registar um especial apreço em relação aos trabalhadores da Vimágua pela dedicação, competência e profissionalismo no exercício das suas funções, em prol de um serviço público de referência e, neste ano, em particular, pela colaboração e esforço de adaptação a novos horários e métodos de trabalho.

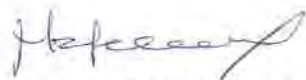
O Conselho de Administração,



Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente



Maria Agostinha Ribeiro de Freitas – Vogal



Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral – Vogal

Demonstrações Financeiras



Demonstrações financeiras



Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., vem submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do exercício económico de 2022.

O presente documento contém as seguintes Demonstrações Financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados por Naturezas;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa e respetivo anexo;
- Anexo às Demonstrações Financeiras.



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2022	31-12-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	47.234.288	47.858.902
Ativos intangíveis	9	8.851	3.108
Outros investimentos financeiros		30.991	25.404
Ativos por impostos diferidos		28.621	203.131
		47.302.751	48.090.544
Ativo corrente			
Inventários	10	921.482	883.174
Clientes	12	1.448.567	1.571.178
Estado e outros entes públicos	13	374.081	843.429
Outros créditos a receber	14	1.632.768	2.274.465
Diferimentos		197.955	182.683
Caixa e depósitos bancários	5	7.362.880	4.326.349
		11.937.733	10.081.277
Total do ativo		59.240.484	58.171.821
CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	20.1	500.000	500.000
Outros instrumentos de capital próprio		12.240.000	12.240.000
Reservas legais		147.701	114.319
Resultados transitados	20.2	3.726.370	2.491.025
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	20.3	6.089.206	7.030.226
Resultado líquido do período		1.781.893	667.639
Total do capital próprio		24.485.171	23.043.209
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	29	323.734	100.682
Financiamentos obtidos	15	6.570.978	7.150.806
Outros instrumentos financeiros	16	127.205	902.802
Fornecedores	17	9.299.540	8.626.893
Outras dívidas a pagar - Ajustamento em subsídio	18	1.713.947	1.988.713
		18.035.404	18.769.896
Passivo corrente			
Fornecedores	17	1.998.390	1.642.654
Estado e outros entes públicos	13	654.771	420.849
Financiamentos obtidos	15	1.767.328	1.580.297
Outras dívidas a pagar	18	4.862.348	5.398.829
Diferimentos	19	7.437.070	7.316.087
		16.719.909	16.358.716
Total do passivo		34.755.313	35.128.612
Total do capital próprio e do passivo		59.240.484	58.171.821

Ex. 2022

Assinado e rubricado
Hans Augustin Klein Frits
H. Klein



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	23	20.380.460	19.425.499
Trabalhos para a própria empresa		781	17.697
Subsídios à exploração			278.316
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-51.174	-51.934
Fornecimentos e serviços externos	24	-10.042.429	-11.198.135
Gastos com o pessoal	25	-4.203.168	-3.972.949
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	-119.334	-230.867
Provisões (aumentos/reduções)		-223.052	8.489
Outros rendimentos	26	1.865.857	1.844.439
Outros gastos	27	-168.701	-285.707
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7.439.240	5.834.848
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8 e 9	-4.604.035	-4.374.432
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.835.205	1.460.417
Juros e gastos similares suportados	15	-450.919	-524.273
Resultado antes de impostos		2.384.286	936.144
Imposto sobre o rendimento do período	22	-602.393	-268.504
Resultado líquido do período		1.781.893	667.639

Resultado por ação básico		3,56	1,34

Elaborado por

*Assinado e rubricado
João Agostinho Ribeiro Pereira
Presidente*



[Handwritten signature]

Kinda Raka dan
Pau Astuh Rani Raita
Hapceap

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2022

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações (todas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Retenções transitórias	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N		500 000	0	12 240 000	0	114 319	0	2 481 025	0	0	7 030 226	667 639	23 043 209
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													0
Alterações de políticas contabilísticas													0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis													0
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivos vari													0
Ajustamentos por impostos diferidos													0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													0
2	3	0	0	0	0	33 382	0	1 235 345	0	0	-541 019	-667 639	-336 931
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													1 781 893
RESULTADO INTEGRAL													1 781 893
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													1 441 962
subscrições de capital													0
subscrições de prémios de emissão													0
Distribuições													0
Entradas para cobertura de perdas													0
Outras operações													0
5		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6=1+2+3+5		500 000	0	12 240 000	0	147 701	0	3 726 370	0	0	5 089 206	1 781 893	24 465 171
Posição no final do período dezembro de 2022													24 465 171

Ensayada

Unidade está em Euro
Para Assinatura e Rubrica
H. K. K.



[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		22.617.448	21.657.651
Pagamentos a fornecedores		-12.075.771	-12.128.211
Pagamentos ao pessoal		-4.129.451	-3.938.934
Caixa gerada pelas operações		6.412.225	5.590.506
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		-236.089	-407.926
Outros recebimentos/pagamentos		943.725	528.141
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		7.119.861	5.710.721
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-4.095.326	6.364.775
Ativos intangíveis		-7.450	-4.500
Investimentos Financeiros			
Outros ativos		-5.588	-7.000
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		5.626	
Ativos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros ativos			
Subsídios de investimento		891.615	123.886
Juros e proveitos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-3.211.122	-6.252.389
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.250.000	
Realizações de capital e outros instrumentos capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.642.797	-1.528.550
Juros e gastos similares		-479.411	-543.815
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxo das atividades de financiamento (3)		-872.208	-2.072.364
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		3.036.531	-2.614.032
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.326.349	6.940.382
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7.362.880	4.326.349

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

Handwritten signatures and names:
 Maria Agostina R. S. F. F. F.
 Mafceaf

Handwritten signature:



	PERÍODOS	
	31/12/2022	31/12/2021
Numerário	18.207	14.273
Depósitos bancários	7.344.673	4.312.076
Equivalentes de caixa		
Caixa e seus equivalentes	7.362.880	4.326.349
Outras disponibilidades:		
Dívidas a instituições de crédito		
Disponibilidades constantes do Balanço	7.362.880	4.326.349

Beir

Aminda est. Alva
Laura Agostini Beir Rosta
Mafceef

Enselado



Anexo às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022



Anexo às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

Designação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, União de Freguesias de Oliveira do Castelo, S. Paio e S. Sebastião, 4810-025 Guimarães, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único -505993082

Natureza da atividade: A Vimágua tem a seu cargo a gestão do serviço de interesse geral de gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público (CAE 36002) e de drenagem e tratamento de águas residuais (CAE 36001) na área geográfica dos municípios de Guimarães e Vizela.

Com a publicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é aprovado o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais pelo qual, num prazo de 6 meses, é imposta a adequação dos Estatutos do setor empresarial local ao novo regime legal. Neste sentido, foram publicados em 28 de fevereiro de 2013 os novos Estatutos da Vimágua.

A última alteração aos Estatutos e respetiva publicação data de 20 de dezembro de 2016.

Capital Social: 500.000 euros dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

A apresentação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC bem como da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações efetuadas por força das NCRF aplicáveis às respetivas classes de ativos e/ou passivos. Teve-se, também, em conta a adoção dos modelos de demonstrações financeiras aprovados no âmbito do SNC.



As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

É do entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

As demonstrações financeiras apresentadas são comparáveis com as apresentadas para o período anterior.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF-DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA - Não aplicável.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.



As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10; 12; 20
Equipamento básico	1 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de conservação e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou do abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e são registados na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

(b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são reconhecidos sempre que sejam identificáveis, seja possível exercer o controlo sobre os mesmos, permitam que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa, e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Programas de Computador	3

O método de amortização utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.



(c) Inventários

O custo das matérias-primas e subsidiárias é valorizado com base no custo médio de aquisição, tendo sido aplicadas as definições e critérios da NCRF 18.

São registadas perdas de imparidade aos inventários nos casos em que o custo é superior ao valor estimado de recuperação.

(d) Imparidade de Ativos

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis”.

(e) Custo dos financiamentos obtidos

Todos os custos de financiamentos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

(f) Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

- Clientes e outros Créditos a receber

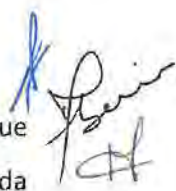
Estas rubricas estão reconhecidas e divulgadas no balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber foram calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método se equiparou à utilização do critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas em resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Provisões

A Vimágua analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal custo, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de a Empresa ter ou não ter o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração do financiamento.

- Fornecedores e outras dívidas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração da dívida.

- Instrumentos Financeiros Derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Vimágua. Os instrumentos financeiros derivados utilizados respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. Os prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”. Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.



(g) Reconhecimento do Rédito:

O rédito proveniente de Vendas e Serviços Prestados é reconhecido quando:

- a) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- b) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- c) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- d) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa;
- e) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos líquidos de impostos e descontos, pelo valor a receber.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos nos resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Nos casos de juros debitados a clientes, essas quantias são reconhecidas em separado como rédito de juros. Foram aplicados as definições e os critérios da NCRF 20.

(h) Subsídios

Os subsídios públicos são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição irá cumprir com todas as condições para o receber.

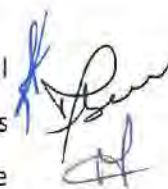
Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica "Outras Variações no Capital Próprio" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, com base no pressuposto de que os subsídios são imputados como rendimento do período numa base sistemática durante as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis aos quais estão associados.

(i) Impostos sobre o rendimento

O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Quando aplicável adotou-se a NCRF25.



O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui igualmente gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.



Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento verifica-se unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

4.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

(a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

(b) Regime da periodização económica (acrécimo)

A Vimágua reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em "Credores por acréscimos de gastos".



(c) Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Vimágua não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

(d) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(e) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, dada a sua natureza, as rubricas de 'Impostos diferidos' e de 'Provisões' são classificadas como não correntes.

(f) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

(g) Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento

Conforme aprovado pelas Câmaras Municipais de Guimarães e Vizela, em reuniões realizadas a 29 de dezembro de 2022 e 10 de janeiro de 2023, respetivamente, serão integradas as respetivas infraestruturas no capital social da Vimágua, durante o exercício de 2023, terminado o pagamento do valor de contrapartida aos Municípios, com efeitos já no exercício de 2022.

4.3 JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizados juízos de valor, estimativas e pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração

tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.



4.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os PCGA em Portugal.

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

4.5 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS:

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são os que seguem:

a) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas com base no custo de aquisição e é utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

b) Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias são revertidas. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

c) Reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber



As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas com base na antiguidade dos saldos das contas de terceiros e tendo por base o critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

5. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto e todas as quantias dos saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
11	Caixa	18.207,32	14.272,99
121	Depósitos à ordem C.G.D	494.949,82	174.686,49
122	Depósitos à ordem BPI	19.925,67	27.034,67
123	Depósitos à ordem C.G.D2040035720130	32.287,05	592,45
124001	BPI/002 Conta Receitas	3.038.097,17	1.145.227,71
124002	BPI/003 Conta Reserva do serviço da dívida	2.748.129,98	2.803.243,99
124003	BPI/004 Conta Reserva de Investimento	871.971,04	29.959,47
125	Banco Santander Totta, SA	96.694,60	88.714,36
131	Depósitos a Prazo – BPI	42.617,24	42.617,24
		7.362.879,89	4.326.349,37

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não se registaram alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou em períodos futuros, nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

7. PARTES RELACIONADAS

Os termos e condições praticados nas operações da Vimágua com as partes relacionadas, são substancialmente idênticas aos que seriam praticados com entidades independentes.

7.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS:

Integrando o círculo de ligações especiais definidas na NCRF 13 encontram-se as entidades detentoras do capital da Vimágua:

O capital é detido em 90% pela Câmara Municipal de Guimarães, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505948605 e em 10% pela Câmara Municipal de Vizela, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505985217.



7.2. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:

As transações entre a Vimágua e as Câmaras Municipais traduzem-se nos seguintes:

- Faturação da Vimágua proveniente dos Serviços prestados de água/saneamento;
- Faturação das Câmaras à Vimágua proveniente da contrapartida, conforme o definido no Contrato de Gestão, onde se inclui a fatura emitida pelos Municípios em 2022 referente à contrapartida do ano de 2021;
- Entrega às Câmaras do valor das tarifas de lixo faturadas aos clientes por parte da Vimágua por conta das Câmaras.

Transações efetuadas durante o ano de 2022 e saldos pendentes com as entidades relacionadas:

Transações com partes relacionadas	Compras/FSE	Vendas e Prestação de Serviços	Saldos Comerciais Dividas a receber	Saldos Comerciais Dividas a Pagar
CMG	1.011.077,72	1.184.098,17	129.550,10	8.145.226,35
CMV	119.843,57	263.550,74	94.415,33	934.048,13

No âmbito da delegação de competências das Câmaras relativamente à faturação de tarifas de lixo aos clientes, verificou-se, no ano de 2022, a transferência do valor faturado pela Vimágua a título de tarifa de lixo:

- Câmara de Guimarães, o montante de 1.588.502,53€.
- Câmara de Vizela, o montante de 751.684,17€.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS



Descrição	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte	Eq. Administrativo	Outros	AFT Curso	Total
Quantia Bruta escriturada inicial	1 232 924,71	2 757 644,41	88 343 151,38	1 632 213,06	981 242,11	184 337,60	6 036 577,10	101 168 090,37
Depreciações Acumuladas Iniciais		732 503,56	50 283 595,72	1 315 742,47	845 925,01	131 421,57		53 309 188,33
Perdas Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada Inicial	1 232 924,71	2 025 140,85	38 059 555,66	316 470,59	135 317,10	52 916,03	6 036 577,10	47 858 902,04
Movimentos do período	0,00	1 150 788,40	2 490 463,15	-192 945,32	-17 758,84	-3 874,24	-4 051 287,07	-624 613,92
								0,00
Adições	0,00	1 254 824,76	6 742 075,65	1 038,00	19 903,06	14 005,00	-4 051 287,07	3 980 559,40
Aquisições 1ª mão		61 313,52	1 233 523,73	1 038,00	19 903,06	14 005,00	1 457 264,85	2 787 048,16
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências de AFT Curso	0,00	1 193 511,24	5 508 551,92	0,00	0,00	0,00	-5 508 551,92	1 193 511,24
Diminuições	0,00	104 036,36	4 251 612,50	193 983,32	37 661,90	17 879,24	0,00	4 605 173,32
Depreciações	0,00	104 036,36	4 251 612,50	191 137,77	37 661,90	17 879,24		4 602 327,77
Alienações valor aquisição	0,00	0,00		24 921,17		0,00		24 921,17
Alienações depreciações acumuladas	0,00	0,00		-22 075,62		0,00		-22 075,62
Reclassificação Dep. Acumuladas		0,00						0,00
Transferências AFT em Curso							0,00	0,00
								0,00
Quantia líquida escriturada final	1 232 924,71	3 175 929,25	40 550 018,81	123 525,27	117 558,26	49 041,79	1 985 290,03	47 234 288,12

Durante o ano de 2022, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

- CP 06/2016 - extensão de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais nas freguesias de Santa Eulália, Santo Adrião e u. f. de Tagilde e São Paio - concelho de Vizela;
- CP 13/2018 - Remodelação e Ampliação do Sistema de Captação de Tratamento de St.^a Eufémia de Prazins - Sistema de Desinfecção por UV;
- CP 16/2018- Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais nas Freguesias de Guardizela, Moreira de Cónegos, S. Torcato, União de Freguesias de Abação e Gêmeos – Guimarães;
- CP 18/2018 – Instalação de um Sistema Fotovoltaico para Autoconsumo (Upac), na ETA das Taipas (0000), Rua Central, Prazins (Santa Eufémia), Guimarães - Lote 1;
- CP 19/2018 - Instalação de um Sistema Fotovoltaico para Autoconsumo (Upac), no Reservatório da Pegada (0002), Rua Da Pegada, Azurém, Guimarães - Lote 2;
- CP 28/2018- Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais nas Freguesias de Caldelas e Sande S. Martinho – Guimarães;
- CP 26/2019- Reforço da Rede de Abastecimento de Água e Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais nas Freguesias de Infantas, Mesão Frio e UF de Serzedo e Calvos;
- CP 05/2020 - Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais em Sete Freguesias / União De Freguesias - Concelho De Guimarães;

- CP 06/2020 - Extensão e Reforço da Rede de Abastecimento de Água na Freguesia de Brito - Concelho de Guimarães;

- CP 09/2020 - Armazém / Oficinas da Vimágua;

- CP 11/2020 - Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais nas Freguesias de Brito, Guardizela, Pinheiro, Silvares E UF de Conde e Gandarela – Guimarães;

- CP 12/2020 - Extensões de Redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais - UF de Selho S. Lourenço e Gominhães e UF de Abação e Gémeos;

- CP 17/2020 - Extensões de Redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais - Uf de Sande S. Lourenço e Balazar - Rua Fonte de Aviz e Rua da Travanca;

- CP 21/2020 - Reabilitação de Coletores de Águas Residuais com Recurso à Tecnologia CIPP, nos Concelhos de Guimarães e Vizela;

- CP 25/2020- Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais e Substituição de Redes de Abastecimento de Água nas Freguesias de Selho (São Jorge) e Gondar - Concelho de Guimarães;

- CP 30/2020 - Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais na UF de Arosa e Castelões – Guimarães;

- CP 31/2020- Extensão de Redes de Abastecimento de Água E Redes de Saneamento de Águas Residuais na Freguesia de Nespereira UF. de Conde e Gandarela – Guimarães;

CP 37/2020 - Extensão e Substituição de Redes de Abastecimento de Água na Freguesia de Lordelo - Concelho de Guimarães;

- CP 39/2020 - Extensão e Substituição de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais na Freguesia de Santa Eulália, U.F. de Caldas de Vizela (S. Miguel e S. João) e U.F. de Tagilde e Vizela (São Paio) - Concelho De Vizela;

-CP 40/2020- Execução de Rede de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Gondomar - Concelho de Guimarães;

- CP 42/2020- Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais e Substituição de Redes de Abastecimento de Água nas Freguesias de Caldelas, Pencelo Ponte e UF de Sande Vila Nova e Sande São Clemente - Concelho De Guimarães;

- 
- AD 02/2021- Extensões de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Gondar - Rua Sumes de Cima e Rua Sumes de Baixo e Extensões de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Polvoreira - Rua Ribeiro do Pinto (Troço Sul Da A7);
 - AD 03/2021- Extensões de Redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais - UF de Airão Sta. Maria, Airão S. João e Vermil e UF de Leitões Oleiros e Figueiredo;
 - CP 02/2021 - Instalação de Um Sistema Fotovoltaico para Autoconsumo (Upac), Na Cobertura do Armazém e Oficinas Gerais da Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A, Rua 24 De Junho, Aldão - Concelho De Guimarães;
 - CP 14/2021 - Substituição de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais nas Freguesias de Azurém e Candoso (São Martinho) e na U.F. De Selho S. Lourenço e Gominhões E U.F. de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião - Concelho de Guimarães;
 - CP 10/2022 - Instalação de Conduta Elevatória de Águas Residuais no Parque Industrial de Linhares na União das Freguesias de Briteiros Santo Estevão e Donim - Concelho de Guimarães;
 - Pequenos prolongamentos e remodelação de redes de água e saneamento;
 - Extensão de redes nas freguesias;
 - Execução e remodelação de ramais domiciliários de água e saneamento.

Dos Ativos fixos tangíveis em curso destacamos as seguintes obras:

- CP 01/2021 – Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais nas Freguesias de Prazins (Santa Eufémia), São Torcato, U.F. de Briteiros Santo Estevão e Donim e U.F. De Souto Sta. Maria, Souto S. Salvador e Gondomar - Concelho de Guimarães;
- CP 05/2021 – Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais na Rua Nossa Senhora de Fátima, Rua da Serviçaria e Rua de Burgueiros - Freguesia de Infantas – Guimarães;
- CP 06/2021- Execução de Ligações Domiciliárias e Não Domiciliárias de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais nos Concelhos de Guimarães e Vizela;
- CP 08/2021 - Extensão de Rede de Drenagem de Águas Residuais na Rua 24 De Junho, Rua de Santa Maria e na Travessa do Valinho na U.F. de Atães e Rendufe – Guimarães;
- CP 10/2021 – Extensão de Rede de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Longos e U.F. de Sande São Lourenço e Balazar – Guimarães;



- CP 07/2022 - Substituição e Extensão de Redes de Abastecimento de Água e Redes de Saneamento de Águas Residuais na Freguesia de Creixomil e nas U.F. de Oliveira, S. Paio e S. Sebastião e U.F. Prazins Santo Tirso e Corvite - Concelho De Guimarães.

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações foi o seguinte:

	Programas de Computador	Intangíveis em Curso	Total
Quantia Escriturada Bruta Inicial	261 551,55	0,00	261 551,55
Amortizações Acumuladas	258 443,81	0,00	258 443,81
Quantia Escriturada Líquida Inicial	3 107,74	0,00	3 107,74
Adições	7 450,00	0,00	7 450,00
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	0,00
Amortizações ano	1 706,94	0,00	1 706,94
Total das Diminuições	1 706,94	0,00	1 706,94
Reclassificação			
Quantia Escriturada Líquida Final	8 850,80	0,00	8 850,80

10. INVENTÁRIO

A Vimágua tem implementado o sistema de inventário permanente. A decomposição desta rubrica é a seguinte para cada um dos períodos em análise:

Descrição	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Materiais	921.482,36	883.173,99
TOTAL	921.482,36	883.173,99

É esperado que os inventários sejam utilizados nas prestações de serviços até 12 meses após a data das demonstrações financeiras, pelo que não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade respeitantes aos inventários.

O custo das matérias consumidas reconhecido no final de cada um dos períodos foi seguinte:



Descrição	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Existências iniciais	883.173,99	822.051,07
Compras	927.270,45	844.636,72
Regularização existências	835.059,48	751.347,60
Variação EPIS	2.728,12	19.767,85
Existências finais	921.482,36	883.173,99
Total	51.174,48	51.934,05

As regularizações de existências dizem respeito a saídas de armazém para a conservação de rede, e para colocação de contadores.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, as quantias escrituradas nas rubricas de Instrumentos Financeiros apresentavam a seguinte composição:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Caixa e depósitos bancários	7.362.879,89		7.362.879,89	4.326.349,37		4.326.349,37
Estado e Outros Entes Públicos	374.080,58		374.080,58	843.428,59		843.428,59
Dívidas de Clientes	4.191.157,72	2.742.590,99	1.448.566,73	4.194.434,69	2.623.256,82	1.571.177,87
Outros créditos a receber	1.632.767,81		1.632.767,81	2.274.464,51		2.274.464,51
Ativos financeiros Totais	13.560.886,00	2.742.590,99	10.818.295,01	11.638.677,16	2.623.256,82	9.015.420,34
Dívidas a Fornecedores corrente	1.998.390,41		1.998.390,41	1.642.653,91		1.642.653,91
Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos	654.771,47		654.771,47	420.848,85		420.848,85
Outras dívidas a pagar corrente	4.862.348,16		4.862.384,16	5.398.829,24		5.398.829,24
Fornecedores não corrente	9.299.540,38		9.299.540,38	8.626.893,10		8.626.893,10
Outras dívidas a pagar não corrente	1.713.947,37		1.713.947,37	1.988.712,62		1.988.712,62
Passivos financeiros mensurados ao valor nominal Subtotais	18.528.997,79		18.528.997,79	18.077.937,72		18.077.937,72

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Financiamentos obtidos Corrente	1.767.328,41		1.767.328,41	1.580.296,59		1.580.296,59
Financiamentos obtidos não Corrente	6.570.977,77		6.570.977,77	7.150.806,18		7.150.806,18
Financiamentos obtidos Subtotais	8.338.306,18	0	8.338.306,18	8.731.102,77		8.731.102,77
Passivos financeiros Totais	26.867.303,97	0	26.867.303,97	26.809.040,49		26.809.040,49

12. CLIENTES

A 31 de dezembro de 2022 a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Clientes Conta Corrente	1.130.682,05	1.197.094,40
Clientes Cobrança Duvidosa	3.060.475,67	2.997.340,29
Imparidade de clientes	2.742.590,99	2.623.256,82
Total	1.448.566,73	1.571.177,87

Nos períodos em análise foram reconhecidas as seguintes perdas por imparidade e reversões na demonstração dos resultados:

Descrição	Saldo inicial	Reconhecidos no período	Revertido no período	Saldo final
Imparidades de dívidas a receber – 31 de dezembro 2021	2.392.389,42	230.867,40		2.623.256,82
Imparidades de dívidas a receber – 31 de dezembro 2022	2.623.256,82	119.334,17		2.742.590,99

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:





Descrição	31 de dezembro 2022 saldo devedor	31 de dezembro 2022 saldo credor	31 de dezembro 2021 saldo devedor	31 de dezembro 2021 saldo credor
Imposto sobre rendimento		373.244,00		6.940,30
Imposto sobre valor acrescentado	374.080,58		843.428,59	
Retenção na Fonte		22.782,90		20.842,40
Contribuições seg social/cga		75.503,47		73.601,72
Outras contribuições		183.241,10		319.464,43
TOTAL	374.080,58	654.771,47	843.428,59	420.848,85

Não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Acresce ainda referir que as outras contribuições correspondem à taxa de recursos hídricos faturadas aos clientes e a entregar quer às Águas de Norte quer à Agência Portuguesa do Ambiente (ARH NORTE).

Cabe ainda referir que o montante credor referente às Taxas de Recursos Hídricos, sendo o valor faturado a utilizadores finais para cobertura dos valores faturados e a faturar pelas entidades acima referidas, é, à partida, inferior à estimativa do débito a efetuar no decorrer de 2023, o que se prevê poder ser alterado durante o ano de 2023 em função da revisão do valor unitário da TRH de água, em vigor desde 1 de fevereiro.

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de “Outras Contas a Receber” apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
2721	Devedores por acréscimo de rendimento	481.649,56	281.141,28
278101	Entidades financiadoras de Subsídios		
278102	Devedores - Comp. de ramais	676.863,76	733.739,77
278103	Devedores – Acordos	349.110,14	251.217,86
278105	Devedores Coimas a cobrar	8.069,14	8.069,14
278106	Devedores estragos causados	725,78	725,78
278108	Devedores lixo		
278109	Outros Devedores	103.378,98	984.300,36
278+225+228+23	Outros	12.970,45	15.270,32
Total		1.632.767,81	2.274.464,51

A Conta “Devedores por acréscimo de rendimento” contempla o montante de 462.243.65 referente à deliberação do Conselho de Administração de 23/02/2023, referente à Metodologia de faturação do serviço de Saneamento em Alta (serviço de saneamento em alta prestado pela Águas do Norte).



Relativamente ao ano 2021 a conta Devedores por acréscimo de rendimento releva o montante de 278.316.37 a título de subsidio á exploração para suportar os gastos da Vimágua, em virtude de as tarifas não sofrerem qualquer aumento (contrato programa celebrado entre a Vimágua e os Municípios).

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E JUROS SUPOSTADOS

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de “Financiamentos Obtidos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	5.829.452,55	1.567.328,04	6.209.280,59	1.382.660,96
Locação Financeira	741.525,22	200.000,37	941.525,59	197.635,63
TOTAL	6.570.977,77	1.767.328,41	7.150.806,18	1.580.296,59

O valor referente ao empréstimo bancário diz respeito a um contrato de financiamento celebrado em 8 de junho de 2009, no montante de 25.200.000 euros, cujo vencimento seria março de 2029.

Decorrente deste contrato de financiamento foi constituída, na mesma data, uma hipoteca voluntária de primeiro grau a favor dos bancos sobre treze terrenos propriedade da Vimágua, pelo montante de 252.415 euros.

Em 2012 foram celebrados dois aditamentos ao contrato de financiamento. O primeiro, celebrado a 12 de setembro, teve como objetivo o cancelamento de garantias prestadas pelos Municípios, designadamente o penhor financeiro das ações. O segundo aditamento, celebrado a 12 de dezembro, teve como objetivo antecipar o pagamento dos valores de contrapartida devidos aos Municípios de Guimarães e Vizela, compensado pela antecipação do final do período de carência de capital para 2013 e garantindo, conforme última revisão do modelo económico-financeiro, o cumprimento dos rácios financeiros e sem pôr em causa a viabilidade da empresa e os pagamentos aos bancos. Decorrente deste segundo aditamento a data de reembolso ou vencimento do empréstimo passou para 15 de setembro de 2026.

A Vimágua outorgou, 5 de fevereiro de 2016, o 3.º Aditamento ao Contrato de Abertura de Crédito o qual contratualizou as alterações das condições do financiamento aprovadas pela Assembleia Geral da Vimágua na reunião de 17 de dezembro de 2015.

A revisão das condições de financiamento resultou de uma consulta ao mercado financeiro e são, no essencial, as seguintes:

- Redução do Spread da Linha de Longo Prazo de 2,50% para 1,70%;
- Redução do Spread da Linha de Apoio à Tesouraria de 2,50% para 1,25%;
- Redução da Comissão de Imobilização da Linha de Apoio à Tesouraria de 1,00% para 0,25%;
- Redução do montante da Linha de Apoio à Tesouraria de 1.200.000,00 Euros para 500.000,00 Euros.

Inclui também o montante de 1.250.000.00 referente ao financiamento da caixa geral de depósitos celebrado em 25 de maio de 2022, cujo vencimento é para 25 de maio de 2032.

O valor referente a Locações financeiras diz respeito a um contrato de financiamento para aquisição do Edifício da sede da Vimágua

O valor dos juros suportados nos períodos em análise é tal como se segue:

Descrição	31 de dezembro de 2022	30 de dezembro 2021
Juros Suportados	449.365,66	522.695,13
Outros gastos financiamentos	1.553,18	1.578,21
TOTAL	450.918,84	524.273,34

16. DERIVADOS DE COBERTURA – TAXA DE JURO

Descrição	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Derivados de Cobertura – Taxa Juro	127.204,78		902.802,33	
TOTAL	127.204,78		902.802,33	

Relativamente à rubrica de derivados de cobertura, a mesma diz respeito a contratos de *Swap* sobre a taxa de juro, celebrado com BPI e CGD em agosto de 2009.



17. FORNECEDORES

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores	9.299.540,38	1.998.390,41	8.626.893,10	1.642.653,91
TOTAL	9.299.540,38	1.998.390,41	8.626.893,10	1.642.653,91

Relativamente à rubrica de fornecedores incluída em dívida não corrente, a mesma inclui o valor referente à contrapartida faturada pelos Municípios, tendo sido aprovado pelos órgãos executivos dos Municípios que os valores em dívida, com exceção do IVA que será pago pela Vimágua até final de 2023, serão convertidos em capital social. Os anos em "aberto" correspondem à contrapartida devida dos anos de 2016 a 2021.

Engloba, ainda, o valor faturado pela Águas do Norte, S.A., decorrente da alteração da metodologia de faturação no período compreendido entre outubro de 2018 e abril de 2019, no montante de 943.996,78€, cujo pagamento será realizado em 60 prestações mensais.

18. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Outras dívidas a Pagar" apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
231	Remunerações a pagar	685,24	
271	Fornecedores de investimentos	152.377,15	222.700,19
272	Devedores e Credores por acréscimos	1.775.945,70	2.345.004,13
2782	Credores – Credores Diversos	2.933.340,07	2.831.124,92
Total Corrente		4.862.348,16	5.398.829,24
2788	Ajustamentos em subsídios	1.713.947,37	1.988.712,62
Total Não Corrente		1.713.947,37	1.988.712,62

A Rubrica "Devedores e credores por acréscimos" apresenta uma diferença entre anos, resultante da inexistência de estimativa, em 2022 da Contrapartida pela utilização dos bens dos Municípios, em

virtude do projeto de novo Contrato de Gestão Delegada e das deliberações dos Municípios que decidiram pelo não cálculo deste valor já no exercício de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica "Credores Diversos" é constituída essencialmente por Garantias de Empreitadas no valor 1.031.754.23€ e Cauções de clientes no valor de 1.194.055.81€.

19. DIFERIMENTOS

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro 2021, a rubrica de "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Diferimentos	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Rendimentos a Reconhecer Ramais	7.437.070,30	7.316.087,37
total	7.437.070,30	7.316.087,37

A Rubrica de "Diferimentos", no passivo corrente, corresponde aos valores faturados a clientes relativos a Ramais de água e Saneamento executados pela empresa, cujo reconhecimento é efetuado de acordo com a respetiva taxa de depreciação do ativo.

20. CAPITAL E RESERVAS

20.1 Capital Social Subscrito

A 31 de dezembro de 2022 o capital social da empresa, no valor de 500.000,00 euros encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 500.000 ações de valor nominal de 1 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021 a estrutura acionista é a seguinte:

Entidades detentoras de capital	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	N.º ações	%	N.º ações	%
Município de Guimarães	450.000	90%	450.000	90%
Município de Vizela	50.000	10%	50.000	10%
	500.000		500.000	

20.2 Resultados Transitados

A 31 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:



Descrição	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultados transitados	-3.838.602,26	-3.204.345,02
Ajustamento de transição	13.648,32	13.648,32
Ajustamento de transição SNC-Reserva de Derivado	98.583,69	699.671,80
TOTAL	3.726.370,25	2.491.024,90

20.3 Outras variações de capital próprio

A 31 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2021 esta rubrica apresentava a seguinte composição

Descrição	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Subsídios - Comparticipação Entidades Financiadoras	7.617.643,64	8.838.822,52
Ajustamento em subsídio investimento	-1.713.947,37	-1.988.712,62
Doações	185.510,00	180.115,70
TOTAL	6.089.206,27	7.030.225,60

A imputação a rendimentos dos subsídios em cada um dos períodos foi a seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Subsídios – Empreitadas	1.190.250,02	1.193.311,07

A rubrica *Doações* refere-se a protocolos celebrados com juntas de freguesia relativos a extensões de rede.

21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2021, e foi determinado conforme se segue:

Descrição	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado líquido do período	1.781.892,96	667.639,21
Número de ações em circulação	500.000,00	500.000,00
Resultado por ação Básico	3,56	1,34

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2021, foi o seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	2.384.285,96	936.143,52
Imposto esperado à taxa nominal (coleta)	524.168,89	241.209,23
Tributação autónoma	10.687,92	9.994,41
Derrama Municipal	37.512,06	17.300,66
Derrama Estadual	30.024,13	
Imposto sobre o rendimento do período	602.393,00	268.504,30
Taxa efetiva	25%	29%

23. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 tem a seguinte composição:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
711	Mercadorias	12.427,36	14.441,97
712	Produtos acabados e intermédios	6.685.106,94	6.362.510,33
721	Serviços de exploração Setor Saneamento	10.146.080,43	9.558.592,40
722	Serviços de exploração Setor Água	3.377.524,69	3.358.451,76
723	Outros serviços	37.511,19	35.118,53
725	Serviços secundários	121.809,34	96.384,46
	Total	20.380.459,95	19.425.499,45

Todas as operações foram realizadas em Mercado Nacional.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A decomposição da rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”, nos períodos findos 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é conforme se segue:



Conta	Descrição	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
621	Subcontratos	5.789.409,95	5.989.440,87
6221	Trabalhos Especializados	1.113.573,16	1.195.473,63
6226	Conservação e reparação	1.020.972,54	912.184,21
622	Outras rubricas de Serviços Especializados	196.414,30	129.347,48
623	Materiais	131.812,48	134.407,55
6241	Eletricidade	820.673,11	1.054.924,51
624	Outras rubricas de energia e fluidos	226.557,93	176.554,78
625	Deslocações estadas e transportes	17.456,53	3.346,83
6261	Rendas e alugueres	45.336,57	952.868,16
6262	Comunicação	430.210,49	397.571,98
626	Outras	250.011,99	252.015,45
Total		10.042.429,05	11.198.135,45

A diferença existente na rubrica “Rendas e alugueres” entre anos, resulta da inexistência de cálculo, em 2022 da Contrapartida pela utilização dos bens dos Municípios, em virtude de as Câmaras Municipais terem aprovado, em sede de projeto de novo Contrato de Gestão Delegada, terminar com a remuneração das respetivas infraestruturas, as quais serão transferidas para a Vimágua como capital social durante o ano de 2023.

25. GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de “Gastos com pessoal”, nos períodos findos 31 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2021 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
631	Remunerações órgãos sociais	50.330,99	53.823,52
632	Remunerações do Pessoal	3.252.316,85	3.026.606,06
633	Benefícios pós Emprego	3.674,66	3.703,71
635	Encargos Sobre Remunerações	701.173,58	654.996,67
636	Seguro acid. trab. doenças prof.	79.864,32	82.859,10
638	Outros gastos com o pessoal	115.807,65	150.960,09
Total		4.203.168,05	3.972.949,15

Todas as remunerações aos órgãos sociais foram pagas em dinheiro, não existindo quaisquer obrigações legais ou estatutárias que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos.



A Administração foi considerada, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Vimágua. Foram atribuídas à Administração, no decorrer do ano de 2022, remunerações relacionadas com o exercício das suas funções no montante de 50.330.99 Euros.

A rubrica de benefícios pós emprego refere-se ao primeiro mês de aposentação do funcionário, enquanto a sua pensão não é paga pela Caixa Geral de Aposentações.

Os outros gastos com pessoal englobam, nomeadamente, formação profissional, vestuário, consultas e exames médicos.

O número médio de empregados ao longo do ano de 2022 em análise e o número de empregados no final destes períodos foi de:

Descrição	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Número de empregados no final do período	209	212

26. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
788	Outros	1.865.857,28	1.844.439,27
Total		1.865.857,28	1.844.439,27

A rubrica de “Outros rendimentos”, inclui o montante de cerca de 1.190.250.02 euros referente à imputação a rendimentos do período do valor dos subsídios para investimento e o montante de cerca de 606.873.88 euros referente à imputação a rendimentos do período do valor faturado a título dos ramais de água e saneamento. Esta imputação é feita na proporção das depreciações dos bens ativos fixos tangíveis subjacentes. A conta 788 inclui, ainda, valores referentes a juros de mora no montante de cerca de 22.249.38 euros.

27. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é conforme se segue:



Conta	Descrição	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
681	Impostos	40.616,78	51.333,69
683	Dívidas Incobráveis	3.187,19	4.243,32
688	Outros	124.897,09	230.130,01
Total		168.701,06	285.707,02

28. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Uma vez que os valores relacionados com matérias ambientais despendidos pela empresa, não são relevantes não foram efetuados quaisquer registos específicos.

Em termos de política ambiental, a Empresa pretende ter coberto e dominado todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos de melhoria continuada de desempenho ambiental em que se destaca:

- . Prevenção da poluição;
- . Cumprimento da legislação;
- . Comunicação e divulgação a todas as partes interessadas da política ambiental da Empresa;
- . Formação e sensibilização dos trabalhadores;
- . Análise dos impactes ambientais derivados da atividade da Empresa.

29. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS PRESTADAS

29.1 PROVISÕES

Em dezembro de 2022 a Vimágua tem processos judiciais em curso que, de acordo com opinião de advogados da Empresa, poderá vir a implicar pagamentos futuros. Como tal, em dezembro de 2022, o saldo da rubrica de Provisões foi reforçado em 223.052,22

29.2 PASSIVOS CONTINGENTES

A 31 de dezembro de 2022, a Empresa não tem mais processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Contudo, a Vimágua foi citada para ações com pedidos de indemnizações por danos, relativamente aos quais correm termos em Tribunal.

Em todos os processos a Vimágua entende que não são devidas nem exigíveis quaisquer quantias aos referidos processos, pelo que não se constitui qualquer provisão para o efeito.

29.3 GARANTIAS

Garantias a favor da Estradas de Portugal, na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
Garantia n.º 9015003405793	50.000
17 Garantias a 5.000 euros cada	85.000
34 Garantias a 1.000 euros cada	34.000
4 Garantia a 3.000 euros	12.000
1 Garantia a 4.200 euros cada	4.200
1 Garantia a 2430 euros	2.430
2 Garantia a 3.300 euros	6.600
1 Garantia a 1.800 euros	1.800
1 Garantia a 7.500 euros	7.500
1 Garantia a 2.100 euros	2.100
1 Garantia a 2.970 euros	2.970
1 Garantia a 3.150 euros	3.150
1 garantia a 17.675 euros	17.675
1 garantia a 48.190 euros	48.190
1 garantia de 51.245.00 euros	51.245.00
1 garantia de 22.145.00 euros	22.145.00
1 garantia de 7.300.00 euros	7.300.00
1 garantia de 11.655.00 euros	11.655.00
1 garantia de 79.270.00 euros	79.270.00
1 garantia de 4.500.00 euros	4.500.00
1 garantia de 10.600.00 euros	10.600.00
1 garantia de 21.060.00 euros	21.060.00

Garantias a favor da ARH (Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P), na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
9015007146793	1.000

Garantias a favor da APA (Associação Portuguesa do Ambiente), na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
2503009889693	25.000

30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 66º-A, 324.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e das disposições referidas nos Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro importa referir que:

- Em obediência ao disposto no n.º 2, do artigo 324.º do CSC, informa-se que a Vimágua, não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;



- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC, informa-se que, no decorrer do ano de 2022, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Vimágua e membros dos seus órgãos;
- c) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a Vimágua não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2022, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2022, nos prazos legais;
- d) Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro, informa-se que em 31 de dezembro de 2021 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores;
- e) Conforme o disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 66.º-A do CSC, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas no ano de 2022 foram de 12.000 Euros e dizem respeito exclusivamente à revisão legal das contas.

31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período até à data.

32. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

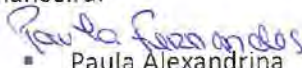
As demonstrações financeiras do ano de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2023.

Contabilista Certificada:


▪ Eva Maria Ferreira Salgado

Direção Administrativa e

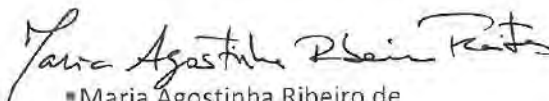
Financeira:

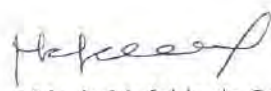

▪ Paula Alexandrina

Coelho Fernandes

Conselho de Administração:


▪ Armino José Ferreira da Costa e
Silva


▪ Maria Agostinha Ribeiro de
Freitas


▪ Maria Mafalda da Costa de
Castro Ferreira Cabral



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 59.240.484 euros e um capital próprio de 24.485.171 euros, incluindo um resultado líquido de 1.781.893 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data e o anexo que incluiu um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A.** em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



Handwritten signature and initials in blue ink.

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa, razoavelmente, esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Vila Nova de Gaia, 15 de Março de 2023

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por

(António de Jesus Pereira, R.O.C. n.º 773 e registado na CMVM com o n.º 20160406)



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Nos termos legais e estatutários vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório sobre a actividade por nós desenvolvida, bem como o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pela Administração da **VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

No decorrer do exercício, acompanhámos com a periodicidade e extensão que considerámos adequadas, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido da Administração e dos serviços todas as informações e os esclarecimentos solicitados.

Após o encerramento do exercício, apreciamos o Relatório de Gestão bem como as Demonstrações Financeiras da Empresa e procedemos, nesta data, à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, que consideramos reproduzida neste documento.

Nestes termos, somos de parecer que poderão ser aprovados:

- 1) o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2022, apresentados pela Administração;
- 2) a proposta da Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Vila Nova de Gaia, 15 de Março de 2023

O Fiscal Único

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por

(António de Jesus Pereira, R.O.C. n.º 773 e registado na CMVM com o n.º 20160406)